Universidade do Sul de Santa Catarina

Economia Internacional

Disciplina na modalidade a distância

UnisulVirtual
A sua universidade a distância

Universidade do Sul de Santa Catarina

Economia Internacional

Disciplina na modalidade a distância

Palhoça
UnisulVirtual
2011

Créditos

Universidade do Sul de Santa Catarina – **Campus UnisulVirtual** – Educação Superior a Distância
Avenida dos Lagos, 41 – Cidade Universitária Pedra Branca | Palhoça – SC | 88137-900 | *Fone/fax*: (48) 3279-1242 e 3279-1271 | *E-mail*: cursovirtual@unisul.br | *Site*: www.unisul.br/unisulvirtual

Reitor Unisul
Ailton Nazareno Soares

Vice-Reitor
Sebastião Salésio Heerdt

Chefe de Gabinete da Reitoria
Willian Máximo

Pró-Reitora Acadêmica
Miriam de Fátima Bora Rosa

Pró-Reitor de Administração
Fabian Martins de Castro

Pró-Reitor de Ensino
Mauri Luiz Heerdt

Campus Universitário de Tubarão
Diretora
Milene Pacheco Kindermann

Campus Universitário da Grande Florianópolis
Diretor
Hércules Nunes de Araújo

Campus Universitário UnisulVirtual
Diretora
Jucimara Roesler

Equipe UnisulVirtual

Diretora Adjunta
Patrícia Alberton

Secretaria Executiva e Cerimonial
Jackson Schuelter Wiggers (Coord.)
Marcelo Fraiberg Machado
Tenille Catarina

Assessoria de Assuntos Internacionais
Murilo Matos Mendonça

Assessoria de Relação com Poder Público e Forças Armadas
Adenir Siqueira Viana
Walter Félix Cardoso Junior

Assessoria DAD - Disciplinas a Distância
Patrícia da Silva Meneghel (Coord.)
Carlos Alberto Areias
Cláudia Berh V. da Silva
Conceição Aparecida Kindermann
Luiz Fernando Meneghel
Renata Souza de A. Subtil

Assessoria de Inovação e Qualidade de EAD
Denia Falcão de Bittencourt (Coord)
Andrea Ouriques Balbinot
Carmen Maria Cipriani Pandini
Iris de Sousa Barros

Assessoria de Tecnologia
Osmar de Oliveira Braz Júnior (Coord.)
Felipe Jacson de Freitas
Jefferson Amorin Oliveira
Phelipe Luiz Winter da Silva
Priscila da Silva
Rodrigo Battistotti Pimpão
Tamara Bruna Ferreira da Silva

Coordenação Cursos

Coordenadores de UNA
Diva Marília Flemming
Marciel Evangelista Catâneo
Roberto Iunskovski

Assistente e Auxiliar de Coordenação
Maria de Fátima Martins (Assistente)
Fabiana Lange Patricio
Tânia Regina Goularte Waltemann
Ana Denise Goularte de Souza

Coordenadores Graduação
Adriano Sérgio da Cunha
Aloísio José Rodrigues
Ana Luísa Mülbert
Ana Paula R. Pacheco
Arthur Beck Neto
Bernardino José da Silva
Catia Melissa S. Rodrigues
Charles Cesconetto
Diva Marília Flemming
Fabiano Ceretta
José Carlos da Silva Junior
Horácio Dutra Mello
Itamar Pedro Bevilaqua
Jairo Afonso Henkes
Janaína Baeta Neves
Jardel Mendes Vieira
Joel Irineu Lohn
Jorge Alexandre N. Cardoso
José Carlos N. Oliveira
José Gabriel da Silva
José Humberto D. Toledo
Joseane Borges de Miranda
Luciana Manfroi
Luiz G. Buchmann Figueiredo
Marciel Evangelista Catâneo
Maria Cristina S. Veit
Maria da Graça Poyer
Mauro Faccioni Filho
Moacir Fogaça
Nélio Herzmann
Onei Tadeu Dutra
Patrícia Fontanella
Rogério Santos da Costa
Rosa Beatriz M. Pinheiro
Tatiana Lee Marques
Valnei Carlos Denardin
Roberto Iunskovski
Rose Clér Beche
Rodrigo Nunes Lunardelli
Sergio Sell

Coordenadores Pós-Graduação
Aloisio Rodrigues
Bernardino José da Silva
Carmen Maria Cipriani Pandini
Daniela Ernani Monteiro Will
Giovani de Paula
Karla Leonora Nunes
Leticia Cristina Barbosa
Luiz Otávio Botelho Lento
Rogério Santos da Costa
Roberto Iunskovski
Thiago Coelho Soares
Vera Regina N. Schuhmacher

Gerência Administração Acadêmica
Angelita Marçal Flores (Gerente)
Fernanda Farias

Secretaria de Ensino a Distância
Samara Josten Flores (Secretária de Ensino)
Giane dos Passos (Secretária Acadêmica)
Adenir Soares Júnior
Alessandro Alves da Silva
Andréa Luci Mandira
Cristina Mara Schauffert
Djeime Sammer Bortolotti
Douglas Silveira
Evilym Melo Livramento
Fabiano Silva Michels
Fabricio Botelho Espíndola
Felipe Wronski Henrique
Gisele Terezinha Cardoso Ferreira
Indyanara Ramos
Janaina Conceição
Jorge Luiz Vilhar Malaquias
Juliana Broering Martins
Luana Borges da Silva
Luana Tarsila Hellmann
Luíza Koing Zumblick
Maria José Rossetti
Marilene de Fátima Capeleto
Patricia A. Pereira de Carvalho
Paulo Lisboa Cordeiro
Paulo Mauricio Silveira Bubalo
Rosângela Mara Siegel
Simone Torres de Oliveira
Vanessa Pereira Santos Metzker
Vanilda Liordina Heerdt

Gestão Documental
Lamuniê Souza (Coord.)
Clair Maria Cardoso
Daniel Lucas de Medeiros
Eduardo Rodrigues
Guilherme Henrique Koerich
Josiane Leal
Marília Locks Fernandes

Gerência Administrativa e Financeira
Renato André Luz (Gerente)
Ana Luise Wehrle
Anderson Zandré Prudêncio
Daniel Contessa Lisboa
Naiara Jeremias da Rocha
Rafael Bourdot Back
Thais Helena Bonetti
Valmir Venício Inácio

Gerência de Ensino, Pesquisa e Extensão
Moacir Heerdt (Gerente)
Aracelli Araldi

Elaboração de Projeto e Reconhecimento de Curso
Diane Dal Mago
Vanderlei Brasil
Francielle Arruda Rampelotte

Extensão
Maria Cristina Veit (Coord.)

Pesquisa
Daniela E. M. Will (Coord. PUIP, PUIC, PIBIC)
Mauro Faccioni Filho(Coord. Nuvem)

Pós-Graduação
Anelise Leal Vieira Cubas (Coord.)

Biblioteca
Salete Cecília e Souza (Coord.)
Paula Sanhudo da Silva
Renan Felipe Cascaes

Gestão Docente e Discente
Enzo de Oliveira Moreira (Coord.)

Capacitação e Assessoria ao Docente
Simone Zigunovas (Capacitação)
Alessandra de Oliveira (Assessoria)
Adriana Silveira
Alexandre Wagner da Rocha
Elaine Cristiane Surian
Juliana Cardoso Esmeraldino
Maria Lina Moratelli Prado
Fabiana Pereira

Tutoria e Suporte
Claudia Noemi Nascimento (Líder)
Anderson da Silveira (Líder)
Ednéia Araujo Alberto (Líder)
Maria Eugênia F. Celeghin (Líder)
Andreza Talles Cascais
Daniela Cassol Peres
Débora Cristina Silveira
Francine Cardoso da Silva
Joice de Castro Peres
Karla F. Wisniewski Desengrini
Maria Aparecida Teixeira
Mayara de Oliveira Bastos
Patrícia de Souza Amorim
Schenon Souza Preto

Gerência de Desenho e Desenvolvimento de Materiais Didáticos
Márcia Loch (Gerente)

Desenho Educacional
Cristina Klipp de Oliveira (Coord. Grad./DAD)
Silvana Souza da Cruz (Coord. Pós/Ext.)
Aline Cassol Daga
Ana Cláudia Taú
Carmelita Schulze
Carolina Hoeller da Silva Boeing
Eloísa Machado Seemann
Flavia Lumi Matuzawa
Gislaine Martins
Isabel Zoldan da Veiga Rambo
Jaqueline de Souza Tartari
João Marcos de Souza Alves
Leandro Romanó Bamberg
Letícia Laurindo de Bonfim
Lygia Pereira
Lis Airê Fogolari
Luiz Henrique Milani Queriquelli
Marina Melhado Gomes da Silva
Marina Cabeda Egger Moellwald
Melina de La Barrera Ayres
Michele Antunes Corrêa
Nágila Hinckel
Pâmella Rocha Flores da Silva
Rafael Araújo Saldanha
Roberta de Fátima Martins
Roseli Aparecida Rocha Moterle
Sabrina Bleicher
Sabrina Paula Soares Scaranto
Viviane Bastos

Acessibilidade
Vanessa de Andrade Manoel (Coord.)
Letícia Regiane Da Silva Tobal
Mariella Gloria Rodrigues

Avaliação da aprendizagem
Geovania Japiassu Martins (Coord.)
Gabriella Araújo Souza Esteves
Jaqueline Cardozo Polla
Thayanny Aparecida B.da Conceição

Gerência de Logística
Jeferson Cassiano A. da Costa (Gerente)

Logísitca de Materiais
Carlos Eduardo D. da Silva (Coord.)
Abraao do Nascimento Germano
Bruna Maciel
Fernando Sardão da Silva
Fylippy Margino dos Santos
Guilherme Lentz
Marlon Eliseu Pereira
Pablo Varela da Silveira
Rubens Amorim
Yslann David Melo Cordeiro

Avaliações Presenciais
Graciele M. Lindenmayr (Coord.)
Ana Paula de Andrade
Angelica Cristina Gollo
Cristilaine Medeiros
Daiana Cristina Bortolotti
Delano Pinheiro Gomes
Edson Martins Rosa Junior
Fernando Steimbach
Fernando Oliveira Santos
Lisdeise Nunes Felipe
Marcelo Ramos
Marcio Ventura
Osni Jose Seidler Junior
Thais Bortolotti

Gerência de Marketing
Fabiano Ceretta (Gerente)

Relacionamento com o Mercado
Eliza Bianchini Dallanhol Locks

Relacionamento com Polos Presenciais
Alex Fabiano Wehrle (Coord.)
Jeferson Pandolfo
Karine Augusta Zanoni
Marcia Luz de Oliveira

Assuntos Jurídicos
Bruno Lucion Roso

Marketing Estratégico
Rafael Bavaresco Bongiolo

Portal e Comunicação
Catia Melissa Silveira Rodrigues
Andreia Drewes
Luiz Felipe Buchmann Figueiredo
Marcelo Barcelos
Rafael Pessi

Gerência de Produção
Arthur Emmanuel F. Silveira (Gerente)
Francini Ferreira Dias

Design Visual
Pedro Paulo Alves Teixeira (Coord.)
Adriana Ferreira dos Santos
Alex Sandro Xavier
Alice Demaria Silva
Anne Cristyne Pereira
Cristiano Neri Gonçalves Ribeiro
Daiana Ferreira Cassanego
Diogo Rafael da Silva
Edison Rodrigo Valim
Frederico Trilha
Higor Ghisi Luciano
Jordana Paula Schulka
Marcelo Neri da Silva
Nelson Rosa
Oberdan Porto Leal Piantino
Patrícia Fragnani de Morais

Multimídia
Sérgio Giron (Coord.)
Dandara Lemos Reynaldo
Cleber Magri
Fernando Gustav Soares Lima

Conferência (e-OLA)
Carla Fabiana Feltrin Raimundo (Coord.)
Bruno Augusto Zunino

Produção Industrial
Marcelo Bittencourt (Coord.)

Gerência Serviço de Atenção Integral ao Acadêmico
Maria Isabel Aragon (Gerente)
André Luiz Portes
Carolina Dias Damasceno
Cleide Inácio Goulart Seeman
Francielle Fernandes
Holdrin Milet Brandão
Jenniffer Camargo
Juliana Cardoso da Silva
Jonatas Collaço de Souza
Juliana Elen Tizian
Kamilla Rosa
Maurício dos Santos Augusto
Maycon de Sousa Candido
Monique Napoli Ribeiro
Nidia de Jesus Moraes
Orivaldo Carli da Silva Junior
Priscilla Geovana Pagani
Sabrina Mari Kawano Gonçalves
Scheila Cristina Martins
Taize Muller
Tatiane Crestani Trentin
Vanessa Trindade

Paulo da Silva Bernardes

Economia Internacional

Livro didático

Revisão e atualização de conteúdo
Paulo da Silva Bernardes

Design instrucional
Carolina Hoeller da Silva Boeing
Isabel Zoldan da Veiga Rambo

4ª Edição

Palhoça
UnisulVirtual
2011

Copyright © UnisulVirtual 2011

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem a prévia autorização desta instituição.

Edição – Livro Didático

Professor Conteudista
Paulo da Silva Bernardes

Revisão e atualização de conteúdo
Paulo da Silva Bernardes (4ª Ed.)

Design Instrucional
Carolina Hoeller da Silva Boeing
Isabel Zoldan da Veiga Rambo (4ª Ed.)

Assistente Acadêmico
Silvana Souza da Cruz (3ª edição revista e atualizada)

Projeto Gráfico e Capa
Equipe UnisulVirtual

Diagramação
Fernando Zimmermann (3ª edição revista e atualizada)
Fernanda Fernandes (4ª Ed.)

Revisão
Simone Rejane Martins

382
B44 Bernardes, Paulo da Silva
Economia internacional : livro didático / Paulo da Silva Bernardes ; revisão e atualização de conteúdo Paulo da Silva Bernardes ; design instrucional Carolina Hoeller da Silva Boeing, Isabel Zoldan da Veiga Rambo ; [assistente acadêmico Silvana Souza da Cruz]. – 4. ed. – Palhoça : UnisulVirtual, 2011.
172 p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7817-189-6

1. Comércio internacional. 2. Relações internacionais. 3. Cooperação internacional. I. Boeing, Carolina Hoeller da Silva. II. Rambo, Isabel Zoldan da Veiga. III. Cruz, Silvana Souza da. IV. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Sumário

Apresentação 7
Palavras do professor 9
Plano de estudo 11

UNIDADE 1 - Evolução da economia internacional 17
UNIDADE 2 - Generalidades sobre comércio internacional 29
UNIDADE 3 - Teorias do comércio internacional 43
UNIDADE 4 - Economia internacional 73
UNIDADE 5 - Mercado cambial 109
UNIDADE 6 - Balanço de pagamentos 135

Para concluir o estudo 161
Referências 163
Sobre o professor conteudista 165
Respostas e comentários das atividades de autoavaliação 167
Biblioteca Virtual 171

Apresentação

Este livro didático corresponde à disciplina **Economia Internacional**.

O material foi elaborado visando a uma aprendizagem autônoma e aborda conteúdos especialmente selecionados e relacionados à sua área de formação. Ao adotar uma linguagem didática e dialógica, objetivamos facilitar seu estudo a distância, proporcionando condições favoráveis às múltiplas interações e a um aprendizado contextualizado e eficaz.

Lembre-se que sua caminhada, nesta disciplina, será acompanhada e monitorada constantemente pelo Sistema Tutorial da UnisulVirtual, por isso a "distância" fica caracterizada somente na modalidade de ensino que você optou para sua formação, pois na relação de aprendizagem professores e instituição estarão sempre conectados com você.

Então, sempre que sentir necessidade entre em contato; você tem à disposição diversas ferramentas e canais de acesso tais como: telefone, e-mail e o Espaço Unisul Virtual de Aprendizagem, que é o canal mais recomendado, pois tudo o que for enviado e recebido fica registrado para seu maior controle e comodidade. Nossa equipe técnica e pedagógica terá o maior prazer em lhe atender, pois sua aprendizagem é o nosso principal objetivo.

Bom estudo e sucesso!

Equipe UnisulVirtual.

Palavras do professor

É com enorme satisfação que desejo boas vindas à disciplina de Economia Internacional.

É inegável a importância das relações econômicas internacionais no mundo atual, globalizado, onde a principal característica é a interdependência entre as nações, produto do inquestionável aumento do intercâmbio econômico mundial, muito além do simples comércio de bens e serviços.

Às empresas compete uma adaptação à nova realidade, e aí se destaca o papel de administradores preparados para a inserção das empresas nessa nova realidade.

O objetivo do presente trabalho consiste em colaborar para o preparo desses administradores, oferecendo uma visão das relações econômicas internacionais, desde a sua origem até a sua mensuração naquilo conhecido como balanço de pagamentos internacionais, passando pelas idéias de livre comércio e comércio protegido, analisando os instrumentos de proteção e sua implicação para a economia interna, a sistemática de pagamentos internacionais, a importância das taxas cambiais e como elas se comportam e influenciam as relações econômicas internacionais.

São todas ferramentas importantes para o desempenho de empresas que pretendem permanecer num mercado cada vez mais abrangente, e por isso competitivo.

Boa sorte em seus estudos!

Professor Paulo S. Bernardes.

Plano de estudo

O plano de estudos visa a orientá-lo no desenvolvimento da disciplina. Ele possui elementos que o ajudarão a conhecer o contexto da disciplina e a organizar o seu tempo de estudos.

O processo de ensino e aprendizagem na UnisulVirtual leva em conta instrumentos que se articulam e se complementam, portanto, a construção de competências se dá sobre a articulação de metodologias e por meio das diversas formas de ação/mediação.

São elementos desse processo:

- o livro didático;
- o Espaço UnisulVirtual de Aprendizagem (EVA);
- as atividades de avaliação (a distância, presenciais e de autoavaliação);
- o Sistema Tutorial.

Ementa

Introdução à economia internacional. O modelo básico de trocas internacionais. Padrões de comércio. Distribuição de renda e crescimento. Teoria e prática da política comercial. Moeda, renda e balanço de pagamentos. Mercados financeiros internacionais e suas aplicações macroeconômicas. Determinação das taxas de câmbio nos mercados internacionais de ativos. Investimento externo direto. Interdependência econômica.

Objetivos

Geral

Desenvolver os conceitos teóricos fundamentais e os temas atuais relacionados ao comércio internacional.

Específicos

- Compreender a evolução do comércio internacional.
- Identificar as principais características do comércio internacional e suas divisões.
- Compreender o processo de integração econômica, globalização, e interdepedência financeira e as razões que levaram os países a iniciar estes processos.
- Entender a importância e o funcionamento dos mercados cambiais no esquema dos pagamentos internacionais.
- Analisar o comportamento das taxas cambiais.
- Entender a implicação das taxas cambiais sobre o balanço de pagamentos.
- Analisar e compreender questões referentes às políticas econômicas internacionais, tanto em nível micro, quanto macroeconômico.

Carga Horária

A carga horária total da disciplina é 60 horas-aula.

Conteúdo programático/objetivos

Veja, a seguir, as unidades que compõem o livro didático desta disciplina e os seus respectivos objetivos. Estes se referem aos resultados que você deverá alcançar ao final de uma etapa de estudo. Os objetivos de cada unidade definem o conjunto de conhecimentos que você deverá possuir para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à sua formação.

Unidades de estudo: 6

Unidade 1 – Evolução da economia internacional

O estudo desta unidade propiciará a compreensão de como se deu a evolução do comércio internacional. De modo que se possa entender como, a partir desta evolução, também evoluíram os atos de comércio para relações internacionais, implicando numa série de atividades econômicas que hoje caracterizam a economia internacional. Você também poderá avaliar o significado e a importância da economia internacional.

Unidade 2 – Generalidades sobre comércio internacional

O estudo desta unidade perpassa as principais características do comércio internacional que residem na variação do grau de mobilidade dos fatores de produção, na ordem monetária e legal. Também terá possibilidade de entender a implicação da natureza do mercado, da existência de barreiras ao comércio internacional e o problema das distâncias envolvidas.

Unidade 3 – Teorias do comércio internacional

Com o estudo desta unidade você compreenderá que o comércio internacional se divide entre os que defendem um comércio livre e os que defendem um comércio protegido. Poderá analisar o que pode ser melhor em termos de comércio internacional do ponto de vista econômico.

Unidade 4 – Economia internacional

O estudo desta unidade possibilitará a compreensão do processo de integração econômica, globalização e interdependência financeira e o entendimento das razões que levaram os países a iniciar esses processos. Você terá condições também de analisar a contribuição desses processos para o comércio internacional.

Unidade 5 – Mercado cambial

Com o estudo desta unidade você entenderá a importância do mercado cambial no esquema dos pagamentos internacionais. Compreenderá o funcionamento do mercado cambial. E terá subsídios para analisar o comportamento das taxas cambiais.

Unidade 6 – Balanço de pagamentos

Com o estudo desta unidade você terá condições de entender a implicação das taxas cambiais sobre o balanço de pagamentos. Conhecerá as razões dos desajustes no balanço de pagamentos e entenderá os mecanismos de ajustamento.

Agenda de atividades/Cronograma

- Verifique com atenção o EVA, organize-se para acessar periodicamente a sala da disciplina. O sucesso nos seus estudos depende da priorização do tempo para a leitura, da realização de análises e sínteses do conteúdo e da interação com os seus colegas e professor.

- Não perca os prazos das atividades. Registre no espaço a seguir as datas com base no cronograma da disciplina disponibilizado no EVA.

- Use o quadro para agendar e programar as atividades relativas ao desenvolvimento da disciplina.

Atividades obrigatórias	
Demais atividades (registro pessoal)	

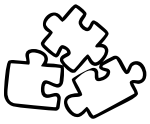
UNIDADE 1

1

Evolução da economia internacional

Objetivos de aprendizagem

- Compreender como se deu a evolução do comércio internacional.
- Entender como o mundo evoluiu dos atos de comércio para relações internacionais, criando numa série de atividades econômicas que hoje caracterizam a economia internacional.
- Avaliar o significado e importância do comércio internacional atualmente.



Seções de estudo

Seção 1 Origem do comércio internacional

Seção 2 Evolução do comércio internacional

Seção 3 Significado e importância da economia internacional

Para início de estudo

Com certeza você acompanha, e até mesmo se interessa pelo noticiário que trata de assuntos econômicos internacionais:

Quem sabe acompanha com freqüência as variações das taxas cambiais, e até discuta com os amigos as vantagens e as desvantagens da entrada ou saída de capitais estrangeiros no País.

Com certeza você já se perguntou por que variáveis relacionadas com comércio internacional têm tanta influência na economia interna, não é mesmo?

A proposta desta unidade é familiarizar você com as mesmas, de tal modo que ao final você verá que estão bem mais próximas do seu cotidiano do que imagina, e que você participa de todas elas.

Você irá compreender como o comércio internacional se originou, e como evoluiu. Na verdade se transformando naquilo que hoje se conhece como Economia Internacional.

E por se tratar de economia, eis aí a ligação tão íntima entre a interna e a externa.

Seção 1 – Origem do comércio internacional

O homem para satisfazer suas ilimitadas necessidades, adquire bens e serviços, elaborados mediante a utilização de **fatores de produção,** cuja característica é a escassez.

Fatores de produção são recursos naturais, mão-de-obra, capital e tecnologia que combinados resultam em bens e serviços.

Isso é, diante de necessidades sem fim, mesmo que existam em abundância, se tornam escassos dadas as múltiplas funções a que se destinam.

Mesmo existindo abundância de alimentos, facilmente encontrados na natureza em seu estado natural, e com os quais é resolvido o problema de fome, eles se tornam insuficientes diante de novas necessidades (poderia ser por alimentos industrializados), o que obriga a uma nova atividade econômica, que não a pura extração dos mesmos.

Isso se estende para todas as demais matérias-primas: de sua extração em estado natural para a sua produção, diante das necessidades ilimitadas e progressivas do ser humano.

Vestuário, habitação, lazer, conforto.

Consumo é a compra de bens e serviços. Produção é processo pelo qual se transforma os fatores de produção em produtos, mercadorias ou serviços para venda no mercado.

Observe que há importantes fatores econômicos, que devem ser considerados: o **consumo e a produção**. E o homem percebeu que era difícil produzir tudo o que desejava consumir. Como solução adotou um conceito de produção até hoje em prática: a **divisão do trabalho**.

Se eu produzo calçados e vendo para o exterior, e você produz calçados e vende para o mercado interno, então que eu me dedique ao comércio internacional e você ao mercado interno.

Divisão do trabalho é a organização da produção em diversas atividades realizadas por trabalhadores diferentes.

Enquanto que, anteriormente tentava produzir tudo o que desejava, agora se voltou à produção daquilo que, realmente, sabia fazer, deixando para outros a produção dos demais bens. Com esta decisão viu melhorar o desempenho de produção, tanto quantitativo, quanto qualitativo. No entanto se mostrou incapaz de resolver o problema crucial da escassez. Das **necessidades primárias** (alimentação, vestuário e habitação) passou para as **progressivas** (educação, lazer, conforto).

Seção 2 – Evolução do comércio internacional

A incapacidade para resolver o problema da escassez pode ser atribuída aos mais variados fatores. Aos naturais, por exemplo, pois você sabe que países apresentam diferenças de solo, clima e estrutura geológica, que os leva a produzir dentro dessas características. Ou a fatores ligados aos aspectos tecnológicos, pois você também sabe que alguns países são mais desenvolvidos do que outros. Os mais desenvolvidos têm um nível de conhecimento técnico e cientifico maior, e conseqüentemente conseguem desenvolver tecnologias mais modernas.

É verdadeiro afirmar que, por razões físicas ou naturais, os diferentes recursos minerais do mundo estão irregularmente distribuídos.

O Oriente Médio é rico em petróleo, mas não é rico em minério de ferro; o Brasil é rico em minério de ferro, mas não é rico em petróleo.

A partir daí é natural que surjam as trocas de um produto pelo outro.

A tecnologia e o desenvolvimento científico, igualmente, se distribuem muito mal no mundo. Enquanto de um lado existem economias altamente desenvolvidas, técnica e cientificamente, de outro há economias praticamente vivendo na mais remota das idades econômicas, cujas transações são, ainda, muito atrasadas.

Os Estados Unidos são muitas vezes superiores em tecnologia se comparados com economias existentes na África, por exemplo, onde ainda se pratica em alguns países transações econômicas muito rudimentares.

Essa situação confirma a necessidade das trocas, e adiciona um novo componente às mesmas, ou seja, seus diferentes graus de comércio. Enquanto umas trocam tecnologia por matérias-primas, outras fazem o caminho inverso.

É fácil perceber que o comércio internacional, antes de tudo, resulta da incapacidade das economias produzirem individualmente todos os bens e serviços de que necessitam seus habitantes, já que pela combinação do processo de divisão do trabalho, a produção alcançada e o nível de consumo resultarão em **excessos de produção ou escassez de produção**. Eis aí os ingredientes do comércio internacional.

Excesso de produção é quantidade produzida em volume superior ao consumo da população. Já escassez de produção é a quantidade produzida em volume inferior ao consumo da população.

Inicialmente, portanto, as economias trataram de resolver os seus problemas de excesso e escassez, vendendo e comprando mercadorias fora de suas fronteiras.

Você sabia que de tão intenso, o comércio internacional representa hoje algo em torno de 25% de toda a produção mundial?

É Importante registrar que esse impressionante volume e intensidade das trocas comerciais têm tudo a ver **com a percepção de que as economias se tornaram globalizadas**, marcando, definitivamente, o caráter de interdependência entre elas. Nenhuma delas, seja a economia americana, a brasileira ou a da Nigéria, consegue mais viver isoladamente.

Globalização é o processo que vem transformando as economias mundiais, caracterizado por formação de blocos econômicos regionais, aumento da movimentação de capitais e investimentos, crescente interdependência financeira internacional, tendência à desregulamentação dos mercados e diminuição do poder dos governos nacionais, na condução da economia.

Nesse processo, duas etapas se caracterizaram:

- numa primeira etapa pelo amplo e restrito domínio das principais economias capitalistas, resultante de um longo período de exploração de suas colônias, em que acumularam grandes capitais, o comércio internacional apresentava uma estrutura bastante simples, na qual as

grandes economias capitalistas compravam alimentos e matérias-primas das economias mais pobres e vendiam produtos industrializados;

- numa segunda etapa, apesar da estrutura anterior continuar valendo, o desenvolvimento industrial e tecnológico provocou algumas alterações importantes, tais como, além de produtos industrializados, as grandes economias capitalistas passaram a vender, em larga escala, tecnologias, serviços, material bélico, nuclear, etc. Os capitais que acumularam na primeira etapa começaram a se movimentar pelo restante do mundo; enquanto isso, as economias mais pobres, igualmente, iniciaram um processo de venda de alguns produtos industrializados, mas, principalmente, passaram a comprar produtos mais avançados, como tecnologias de ponta (química fina, eletroeletrônicos) e a receber os capitais que se acumularam nas grandes economias capitalistas, que passaram a se movimentar seja por saturação das possibilidades de utilização nas economias de origem, seja por possibilidades de auferir rendimentos superiores aos alcançados em suas próprias fronteiras, desde que respeitadas as regras de segurança e liquidez.

A internacionalizou se deu não só no comércio, mas também em um conjunto de atos humanos decorrentes da atividade econômica de comércio. **Hoje ao se falar em comércio internacional, na verdade, estamos falando de economia internacional,** dada a abrangência e a importância que o tema adquiriu (MAIA, 2000, P. 27).

É importante destacar entretanto que a economia internacional engloba o comércio internacional (ou seja, a compra e venda de mercadorias e produtos), mas não só, engloba também a prestação de serviços (fretes, seguros, viagens, pagamentos de juros de dívidas), as transferências unilaterais (donativos, remessas), e o movimento de capitais, que terminam por se materializar no Balanço de Pagamentos de uma economia, com implicações para toda a sociedade, e não somente, para os envolvidos nos atos de comércio.

Na próxima seção você compreenderá o significado e a importância desse conjunto de atividades que constituem a economia internacional

Seção 3 – Significado e importância da economia internacional

Com a percepção de que as economias se tornaram globalizadas, a aceitação de que elas são interdependentes e o fim da Guerra Fria, nos anos 80, que acarretou na transição das economias centralizadas para economias de mercado, as trocas mundiais sofreram considerável incremento.

Esses argumentos são ilustrados por indicadores gerais relacionados ao crescimento do comércio mundial de bens e serviços, e os relacionados às transações financeiras internacionais, conforme segue:

PERÍODO	EXPORTAÇÕES MUNDIAIS (médias do período – em U$ bilhões)
1950-1960	91,2
1961-1970	195,7
1971-1980	986,2
1981-1990	2.302,3
1991-2001	4.995,8

Quadro 1.1 - Crescimento do Comércio Mundial – 1950-2001
Fonte: FMI, International Financial Statistics.

- O crescimento do volume de comércio mundial, nos últi mos dez anos supera o ritmo de crescimento da produção, em mais de dois pontos percentuais, conforme se visualiza no Quadro 1.2 a seguir:

PERÍODO	COMÉRCIO MUNDIAL	PIB MUNDIAL
1994-1998	2,9	2,5
1999-2002	7,4	4,2

Quadro 1.2 - Crescimento médio anual do PIB e do Comércio Mundial (em %)
Fonte: ONU, Estúdio Econômico y Social, 2003.

- além disto, a expansão dos fluxos de capital tem sido ainda maior por causa da abertura dos países ao investimento estrangeiro, e da enorme velocidade das transações, com o advento das comunicações em tempo real (Internet). A migração quase instantânea do dinheiro fortalece investimentos estrangeiros de curto prazo. E ao menor sinal de instabilidade econômica ou política na economia em que se localizem, são resgatados, provocando crises que podem alastrar-se para outras economias, em função da sua atual integração.

A massa de recursos associada aos empréstimos bancários, que representava menos de 1% do valor da produção mundial, em meados dos anos 60 passou a corresponder a 40% do valor da produção já no início dos anos 90, e que o estoque de **investimento direto externo** e a produção mundial tenha dobrado, passando de 4,5%, em 1960 para 9%, trinta anos depois, segundo dados da UNCTAD – Conferencia das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, publicados em 1994.

Investimento Direto Externo – operação de deslocamento do capital de uma empresa para o exterior.

É natural, diante de números tão grandiosos, que outras atividades econômicas tenham igualmente apresentado expansão significativa no âmbito do comércio internacional, observe:

- viagens internacionais (lazer e negócios) é item bastante expressivo no balanço de pagamentos;

Segundo dados da WTTC – World Travel and Tourism Council o setor de turismo superou todos os demais segmentos econômicos, num total de U$ 2,9 trilhões, gerando 118 milhões de empregos, e pagando salários de U$ 727 bilhões, no ano de 1990? E que com U$ 1 bilhão de investimentos, o petróleo abre 380 empregos; enquanto o turismo abre 12.650 empregos diretos e indiretos? Que a receita de turismo, no mundo, é maior que a fabricação de automóveis ou de exploração de petróleo?

- fretes, serviços portuários, aluguéis de contêineres, fornecimento de combustível, reparos e afretamentos, adicionando os seguros necessários ao transporte das mercadorias negociadas, se mostram também importantes;

Basta considerar que só no Brasil o saldo negativo desse grupo chega a ultrapassar as vendas internacionais de alguns produtos. Deve-se isso ao problema da infra-estrutura brasileira que é bastante cara, pelas deficiências históricas.

- a expansão do comércio internacional, em sua segunda etapa, destacada na Seção 2, tornou igualmente significativo o pagamento de juros, os lucros e os dividendos dos investimentos estrangeiros, e o pagamento dos *royalties*, pela cessão de tecnologias dos mais ricos aos menos desenvolvidos.

Os juros constituíram-se, inclusive, em capítulo dramático na evolução do comércio internacional, uma vez que para alcançar padrões de desenvolvimento menos distantes dos mais ricos, as economias mais pobres utilizaram o recurso do endividamento externo como instrumento de financiamento dos projetos necessários, e encontraram pela frente obstáculos ainda maiores, quando a elevação dos juros, provocada pelas crises do petróleo, da década de 70 aumentaram, drasticamente, as necessidades de dinheiro necessário ao pagamento dos mesmos.

Esses elementos, você já sabe, compõem o que é classificado como balanço de serviços de uma economia.

Você sabia?
Em 1995 o saldo positivo apresentado pelos Estados Unidos em seu balanço de serviços foi de U$ 68,3 bilhões, o que equivalia a um valor superior ao total de vendas externas do Brasil naquele ano?

Com essas informações é fácil você concluir que, de fato, falar de comércio internacional hoje é falar de uma série de atividades, que na verdade, caracterizam uma atividade econômica, e não apenas a compra e venda de mercadorias.

Síntese

Nesta unidade você estudou que o comércio internacional resulta da diferença de fatores de produção disponíveis aos países, o que causa excessos e faltas na produção dos diversos bens e serviços que se destinam à satisfação das necessidades de seus habitantes.

Percebeu também que com a globalização acentuou-se a interdependência entre eles, criando uma necessidade adicional de investimentos em tecnologia, que encurtaram as distâncias da informação, gerando uma expansão gigantesca das atividades envolvidas no comércio, o que terminou por criar uma verdadeira **economia internacional**.

Atividades de auto-avaliação

1) A divisão do trabalho contribuiu para a expansão das atividades de comércio internacional? Por quê?

2) Você acredita que o aumento na velocidade da informação – o surgimento da internet, por exemplo – evidenciou ainda mais a interdependência entre os países? Justifique.

3) Justifique o surgimento da economia internacional como expansão da atividade de comércio internacional.

Saiba mais

CARVALHO, M. A; SILVA, C. **O processo de globalização.** In: Economia internacional. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 244-246.

MAIA, J. **Economia internacional:** conceito e significado. In: Economia internacional e comércio exterior. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2000. p. 25-62.

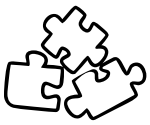
UNIDADE 2

2

Generalidades sobre comércio internacional

Objetivos de aprendizagem

- Compreender que as principais características do comércio internacional residem na variação do grau de mobilidade dos fatores de produção, na ordem monetária e legal.
- Entender a implicação da natureza do mercado, da existência de barreiras ao comércio internacional e o problema das distâncias envolvidas.



Seções de estudo

Seção 1 Variações no grau de mobilidade dos fatores de produção

Seção 2 Natureza do mercado

Seção 3 As barreiras ao comercio internacional

Seção 4 Distâncias

Seção 5 Ordem monetária

Seção 6 Ordem legal

Para início de estudo

Quero acreditar que você não tenha se deixado levar pela falsa impressão de que comércio internacional nada mais seria do que um prolongamento do comércio interno, o que o levaria a ser analisado pelos mesmos parâmetros.

Mas você deve estar pensando que são muito semelhantes não é mesmo? Afinal, é um ato de compra e venda de mercadorias!

De fato apresentam semelhanças! A principal delas reside em que ambos se fundamentam nos desejos e necessidades humanos, o que os leva ao mesmo objetivo primordial: a satisfação desses desejos e necessidades.

A origem de ambos é outra semelhança importante, pois a incapacidade de produzir, vantajosamente, todos os bens e serviços de que tenham necessidades os seus habitantes levam regiões e países a praticar o comércio entre si. Essa incapacidade vai da desigualdade na distribuição geográfica dos recursos naturais a diferenças de clima e de solo até as diferenças de técnicas de produção (tecnologia).

No entanto, as semelhanças são, meramente, conceituais.
Em termos práticos diferem pelo fato de que no comércio internacional estão envolvidas variáveis, tais como hábitos e costumes, moeda, leis, tratados, mercados, bastante diferentes do mercado interno.

Seção 1 – Variações no grau de mobilidade dos fatores de produção

Você deseja instalar uma fábrica em Santa Catarina. Os fatores de produção necessários, **para a utilização mais vantajosa** possível estão disponíveis em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, por exemplo. Você não conseguirá transportar os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e colocá-los dentro de Santa Catarina.

Mas pela magia do comércio você conseguirá comprar os fatores de produção característicos de São Paulo (máquinas e equipamentos, capital financeiro), de Minas Gerais (matérias-primas), do Rio Grande do Sul (mão-de-obra).

Sem muitas dificuldades poderá transferir todos eles para Santa Catarina.

E você sabe por quê?

Porque você está no mesmo país, onde os movimentos migratórios dos recursos obedecem à mesma ordem política, jurídica e social. O sistema monetário é o mesmo (a unidade de moeda é o Real em todas as regiões envolvidas). O fator de negociação poderá ser, simplesmente, a adequada compensação aos possuidores dos recursos necessários.

Mas se para a mesma situação acima os fatores de produção estivessem disponíveis, de forma mais vantajosa, nos Estados Unidos (máquinas e equipamentos), na África do Sul (matérias-primas), na Alemanha (mão-de-obra) e em Israel (capital financeiro), você terá o mesmo grau de facilidade em transferi-los para Santa Catarina do que na situação anterior?

Com certeza não! A especialização profissional, o papel das associações profissionais, os laços de família, os costumes, o idioma, a legislação imigratória, a existência ou não de restrições ao comércio, as regras para a transferência de capitais financeiros e os sistemas monetários são diferentes.

Enquanto que o Brasil não apresenta grandes dificuldades para a entrada de trabalhadores estrangeiros, os Estados Unidos, pela legislação imigratória, e atuação das associações profissionais apresentam enormes dificuldades ao ingresso de trabalhadores estrangeiros.

Não esqueça, também, que a transferência de matérias-primas pode enfrentar restrições impostas por legislação aduaneira (impostos, por exemplo), ou por outras razões (padrões de qualidade, por exemplo), como você estudará mais adiante.

Lembre-se, ainda, que os capitais financeiros podem não ter essa mobilidade fácil que existe no Brasil, ou ainda, apresentarem um nível de risco muito grande, pois são sistemas monetários diferentes (no Brasil, a unidade monetária é o Real, nos Estados Unidos é o dólar), e diferentes regimes políticos estão envolvidos.

Há países, como o Chile, por exemplo, que cobram taxas para a entrada e saída de capitais estrangeiros, além de permanecer sem utilização por um período mínimo de tempo, tanto na entrada, quanto na saída.

Portanto, mesmo que possível e justificado, como já visto, há variações em maior ou menor nível no grau de mobilidade dos fatores de produção quando se trata de comércio internacional, ditado pelos diferentes aspectos políticos, jurídicos, sociais, econômicos e geográficos envolvidos.

Seção 2 – Natureza do mercado

No comércio interno o idioma, os costumes, gostos, hábitos de comércio, sistemas de pesos e medidas apresentam uma unidade que tende a padronizar os hábitos de consumo e os bens produzidos, facilitando a adoção de sistemas de produção em larga escala.

O mercado interno apresenta maior unidade emocional; como os seus habitantes estão sujeitos às mesmas leis, tradições históricas e familiares, vibram diante dos mesmos estímulos, econômicos ou não.

Mas e quando se trata de comércio com o exterior?

Por certo não haverá essa facilidade. Quem operar no mercado internacional há de se aprofundar no conhecimento dos hábitos e reações das pessoas que lá moram, adaptando seus produtos, de modo a atender a satisfação das necessidades, dentro das peculiaridades de cada um.

Um produto pode ser bom e bem aceito no mercado interno, mas fracassar no exterior; ou ainda ser bem-sucedido num determinado mercado externo, e não em outro.

No mercado internacional, uma vez que leis, tradições históricas e familiares não são as mesmas, e motivos de ordem política podem colocar certos povos em oposição, a unidade emocional não se apresenta no mesmo grau que para quem atua no mercado interno.

Quando o Brasil iniciou negociações comerciais com os países comunistas, inúmeras foram as objeções que se levantaram à concretização dessas negociações, algumas de fundo econômico, porém, a maior parte de fundo político ou ideológico. Ou ainda, a título de exemplo: a tradicional rivalidade entre argentinos e brasileiros, que pode prejudicar uma relação, que em principio, não deveria acontecer, já que ambos os países fazem parte do Mercosul.

Cada mercado deve ser tratado e analisado separadamente. E isso, de certo modo dificultará a aplicação de uma política de produção em massa.

Curiosidades sobre as relações internacionais de comércio

- Nas relações comerciais com a China, o branco nas embalagens deve ser evitado, significa luto para os chineses.
- Nas relações com alguns países da África, o vermelho e o preto não devem ser usados, estão associados à feitiçaria ou morte.
- Algumas imagens não devem ser utilizadas em embalagens: o porco, por exemplo, para negócios com os países muçulmanos, por motivos religiosos; o cão para os países árabes, pois é considerado um animal maldito; a vaca para os indianos, pois é um animal sagrado.
- Em 1997, uma inscrição em tênis da Nike, lembrando labaredas de fogo, provocou protestos nos países muçulmanos, por se assemelhar à grafia em árabe da palavra "Alá" (Deus).
- Números também requerem muito cuidado em sua utilização. Os norte-americanos detestam tanto o número 13 que na maioria de seus edifícios não existe o 13° andar, do 12° passa-se para o 14°; no Japão o número 4 está associado à morte; o número 7 é bom para alguns, mas muito mau para outros.

Segundo Ratti (2000, p. 344-345), algumas **curiosidades** devem ser observadas ao se estudar o mercado externo. Ao negociar com árabes, por exemplo, evite:

Pesquise mais em Luiz Roberto Carnier, Marketing internacional para brasileiros.

- colocar as mãos nas suas costas;
- estalar os dedos na sua frente (é uma maneira de chamar cachorro);
- cruzar as pernas exibindo as solas dos sapatos;
- recusar um abraço ou beijo;
- não permitir que ele caminhe de mãos dadas com você;
- utilizar a mão esquerda para comer ou passar algum documento (a mão esquerda é utilizada para higiene corporal).

Seção 3 – Barreiras ao comércio internacional

Mesmo que o comércio internacional traga resultados positivos para um país, ainda assim, muitos são os obstáculos à sua liberdade.

Esses obstáculos são chamados de medidas protecionistas, e a sua ocorrência leva à análise do impacto dessas que se constituem em verdadeiras barreiras ao comércio internacional.

Justificativas para a existência desses obstáculos:

- incentivo à criação de empregos;
- proteção a uma indústria estratégica;
- possibilitar o surgimento de novas empresas e indústrias.

O fato é que seja qual for a razão que se encontre na sua justificativa, em maior ou em menor número, em maior ou menor grau, todos os países de alguma forma buscam proteger seus mercados, sua economia, da ação da concorrência externa, criando assim barreiras ao comércio internacional.

E esse é um novo fator de análise na diferenciação entre comércio interno e comércio externo.

Enquanto que no comércio interno essas diferenças praticamente inexistem, ou se existirem podem ser de alguma forma administradas mais facilmente por estarem dentro do mesmo território, com os mesmos hábitos, costumes e sujeitas à mesma legislação, ao mesmo regime político, ao mesmo sistema econômico, às mesmas condições sociais; o mesmo não ocorre em relações de comércio com outros países, dadas às diferenças já apontadas anteriormente.

Dessa forma, mesmo desejando fatores de produção, que nos são mais vantajosos, ou que não nos sejam disponíveis, a sua obtenção encontrará barreiras, que talvez nos impeçam de obtê-los.

Você deseja muito um automóvel, da marca e características do seu sonho. No seu país, por alguma razão, dentre as muitas já citadas antes, não lhe está disponível. Mas pelo comércio internacional, e pela sua disponibilidade de recursos, você poderia obtê-lo. **Poderia** foi dito, pois se para a obtenção do mesmo existir alguma barreira, a realização do seu sonho poderá ser frustrada. O que poderia ser essa barreira? Talvez a existência de um elevado imposto sobre o valor de compra do automóvel, o que lhe exigiria recursos adicionais, distantes da sua disponibilidade atual. Ou poderia ser até mesmo a proibição de compras no exterior, de tal bem.

Pelo exemplo anterior você percebeu que foi citada ou uma existência de **imposto sobre o valor de compra** do automóvel, ou simplesmente a **proibição** de sua aquisição, por tratar-se de bem produzido no exterior.

Você deve ter deduzido, então, que existem diversos tipos de barreiras não é?

E se isso de fato aconteceu, você está certo, aquelas que envolvem a cobrança de um imposto são chamadas de **barreiras tarifárias (aduaneiras)** e aquelas que envolvem a proibição são chamadas de **outras formas de proteção (não-tarifarias)**.

Portanto, o encarecimento do preço dos produtos, ou a sua impossibilidade de aquisição, pela adoção de barreiras ao comércio internacional, anula esforços de produção necessários à participação no mercado internacional.

Seção 4 – Distâncias

Exceções à parte, as distâncias são outro fator diferencial entre comércio interno e externo, pois, de modo geral, são maiores para o exterior.

Isso acarreta maiores despesas com fretes, seguros, além de implicar em comércio de produtos mais variados possíveis, a exigir condições especiais de manuseio, transporte, embalagens.

Produtos perecíveis exigem um cuidado muito maior ao ser transportado para o exterior.

Seção 5 – Ordem monetária

Você ao negociar no mercado interno recebe ou paga em Reais (moeda nacional). No comércio internacional, quanto maior for a área de abrangência dos seus negócios, maior é a gama de moedas com que você deve trabalhar.

Se você compra produtos japoneses, deve pagar em ienes, a moeda nacional japonesa; se chineses, em yuan, a moeda nacional chinesa. Mas se você for vendedor, deve receber em Reais, a moeda nacional brasileira.

Dentro do seu país, a moeda nacional tem **poder liberatório**. No comércio internacional não é possível impor a aceitação de outra moeda que não seja a da parte interessada.

Poder liberatório é o poder de liquidar débitos (pagar dívidas) garantido pelo Estado, que pode forçar o curso da moeda, impondo sua aceitação.

Se você comprou algo do exterior, muito provavelmente, quem lhe vendeu não vai aceitar outra moeda que não a de seu próprio país. Se o vendedor é dos Estados Unidos vai querer receber dólares como pagamento.

Porém outro aspecto de suma importância está implícito na questão da ordem monetária a distinguir mercado interno de mercado externo: enquanto que do Oiapoque ao Chuí o Real tem o mesmo valor, entre o dólar (a moeda nacional dos Estados Unidos, cujo símbolo é U$) e o Real (R$), por exemplo, a diferença de valor pode variar, e muito, em períodos muito curtos de tempo. Variação essa determinada naquilo que você conhece como **mercado de câmbio**.

Mercado de câmbio é o mercado em que se estabelece o valor entre moedas de diferentes países pela taxa de câmbio.

Parece confuso? Então observe o exemplo!

No dia 27/06/2005 o dólar estava valendo U$ = R$ 2,37. Isso é a taxa de câmbio, que expressa o valor de uma moeda em relação à outra, no caso do U$ em relação ao R$, e informa que uma unidade de dólar compra duas unidades de Reais, mais trinta e sete centavos.

Embora a teoria pregue que o valor entre as moedas de diferentes países varia de acordo com as alterações no seu respectivo **poder aquisitivo** interno, fatores de natureza psicológica e outros podem contribuir para que o valor sofra alterações significativas, sem que para isso tenham ocorrido variações nos preços internos dos produtos comercializados por esses países.

Poder aquisitivo são os bens e serviços que se pode comprar com a mesma quantidade fixa de dinheiro.

Isso faz com que os custos e a execução das operações internacionais estejam sujeitos a transtornos e riscos especiais, que normalmente não ocorrem no mercado interno, diminuindo os lucros dos comerciantes, ou até mesmo transformando lucros em prejuízos.

Seção 6 – Ordem legal

No mercado interno você sabe que os instrumentos legais são os mesmos, realize você operações com o Norte ou com o Sul do país.

No caso do Brasil, por exemplo, o Regulamento do Imposto de Renda é o mesmo para todos os Estados, o Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, também, mesmo que apresentem pequenas variações de Estado para Estado.

Mas quando você realiza negócios com vários países a situação é totalmente diferente de um para outro. O que exige de você o conhecimento dos mais variados regulamentos legais.

No Brasil você sabe como proceder para a cobrança de títulos não honrados? Será o mesmo na Alemanha, no Japão, na China?

Você terá que descobrir.

Mas como descobrir?

Lendo, estudando, enviando especialistas para o exterior. Investindo em pesquisa, expandindo seus conhecimentos.

Síntese

Nesta unidade você foi apresentado às diferentes situações que envolvem o comércio internacional em relação ao comércio interno, das variações nos graus de mobilidade dos fatores de produção, às diferenças de ordem legal, passando pela natureza do mercado, pela ordem monetária diferenciada, pela ocorrência ou não de barreiras ao comércio internacional. Você pôde também observar que as distâncias envolvidas implicam em custos mais elevados.

Atividades de auto-avaliação

1) Justifique a mobilidade dos fatores de produção como diferencial entre comércio interno e externo.

2) O conhecimento dos hábitos e costumes de um país é importante no comércio internacional? Justifique sua resposta a partir do estudo realizado nesta unidade.

3) De que forma o domínio da legislação de outros países é importante no comércio internacional?

4) Justifique a ordem monetária como diferencial entre mercado interno e externo.

Saiba mais

Busque mais informações em:

RATTI, B. **Generalidades sobre o comércio internacional.** In: Comércio internacional e câmbio. São Paulo: Aduaneiras, 8ª ed., 1994. p. 339-353.

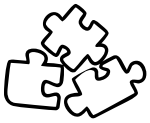
UNIDADE 3

3

Teorias do comércio internacional

Objetivos de aprendizagem

- Identificar as principais características do comércio internacional e suas divisões.
- Analisar o que pode ser melhor em termos de comércio internacional do ponto de vista econômico.



Seções de estudo

Seção 1 Especialização e graus de especialização

Seção 2 Teoria do comércio internacional e livre comércio

Seção 3 Política comercial e instrumentos de proteção

Seção 4 Impactos econômicos das duas correntes

Para início de estudo

Você já entende os diversos aspectos relativos ao comércio internacional e a sua importância. Do seu surgimento à sua evolução e, por último, suas semelhanças e diferenças com o comércio interno.

Percebe o interesse de diferentes nações em comerciar.

Agora tem condições de analisar as razões desse interesse, e quais os produtos que desejam comerciar, e se esse comércio termina se concretizando, tanto num regime de liberdade comercial, como dentro de certas regras que venham a criar obstáculos à sua realização, provocando modificações nos níveis de interesse.

A proposta nesta unidade é preparar você para essa análise.

Seção 1 – Especialização e graus de especialização

Inicialmente é bom recordar que lá nas suas origens o comércio internacional encontrou na divisão do trabalho um dos seus grandes suportes.

A divisão do trabalho nada mais é do que a especialização. Quando você percebe que sabe mais de alguma coisa é nessa alguma coisa que você irá dar mais atenção, e por que não dizer investir mais.

Transporte isso para a economia: se um país identifica uma ou mais áreas em que ele é mais apto, é nessa ou nessas áreas que deverá concentrar os seus recursos (fatores de produção).

A sua economia tem mão-de-obra (fator trabalho) e recursos naturais (fator matéria-prima) abundantes, mas não dispõe de máquinas e equipamentos para a sua transformação ou industrialização (fator capital). Então a sua economia deve se especializar em produtos básicos, antes de se preocupar em fabricar produtos industrializados.

Graus de especialização

Você pode estar se perguntando: em que nível de especialização deve atuar? Que nível de especialização deve adotar a economia?

Bem, a resposta a essa questão será melhor compreendida se você perceber que, para quaisquer que seja a atividade, individual ou coletiva, são disponibilizados recursos (fatores de produção).

Transpondo para a economia observe o seguinte exemplo:

Para uma certa economia são destinados ao todo 12 (doze) meses para produzir, por hipótese, 2 (dois) produtos. Se essa economia não desejar se especializar no produto que é melhor, ela dedicará 6 (seis) meses para um produto, e os restantes seis para o outro. Mas ela pode dedicar 7, 8, 9 meses de produção para o produto em que está mais apta; pode inclusive dedicar todos os 12 meses à produção daquele em que está mais apta. É essa a idéia de graus de especialização.

Se você dedicar à produção da economia quantidades iguais de fatores de produção não estará se especializando, mas a partir do momento em que destinar uma unidade a mais para a produção de um deles estará praticando a especialização, que terá como limite a destinação do total dos fatores de produção disponível, naquilo conhecido como **máxima especialização**, e que implica em abandono da produção dos demais produtos possíveis nessa economia.

Seção 2 – Teoria do comércio internacional e livre comércio

Imagine dois países **A** e **B** produzindo **M** e **X**, mediante a aplicação dos Coeficientes Técnicos de Produção (quantidade de horas necessárias para a produção de uma unidade de produto) conforme o Quadro 3.1:

País/Produto	M	X
A	3	5
B	4	6

Quadro 3.1 - Coeficientes técnicos de produção (em horas de trabalho)
Fonte: Elaboração do autor.

Você com certeza já deduziu que o país A *produz melhor do que o país* B *ambos os produtos. Não?*

Observe: 3 é menor do que 4, e 5 é menor do que 6, logo aquele que produz uma unidade de produto, em menos tempo do que o outro, é o melhor.

Porém fica a seguinte questão: nessas circunstâncias, sendo o país **A** melhor do que o país **B**, na produção de ambos os produtos, tem interesse em comerciar com **B**? E qual dos dois produtos?

Para produzir alguma coisa é necessário incorrer em custos (comprar matéria-prima, pagar mão-de-obra, investir em tecnologia). Logo, se o país **A** produz uma unidade de M em três horas, e o país **B** em quatro horas, é válido afirmar que o seu custo com M corresponde a 3/4 (75%) do custo em **B**. Da mesma forma é válido afirmar que o seu custo com X corresponde a 5/6 (83,3%) do custo em **B**.

Observe ainda que internamente, tanto ao país **A**, quanto ao país **B,** é permitido produzir mais de um produto do que do outro (se especializar), porém, com o coeficiente técnico expressando a plena capacidade de produção (pleno emprego de fatores), para aumentar a produção de um é necessário diminuir a produção do

outro, já que implica em transferência de fatores de produção de um para outro.

Nessas condições, se o país **A** desejar, internamente, produzir uma unidade a mais de X, em que consome cinco horas para produzir uma unidade, terá de usar mais do que as três horas que destina para a produção de uma unidade de M. O que em última análise significa que uma unidade a mais de X, em **A**, custa 1,67 unidades de M (5 : 3). Enquanto isso, no país **B**, uma unidade a mais de X custa 1,5 unidades de M (6 : 4).

Não lhe parece que ao país **A** interessa concentrar seus esforços (se especializar) em M, já que sua vantagem comparativa é maior (seu custo equivale a 75% do custo em **B**), e tentar negociar com esse país o produto X, em que é obtido ao custo de 1,5 unidade de M, valor menor do que o do seu mercado interno? E que ao país **B** interessa se concentrar em X, já que sua desvantagem é menor (o custo de **A** é 83,3% do seu custo), e tentar negociar com este país o produto M, em que é obtido a 0,6 unidades de X (3 : 5), menor do que no seu mercado interno, onde custa 0,67 unidades de X (4 : 6)?

Em resumo, **A** ao se especializar em M obtém um excedente de produção. Vai desejar exportá-lo. Por sua vez, o país **B** ao identificar que pode obter M mais barato do que produz internamente se especializa em X, obtendo, também, um excedente de produção, que, igualmente, vai desejar exportar.

Porém ambos abrem mão da produção do outro produto X no país **A**, e M no país *B*. Têm de importá-lo (até porque a escassez decorreu de uma decisão econômica, em que foi identificada a possibilidade de comprá-los mais barato do que fabricá-los internamente).

Eis os ingredientes do comércio internacional.

Como cada país tem fatores de produção diferentes, em quantidades e habilidades também diferentes, os gastos de produção conseqüentemente diferem e cada país se beneficiaria se produzisse os produtos em que tivesse vantagens comparativas.

Isso explica porque os países comerciam entre si, e com quais produtos. Aqueles que apresentam uma maior vantagem comparativa, nos quais se especializam, criam os excedentes de produção, por neles obter uma maior produtividade.

Tudo **por meio de um comércio livre**, no qual o que conta é a competência de cada um para a produção dos bens e serviços desejados pela sociedade. Essa é a teoria do comércio internacional: a **Teoria das Vantagens Comparativas**, que na forma apresentada foi desenvolvida pelo economista inglês David Ricardo.

Antes de Ricardo, outro economista, Adam Smith em sua Teoria das Vantagens Absolutas tratou do assunto. Porém limitou seus estudos a situação em que cada um dos países envolvidos no comércio internacional apresentasse sobre o outro uma vantagem em um dos produtos, não conseguindo ir além, quando a situação se apresentava com vantagem para um dos países, em todos os produtos envolvidos. Neste caso defendia não ser necessário a especialização, e muito menos o comércio internacional, o que foi contestado e comprovado por Ricardo, como visto.

Seção 3 – Política Comercial e os instrumentos de proteção

Na Seção anterior você aprendeu que em livre comércio, cientes de suas potencialidades, os países deveriam buscar a especialização naquilo em que são melhores. No extremo significa afirmar que deveriam, até mesmo abandonar a produção daquilo em que não tem boa performance, transferir os recursos ali utilizados para a produção em que são melhores (apresentam uma vantagem comparativa), e importar o que deixariam de produzir.

Na verdade o que se observa é o contrário. Procuram produzir tudo, mesmo em condições desfavoráveis. Por que? Algumas considerações são necessárias:

- Não há uma garantia de que o excedente será, efetivamente, exportado;
- Na busca pela exportação do excedente encontrará mercados cada vez mais distantes. Será que os gastos daí decorrentes manteriam a vantagem comparativa?
- O uso intensivo do (s) fator (es) de produção responsável pela sua vantagem comparativa não poderia provocar sua exaustão?

São considerações que implicam em afirmar que há limites para a especialização. Mais:

- A interdependência decorrente dessa decisão não poderia implicar em abandonar a produção de produtos estratégicos, e até mesmo de segurança nacional, o que deixaria o país vulnerável?
- Grupos econômicos poderosos, que dão sustentabilidade não só econômica, mas, muitas vezes, até política aos governantes, não se sentiriam ameaçados, diante de uma concorrência, e passariam a exigir medidas no sentido de eliminá-la?
- E por fim, a meta dos governos em transformar seus países em produtores de bens e serviços industrializados, mesmo que suas potencialidades o direcionem para a produção de bens e serviços básicos, não contribuiria para a distorção de suas potencialidades?

E a partir delas os países criam barreiras às relações internacionais, o que implica em todas as transações feitas, com base na proteção à produção nacional, a qual se sustenta nos três pilares da atividade econômica:

I. A existência de matéria-prima;

II. A disponibilidade de mão de obra;

III. E a capacidade de investimentos.

Com isso buscam proteger a natureza, de onde extraem as matérias-primas, o mercado de trabalho, de onde obtém a mão-de-obra, e o capital, de onde obtém os recursos necessários aos investimentos. E, uma vez obtida a proteção da produção nacional, tratam de garantir mercado para a mesma, pela adoção de certas práticas amparadas em instrumentos legais denominados de Política Comercial.

Proteção da natureza

Os recursos naturais são finitos e sua extinção pode significar o fim de matérias-primas essenciais ao processo produtivo. Isso implicaria no desaparecimento de alguns produtos, na hipótese de não se desenvolver alternativas. Proteger os recursos naturais, então, é proteger a própria produção nacional.

Outra preocupação, não menos importante, e não menos prejudicial à sociedade, é com a sustentação do preço das ***commodities***.

Commodities são produtos negociados no mercado internacional, oriundos do setor primário da economia.

Para você entender observe a colocação de Maia (2000 p.133) com o seguinte exemplo:

Ao fim da I Guerra Mundial, com suas possessões asiáticas, a Inglaterra era a maior produtora de borracha do mundo, também era uma grande devedora dos EUA, que por sua vez era o grande consumidor de borracha. A Inglaterra concebeu um plano, pelo qual pagaria os EUA com o dinheiro dos próprios americanos. Aumentou, substancialmente, o preço da borracha. Aos EUA não restou alternativa senão pagar o novo preço. A partir daí, os EUA tentaram plantar seringueiras no Brasil, e os holandeses passaram a plantar em suas colônias asiáticas.

Observe uma situação mais recente:

Na década de 70, com a elevação do preço do petróleo, houve um prejuízo mundial, exceto para o Oriente Médio, onde a OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo – auferiu enormes lucros. Com o efeito negativo em suas economias, os prejudicados trataram de usar mais racionalmente o combustível, e buscaram alternativas ao uso do petróleo. No Brasil, como alternativa desenvolveu-se o automóvel movido a álcool.

Nos dois exemplos, o resultado final foi a queda do preço especulativo das *commodities*.

A solução passa por investimentos em áreas para as quais o país pode não apresentar habilidades, nem quantitativas, nem qualitativas.

Proteção ao trabalho

São grandes as restrições à entrada de trabalhadores estrangeiros nos países. Mesmo para os mais qualificados, que se você analisar do ponto de vista do investimento feito poderia até ser benéfico ao país recebê-los, pois chegariam prontos para trabalhar na sua especialidade.

Mas e quando ocorre a situação de escassez de mão-de-obra?

Os países se abrem à mão-de-obra estrangeira, porém, no decorrer do tempo essa abertura trás problemas sociais, com agravantes na hipótese da economia do país entrar em recessão, gerando desemprego tanto para a mão-de-obra interna, quanto para a externa.

A solução passa pela tecnologia, ou seja, substituir homens por máquinas e no desemprego (agora agravado pelo desemprego tecnológico) propiciar condições de sobrevivência aos desempregados (salário desemprego, auxílio médico, etc.).

Proteção ao capital

A análise dos tópicos anteriores leva à conclusão de que investimentos são necessários. Foi necessário investir em novas alternativas, e investimentos pressupõem capital (físico, monetário, tecnológico).

A solução seria deslocar capital de uma atividade em que o país apresenta habilidades quantitativas e qualitativas, para aquela em que não está tão habilitado, mas que se tornou necessária.

Práticas de participação no mercado

Não basta só proteger a produção nacional. A garantia de mercado, que supere os movimentos da oferta e da procura propiciada pelo livre comércio, é necessária, no entendimento dos críticos ao livre comércio. Por isso suas práticas de mercado se afastam dos pressupostos da concorrência, observe:

- ***dumping*** – prática de mercado que consiste em vender no mercado externo por preço abaixo do custo de produção, esse por sua vez já pode estar reduzido por instrumentos de política comercial, como você verá a seguir;

- ***oligopólios*** – prática que consiste em deixar na mão de poucos produtores o mercado de um determinado produto. No Brasil, antes da abertura de mercado, a indústria automobilística tinha apenas quatro fabricantes: GM, Ford, Fiat e Volkswagen;

- ***truste*** – prática de mercado que consiste na fusão de várias empresas, que passaria a impor preços e condições;

- ***cartel*** – prática de mercado que consiste num acordo comercial entre vários produtores, que distribuem ente si quotas de produção, determinando os preços que se encarregam de eliminar a concorrência. A OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo é um exemplo.

Como se vê muitas são as colocações que questionam o livre comércio, e o impedem de se firmar como prática internacional. Cada uma delas tem um elevado grau de fundamentação, pelo menos na retórica.

Diante de tais colocações os países estabelecem suas políticas comerciais externas, que poderiam ser a de observar os preceitos do livre comércio. Porém o que se observa é que essas políticas comerciais externas acabam se transformando num conjunto de medidas que visam a intervenção no comércio internacional.

Os governos utilizam os mais variados instrumentos, que terminam por criar obstáculos ao comércio internacional, protegendo produtores internos ineficientes.

Sempre revestidos do caráter de uma política macroeconômica, que em tese busca salvaguardar os interesses nacionais, que num determinado momento pode visar a restrição às importações, noutro gerar um incentivo às exportações.

Em principio, instrumentos de cunho alfandegário são utilizados, mas seu crescente questionamento mundial, nos dias de hoje, os derivaram a outras práticas.

Tarifas

Tarifar é estabelecer um direito aduaneiro (tributo) incidente sobre transações que impliquem em entrada ou saída de produtos, pelas fronteiras do país.

Como tarifar a saída de produtos significa encarecê-los no mercado externo (altamente competitivo), o direito aduaneiro (tarifa) de exportação é de pouco uso, porém o de importação não é tão raro assim, e o Imposto sobre Importações é um exemplo. Significa que um imposto é cobrado sempre que um produto oriundo do exterior ingressar no país.

Se cobrado sobre o valor da operação diz-se ***ad valorem***, expresso por uma alíquota;

A política comercial estabelece que sobre a entrada de produtos provenientes do exterior incidirá uma tarifa de 10% sobre o seu valor. Se o valor montar a R$ 1.000,00, o imposto de importação equivale a R$ 100,00. Se o valor dobrar, o imposto também dobra.

se cobrado por unidade de produto importado, independente do valor da operação, diz-se **específico**, expresso em valor.

Considere o exemplo anterior, porém com a política comercial estabelecendo que sobre a unidade de medida do produto, e não sobre o valor da transação, será cobrada uma tarifa de R$ 100,00. Se uma tonelada de certo produto ingressar no país, e a tarifa incide sobre a tonelada importada, será cobrado R$ 100,00, não importando se seu valor atingir R$ 10.000,00. Se no futuro essa mesma tonelada representar uma transação de R$ 20.000,00, não havendo alteração na tarifa continuará sendo cobrado os mesmos R$ 100,00.

Sua utilização, na maioria das vezes, tem como objetivo restringir as importações, oferecendo vantagens ao produtor interno na concorrência com os produtores externos. A par do objetivo a que se destine, sua prática leva a distorções na economia

Subsídios

São instrumentos que funcionam de forma inversa ao da tarifa. Enquanto que naquela há cobrança de imposto sobre as transações que impliquem entrada ou saída de produtos pelas fronteiras do país, no subsídio ocorre uma liberação daquilo que deveria ser cobrado. Consistem em pagamentos, diretos ou indiretos, feitos pelo governo, com o intuito de reduzir gastos para o produtor interno.

São concedidos por meio de pagamentos em dinheiro, redução de impostos ou financiamentos a taxas de juros menores do que as normalmente cobradas em operações idênticas para empresas não contempladas com a política comercial de subsídios.

Podem visar uma diminuição de importações, ou um aumento das exportações, e subdivide-se em:

- **subsídio à produção** – protege o produtor interno, isolando o mercado interno da concorrência externa. O governo abre mão (deixa de cobrar) do imposto que lhe é devido pelo produtor interno, provocando uma diminuição de custos, ou, em termos econômicos, significa a mesma coisa que um aumento na renda desse produtor, que passa a ser mais competitivo frente ao fabricante externo;

- **subsídio à exportação** – agora com o intuito de tornar o fabricante interno mais competitivo no mercado externo, o governo deixa de cobrar os impostos do fabricante interno, que destinar sua produção ao exterior. Como citado antes, pode ser operacionalizado, também, via concessão de financiamentos a juros mais baratos para quem exporta, do que os cobrados para quem se dedica só ao mercado interno. Mesmo proibido pela OMC – Organização Mundial do Comércio, é um instrumento bastante utilizado, merecendo destaque os subsídios concedidos pela União Européia aos seus produtores agrícolas (estima-se que algo em torno de U$ 1 bilhão/dia).

Outros instrumentos

- **Quotas de importação** – resultado de uma decisão unilateral, ou de um acordo entre países. Consiste no estabelecimento de um limite quantitativo, expresso ou em unidades físicas ou em unidades monetárias, até o qual é permitida a importação.

O Brasil estabelece ou acorda com outro país que as importações de automóveis permitidas equivalem a 250.000 unidades, num determinado período. Ou que o valor das importações de automóveis permitido, num determinado período, é de U$ 2 bilhões.

- **Controles cambiais** – considerando o impacto do produto no balanço de pagamentos, ou a sua essencialidade para a economia, o governo cria mais de uma taxa cambial. Os produtos com menor impacto no balanço de pagamentos, ou os mais essenciais para a economia, são beneficiados com taxas mais favoráveis.

Um exemplo mais recente você vivenciou com as taxas cambiais divididas em U$ Comercial (destinado às transações comerciais: importação e exportação de produtos), e o U$ Turismo (destinado às viagens internacionais). As primeiras mais atraentes do que as segundas.

- **Proibição de importação** – forma direta de proteção.

Como exemplo lembre-se da proibição por parte dos EUA às importações oriundas de Cuba.

- **Monopólio estatal** – o monopólio da Petrobras na importação de petróleo pelo Brasil é o exemplo que demonstra que o governo pode centralizar a importação de produtos que tenham elevado impacto no balanço de pagamentos.

- **Similar nacional** – existindo produto fabricado no mercado interno, o Governo proíbe sua importação.

- **Depósito prévio à importação** – consiste em antecipar à autoridade monetária (Banco Central) o total ou uma parte do valor envolvido na importação de certo produto, que assim fica retido até a concretização da operação.

- **AVRE** – Acordo Voluntário de Restrição às Exportações – com receio de sofrer sanções mais pesadas por parte do importador, numa negociação bilateral, consiste numa decisão do país exportador em restringir suas vendas ao mercado importador, mesmo que seu interesse fosse aumentá-las.

O exemplo mais recente da adoção desse instrumento aconteceu quando da invasão de automóveis japoneses no mercado dos EUA. A ameaça de uma retaliação mais grave aos negócios entre ambos levou o Japão a restringir as exportações de automóveis para o mercado norte-americano.

A adoção generalizada desses instrumentos e o incremento das relações internacionais, determinantes da expansão do fórum de discussões internacionais para a criação da OMC - Organização Mundial do Comércio (transformação do antigo **GATT**), terminaram por modificar a estrutura de instrumentos utilizados na política comercial externa dos países, na tentativa de evitar os questionamentos internacionais.

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, documento assinado em 1947 com o objetivo de reduzir as barreiras comerciais, aumentar a interdependência entre países e diminuindo os riscos de um novo conflito mundial.

Surgiram novas formas, não-alfandegárias, de proteção à natureza, ao mercado de trabalho, ao capital, que no mínimo abrem uma discussão se na verdade se destinam aos fins a que se propõem, ou se no fundo são instrumentos de proteção comercial. São elas:

- **barreiras técnicas** – estabelecimento de exigências técnicas mínimas para permitir a entrada dos produtos no país;

- **barreiras ecológicas** – padrões rígidos de cumprimento de normas ecológicas para permitir a importação;

- **barreiras burocráticas** – padrões de cumprimento de normas burocráticas antes do ingresso do produto no país;

- ***dumping* social** – padrões de salário muito baixo são utilizados como instrumento de entrada no mercado internacional, pois diminui o preço do produto;

- **etiqueta social** – padrão de cumprimento de certas normas sociais que permitam a importação, tais como: liberdade sindical, negociação coletiva de contratos de trabalho, proibição do trabalho escravo e infantil, inexistência de discriminação racial, religiosa, cor, sexo e de convicção política.

Agora, analise algumas dessas novas formas, quando colocadas em prática, extraídas de Maia (2000 p.146 a 150):

- só é permitido o ingresso no mercado americano de abacaxi que tenha o mesmo grau de acidez do produzido no Hawaí;

- em 1994, a União Européia só permitia a importação de bananas com pelo menos 14 cm de comprimento e 2,7 cm de largura;

- os carros japoneses ganharam o mundo, e o mercado japonês é, totalmente, aberto aos carros estrangeiros (não há barreiras), entretanto, o nível de exigência técnica é tão elevado, que só a BMW, Mercedes e Jaguar têm condições de entrar;

- ainda com relação ao Japão e seus carros, os importados passam por uma vistoria anual obrigatória, com obrigação de trocas de peças, mesmo que não desgastadas, enquanto isso os carros japoneses estão dispensados da vistoria;

- durante um certo tempo só entrava no mercado alemão uma cerveja que atendesse a uma certa fórmula. Ocorre que só a cerveja alemã satisfazia essa exigência;

- para defesa do meio ambiente, os EUA estabeleceram padrões muito rígidos para importação de gasolina, embora a própria gasolina americana estivesse muito aquém dos padrões estabelecidos;

- o grupo Pão de Açúcar esperou 12 meses para conseguir importar sabão em pó. O Ministério da Saúde exigia a comprovação da existência de instalações adequadas para a venda do produto;

- em 1971 a Suécia proibiu a importação de calçados. Alegavam motivos de segurança, em caso de guerra seu exército não poderia ter suprimentos de botinas;

- na União Européia a importação de café brasileiro é taxada em 10%, enquanto o colombiano é livre, com o objetivo de colaborar com a Colômbia no combate às drogas;

- o custo da mão-de-obra por hora na indústria automobilística é de U$ 24,00 na Alemanha, U$ 12,00 na Inglaterra e de U$ 5,00 no Brasil. Nosso país já foi acusado de *dumping social*, mas o carro mais vendido, neste caso, é o alemão;

- a China expandiu suas exportações no mundo a impressionantes U$ 500 bilhões, tendo partido de uma situação semelhante à brasileira, e apresenta níveis de crescimento do PIB muito acima da média mundial. Os produtos chineses são fabricados com o uso de trabalho escravo.

As políticas comerciais externas derivaram para o surgimento de instrumentos, alfandegários ou não, que uma vez utilizados terminam por criar obstáculos ao comércio internacional. E cujos resultados finais são o impacto negativo sobre o comportamento da oferta e procura de bens e serviços, de modo que provocam distorções na economia interna.

Seção 4 – Impactos econômicos das duas correntes

Do livre comércio

Você concluiu na situação proposta na Seção 2 que ao país **A** interessa abandonar a produção de X e se especializar em M, comprando X do país **B**. E ao país **B** interessa abandonar o produto M, e se especializar em X, comprando M do país **A**.

Mas você sabe por quê?

A resposta encontrou amparo na Teoria dos Custos Comparativos, num comércio livre de qualquer barreira, alfandegária ou não.

Em termos comerciais significa que:

- O país **A** deseja importar X, desde que pague menos do que 1,67 M por unidade importada de X (pois esse é o seu custo interno para produzir M).
- O país **B** deseja exportar X, desde que receba mais do que 1,5 M por unidade exportada de X (pois esse é o seu custo interno para produzir X).

Por que menos do que 1,67 M e mais do que 1,5X? Se for para comprar pelo mesmo custo interno, não vale a pena manter relações comerciais externas.

O impacto econômico dessa decisão exige a análise que segue.

Considere, por hipótese (pode ser qualquer número), que o total de horas disponíveis para ambas as economias, para a produção de M e X, seja 900 horas. Assim, os países ao produzir ambos os produtos dedicam metade desse tempo para um, e a outra metade para outro, portanto 450 horas para cada produto.

Isso é, se o país **A** gasta três horas para produzir uma unidade de M, dispondo de 450 horas, por regra de três, produzirá 150 unidades (450 : 3). Usando essa mesma metodologia se chega ao Quadro 3.2, que mostra a produção de ambos os produtos, nos dois países, a partir dos coeficientes técnicos de cada um.

País/Produto	M	X
A	150	90
B	112,5	75

Quadro 3.2 - Produção (em unidades e sem especialização)
Fonte: Elaboração do autor.

Porém ambos constatam que não vale a pena agir desse modo. O melhor é concentrar os recursos naquele produto em que sua vantagem comparativa é melhor. Desse modo decidem pela especialização, o que os leva a dedicar o total de horas de produção disponível para o produto em que são melhores (aqui a hipótese é de máxima especialização; mas você já estudou que outras combinações são possíveis).

Dentro dessa hipótese significa que o país **A**, dedicando as 900 horas disponíveis para produzir apenas M conseguirá produzir 300 unidades (900: 3). E a partir dessa metodologia se chega ao quadro 3.3 a seguir, que mostra a produção especializada, de cada país:

País/Produto	M	X
A	300	zero
B	zero	150

Quadro 3.3 - Produção (em unidades e com especialização).
Fonte: Elaboração do autor.

E a uma constatação, mesmo abrindo mão do outro produto, tanto **A** quanto **B** produzem em excesso o produto em que se especializaram. Resultado da produtividade maior alcançada no mesmo. Ao país **A** estão sobrando 150 unidades de M (300 – 150), pois sua produção sem especialização era de 150 unidades, e ao país **B** 75 unidades de X (vide quadro 3.2).

Isso abre a possibilidade de um comércio entre ambos, na tentativa de exportar o excedente de produção e importar o que deixaram de produzir.

Mas em que quantidades? E qual a relação de troca?

As quantidades de comércio desejadas são, exatamente, os excessos de produção, porém a variável que vai ditar se atende ao interesse dos dois é a relação de troca a ser praticada. Fica claro que a mesma está no intervalo entre 1,5 e 1,67 M, limite dos interesses de cada um.

Qualquer relação de troca acima de 1,5 M, e abaixo de 1,67 M deve interessar a ambos. Admitindo a média entre os dois pontos (1,5 +1,67) : 2 = 1,585. Em termos comerciais:

1X = 1,585M

Você acredita que isto interessa aos países?

Com certeza, o país **A** ao comprar X do país **B** cede 1,585 M, menos do que os 1,67 M necessários internamente. E o país **B** ao vender X ao país **A** recebe 1,585 M, mais do que obtém internamente.

Uma vez definida, cabe a análise de como fica a situação após o comércio entre ambos. O país **A** deseja 90 unidades de X. Obedecida a relação de troca, por regra de três, ao ceder as 90 unidades de X, o país **B** receberá do país **A** 143 unidades de M.

- O país **A** recebe (importa) 90 unidades de X, mas cede (exporta) 143 das 300 unidades disponíveis de M, ficando com 157 M;

- O país **B** exporta 90 unidades de X das 150 disponíveis, ficando com 60 X, importando 143 unidades de M.

O resultado final do comércio entre ambos está no Quadro 3.4:

País/Produto	M	X
A	157	90
B	143	60

Quadro 3.4 - Produção (em unidades, com especialização e comércio exterior)
Fonte: Elaboração do autor.

Observe que a especialização e o comércio exterior favoreceu a ambos, e trouxe melhorias à sociedade por três motivos principais:

- **pelo aumento da produção** – sem especialização, os dois alcançaram 427,5 unidades totais (some a produção da quadro 3.3); com especialização o total passou para 450 (some a produção da quadro 3.4). Ao aumento da oferta é esperada uma queda nos preços;

- no país **A**, sem dúvida houve uma melhoria no nível de vida da sociedade: antes da especialização e do comércio o consumo era de 150 M, e agora é de 157 M; com relação à permanência dos 90 X, não se esqueça que agora são comprados (importados) a um nível de custo menor do que o obtido internamente;

- no país **B**, embora o aumento em M, ocorreu uma diminuição em X (de 75 caiu para 60), o que não deixa claro os ganhos advindos da especialização e do comércio, sem levar em consideração se o nível de satisfação da sociedade em dispor de 30,5 M a mais supera a perda das 15 unidades de X. Inegável, porém, que está dispondo de M a um custo menor do que se produzisse, internamente.

Por fim, ao dispor as 900 horas de produção para o produto em que é mais eficiente, cada país está na verdade fazendo uma alocação "ótima" dos recursos disponíveis por meio:

Das Barreiras Protecionistas (Alfandegárias ou não)

- **Tarifas**

Admita que o preço de um certo produto, produzido no país, seja de R$ 1,00. A esse nível de preço os produtores nacionais conseguem ofertar 1.000 unidades (mais do que isso exigiria um aumento de preço), mas os consumidores desejam comprar 1.500 unidades. Está ocorrendo uma escassez de produção. A diferença será suprida pela importação do produto, no equivalente às 500 unidades que faltam. E a importação será possível, se o país adotar o livre comércio, já que o produto estrangeiro deverá entrar no mercado ao mesmo nível do preço interno.

Portanto, em livre comércio o preço internacional é igual ao preço interno. A diferença de produtividade, como você viu na Seção 2, é que permite ao produtor externo oferecer a quantidade que falta no mercado interno.

Essa entrada de produtos externos pode afetar a balança comercial do país, reduzindo seu saldo positivo, ou pode "incomodar" o produtor interno não habituado à concorrência, por exemplo.

Seja qual for a razão, o governo será pressionado a tomar medidas no sentido de reduzir o volume de importações. Neste momento surgem os esquemas protecionistas já abordados anteriormente.

Na hipótese de adoção de uma tarifa a situação proposta passa pelo seguinte desdobramento:

- o preço internacional não é mais igual ao preço interno. Por quê? Em livre comércio os consumidores pagavam R$ 1,00, e só, pelo produto estrangeiro, já que o Governo nada exigia de tributos sobre a entrada no país. Com a tarifa o Governo passa a cobrar (arrecadar) uma parcela. Considere que sobre os R$ 1,00 incida um Imposto de Importação de 20% (*ad valorem*). Você, agora, paga o

preço do produto, mais um imposto. O preço interno final aumentou para o consumidor que paga R$ 1,00 pelo produto e R$ 0,20 pelo imposto, dispendendo R$ 1,20;

- diante do aumento do preço interno, o que ocorre com a produção nacional, conforme você já estudou que microeconomia, é o aumento da produção interna. Mas cai o consumo. Diminui a necessidade de importação, objetivo da adoção da tarifa.

- Observe que o produtor nacional nada fez para aumentar a sua produtividade que lhe permitisse aumentar a produção. A tarifa é que se encarrega de encarecer o preço do produto no mercado interno, o que o leva a aumentar a produção, na expectativa de maiores lucros.

A partir daí são sentidos os impactos na economia:

- **sobre a produção** – o aumento no preço interno altera os preços relativos internos. Se de um lado aumenta a produção de um (o protegido), com certeza implicará na redução de outro (não-protegido);

- **sobre a distribuição de renda** – a tarifa termina por beneficiar a produção daquele produto em que o país não é tão competitivo, visto antes como aquele em que o fator de produção utilizado é mais apropriado às características do país. Assim, se um país é mais competitivo porque os produtos são intensivos em mão-de-obra, a tarifa termina por transferir renda em favor do capital, e em detrimento do trabalho (salário);

- **sobre a receita do governo** – não sendo uma tarifa proibitiva (aquela que de tão alta impede a importação), a tarifa gera alguma receita para o governo. De qualquer forma nem sempre suficiente para cobrir as perdas da sociedade, como será analisado mais adiante (veja a seguir os dois casos especiais);

- **sobre a concorrência** – dentro de um mercado com concorrência, mesmo com restrições às importações, um certo nível doméstico de concorrência se mantém. Mas se o mercado é oligopolista ou monopolista, o prejuízo à sociedade é bastante significativo;

- **sobre a renda** – se a economia está em pleno emprego de fatores de produção, o livre comércio encontra suporte. Em ociosidade ou recessão, a defesa da proteção se faz pela manutenção dos empregos. Há de se considerar que as políticas macroeconômicas de cunho fiscal, monetário e cambial são adotadas, exatamente, para corrigir desequilíbrios na economia, não havendo porque recorrer a esquemas protecionistas;

- **sobre o balanço de pagamentos** – na tentativa de melhorar os saldos comerciais (exportação menos importação), se justifica no curto prazo. Mas distorções na produção, especulação e medidas nocivas por parte dos outros países devem ser esperadas. A desvalorização da moeda nacional no curto prazo, também, funcionaria alcançando muito mais do as importações.

Subsídios e as outras formas de proteção

O impacto sobre a economia dos demais instrumentos de proteção se repete sobre as variáveis antes analisadas, sempre com agravantes para o mercado interno, no qual existem dois casos especiais.

Embora prejudiciais à sociedade, os instrumentos de proteção podem se mostrar menos prejudiciais em duas situações.

Tarifas

Você constatou que a tarifa prejudica toda a sociedade. Entretanto, no caso de um país importador ter uma participação muito grande no mercado do produto, a ponto de influenciar o seu preço internacional, a tarifa cobrada pelo governo pode compensar, em parte, as perdas da sociedade.

É, por exemplo, o caso do suco de laranja. Os EUA são grandes importadores, e o Brasil o maior produtor (exportador). Em livre comércio o suco de laranja ingressa no mercado americano a U$ 1.200 a tonelada. Se o governo americano tarifar em U$ 120 a tonelada, o que se espera é o imediato aumento, no mercado interno americano, para o preço do suco, equivalente aos U$ 1.320 por tonelada (U$ 1.200 pelo produto e U$ 120 pela tarifa imposta). O consumidor americano, diante do aumento do preço reduzirá seu consumo, passando a substituir o suco por outra bebida. Em se tratando de grande importador, essa queda de consumo implica em redução do comércio mundial, com conseqüente queda de preço. Se, por hipótese, esse preço caia para U$ 1.100 a tonelada. Agora, o consumidor americano passa a pagar o preço do suco, equivalente ao custo da tonelada a U$ 1.220 (U$ 1.100 pelo produto, mais U$ 120 pela tarifa).

Qual a conclusão que você pode tirar então?

- Em se tratando de país grande (aqui não no sentido de economia grande, e sim de grande participação na importação de um determinado produto), as perdas da sociedade, provocadas pela imposição de uma tarifa, são parcialmente compensadas pelos ganhos dos produtores internos e pela receita do governo. O que não acontece num país considerado pequeno. O Brasil se enquadra no rol dos países com pequena participação no comércio mundial.

Subsídio à produção

O governo ao subsidiar abre mão de cobrar tarifas. Oferece ao produtor interno uma renda adicional, representada pelo não-pagamento dos impostos.

Como na situação anterior, considere que a R$ 1,00 o produtor interno só consegue produzir 1.000 unidades (seus custos não permitem aumentar a produção, se não ocorrer um aumento de preço). O governo, decidido a auxiliar esse produtor, deixa de cobrar os impostos incidentes sobre o preço de R$ 1,00. Não lhe parece que esse produtor passa a ter uma renda maior sobre o mesmo preço de R$ 1,00 praticado, já que deixa de recolher para o governo? Se ganha mais, passa a produzir mais.

E agora, qual a conclusão que você pode tirar?

- Diante de uma decisão inevitável de auxilio a um produtor nacional, é melhor a adoção de um subsídio à produção, do que de uma tarifa, uma vez que naquele, o preço interno permanece igual ao preço internacional.

Você acaba de concluir a análise da utilização dos instrumentos de proteção sobre a economia, e com certeza concluiu que todos, indistintamente, acabam por provocar distorções nos mercados, seja no mercado interno, seja no mercado externo, por obstaculizar a realização plena do comércio internacional.

Síntese

Nesta unidade você foi apresentado à Teoria dos Custos Comparativos, sustentada pela prática do livre comércio, que beneficia os países em negociação, propiciando à sociedade uma melhoria no nível de vida.

Você teve a oportunidade de conhecer os motivos que derrubam a sua plena aplicação, seja por razões estratégicas, seja por sonho, dando origem aos instrumentos protecionistas, que tantos obstáculos trazem ao comércio mundial.

Das tarifas aos mais recentes instrumentos, esses muitas vezes disfarçados em objetivos que não condizem com a sua verdadeira aplicação, todos se mostram prejudiciais à sociedade, por impedirem um comércio mundial mais justo, já que provocam distorções nos mercados, impedindo que essa sociedade se beneficie do seu avanço.

Atividades de auto-avaliação

1) Ao tratar das novas formas de proteção, você foi convidado a pensar se justificam seus fins ou disfarçam proteções comerciais. Agora justifique aqui a sua opinião.

2) Justifique a afirmativa de que os subsídios à produção são menos prejudiciais à sociedade.

3) Diante de tudo que você leu nesta unidade, apresente razões para a prática de livre comércio e razões para a proteção a partir do que você assiste no mundo de hoje.

Saiba mais

Saiba mais sobre o tema em:

CARVALHO, M A; SILVA, C. **Teoria clássica do comércio internacional**. In: Economia Internacional. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p.3-19.

_____. **Teoria da dotação relativa dos fatores**. In: Economia Internacional. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p.25-39.

_____. **Modelo dos fatores de produção específicos**. In: Economia Internacional. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p.44-51.

_____. **Teoria da política comercial**. In: Economia Internacional. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p.55-75.

MAIA, J. **Teorias clássicas de comércio internacional**. In: Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2000. p. 329-347.

_____. **Barreiras ao comércio internacional**. In: Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2000. p.131-150.

RATTI, B. **As vantagens do comércio internacional**. In: Comércio Internacional e Câmbio. São Paulo: Aduaneiras, 8ª ed., 1994. p.355-369.

_____. **Política comercial externa**. In: Comércio Internacional e Câmbio. São Paulo: Aduaneiras, 8ª ed., 1994. p.375-381.

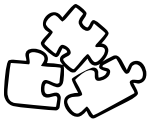
UNIDADE 4

Economia internacional

4

Objetivos de aprendizagem

- Compreender o processo de integração econômica, globalização e interdependência financeira e as razões que levaram os países a iniciar esses processos.
- Analisar a contribuição para o comércio internacional



Seções de estudo

Seção 1 Fatores determinantes dos processos

Seção 2 Cooperação internacional

Seção 3 Processo de integração econômica

Seção 4 Processo de globalização

Seção 5 Processo da interdependência financeira

Para início de estudo

A constatação da importância do comércio internacional, e de que se tratava de um caminho sem volta, despertou em alguns grupos o interesse de criar condições mais positivas para a sua realização. Afinal, os aspectos negativos estavam levando países às desavenças, às crises e, por fim, às guerras. Encontrar alternativas que, mesmo não eliminando a possibilidade de que voltassem a ocorrer, pelo menos diminuíssem sua intensidade.

Graças a isso, forças de natureza positiva se juntaram com o intuito de criar os instrumentos necessários, e possíveis, para alcançar o novo objetivo em termos de comércio internacional.

Surgiram os tratados e acordos comerciais: a Convenção Internacional de Genebra, a Câmara de Comércio Internacional, os Incoterms, o GATT e a OMC, voltados aos acordos de natureza comercial; e o FMI – Fundo Monetário Internacional, o BIRD Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o BIS – Banco para Ajustes Internacionais, o EXIMBANK – Export Import Bank, e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros, para os acordos de natureza monetária.

O mundo buscou a integração econômica, se globalizou, e por fim ficou mais interdependente em termos financeiros.

Dessa forma, do ato de compra e venda de mercadorias se chega, hoje, às relações econômicas internacionais, e estudar sua evolução e contribuição é o objetivo desta unidade.

Seção 1 – Fatores determinantes dos processos

No período que precede a 2ª Guerra Mundial o excesso de protecionismo acarretou conseqüências desastrosas. Dentre outros acontecimentos destaca-se a 1ª Guerra, e a Crise de 1929. Isso despertou a necessidade de se buscar alternativas.

Com sustentação nas Teorias do Comércio Internacional, que pregavam o livre comércio como forma de aumento da produção e consumo, aumentando o bem-estar social, inicia o processo de tentar reverter a tendência aos conflitos extremos.

Como resultado, o mundo pós 2ª Guerra experimenta uma expansão rápida, que leva ao aprofundamento das discussões sobre relações econômicas internacionais. Expansão essa determinada por cinco fatores.

Crescimento da renda mundial e liberalização comercial negociada pelo GATT

A partir dos anos 70, com o aumento da participação dos países hoje conhecidos como emergentes no comércio internacional, os países ditos ricos se utilizaram, mais intensamente, dos esquemas não-alfandegários ou não-tarifários. Quotas de importação, barreiras técnicas, burocráticas, fitossanitárias, meio ambiente, social, AVRE passaram a integrar o dicionário das políticas comerciais.

Não é por acaso a diminuição no ritmo de crescimento do comércio mundial pós 73, mesmo que hoje represente 20% de toda a produção mundial, e que isto signifique ter dobrado a sua importância.

Modificações no mercado financeiro internacional

É importante reforçar de que algo em torno de U$ 2 trilhões/dia são movimentados no mercado financeiro internacional, produto da desregulamentação das transações financeiras internacionais, e surgimento das tecnologias da informação (tempo real).

Hoje, praticamente inexistem impedimentos legais à movimentação internacional de capitais.

Com conseqüências para o regime cambial mundial: do regime ouro-dólar (sistema de **Bretton Woods**) de câmbio fixo, passa para o regime de câmbio flutuante.

Sistema de Bretton Woods foi um acordo firmado em 1944, pelo qual o dólar norte-americano passou a ser referência para a paridade das moedas dos países-membros do FMI.

A falta de coordenação macroeconômica tem propiciado uma grande flutuação das taxas cambiais, entre os principais países do mundo.

Participação de empresas multinacionais e transnacionais

A atratividade dos países denominados emergentes, com sua mão-de-obra barata, abundância de recursos naturais e perspectivas de crescimento de seu mercado interno, tem chamado a atenção das empresas **multinacionais**. e **transnacionais**.

Empresas multinacionais têm subsidiárias em vários países, preservando base de origem nacional, sujeitando-se à regulação e ao controle procedente do país de origem.

Empresas transnacionais são empresas com capital livre, sem identificação nacional específica, administração internacionalizada, localizando-se em qualquer lugar do mundo, obtendo resultados mais seguros ou maiores.

Acordos regionais de comércio

União Européia, NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Canadá, EUA e México), Bloco do Yen (Japão e vizinhos), Mercosul – Mercado Comum do Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) são exemplos de uma nova prática de comércio internacional, e que termina por ser outro determinante importante na tentativa de redução de conflitos comerciais internacionais.

A negociação a partir de blocos econômicos regionais com interesses comuns pode ser fator de redução de conflitos gerados por práticas protecionistas, uma vez que tendem a não existir, pelo menos dentro do bloco.

Abertura econômica ao exterior dos países denominados emergentes

Convencidos de que sem abertura econômica ao exterior não alcançariam dinamismo e competitividade suficientes para manter suas indústrias no mercado internacional, a par da promoção às exportações, posta em prática na década de 60, os países chamados emergentes se abriram para acelerar o seu crescimento.

Os asiáticos por meio de políticas de estabilidade econômica, taxas cambiais favoráveis às exportações e investimentos governamentais em educação e infra-estrutura são os mais bem-sucedidos nessa nova estratégia.

Produto dessa nova estratégia dos emergentes é a sua participação de 25% nas exportações mundiais de manufaturados.

Identificados os fatores determinantes cabe a análise dos processos que daí decorreram e que mudaram o cenário do comércio internacional a partir do surgimento de uma nova ótica, a das relações econômicas internacionais, regida por instrumentos e organismos de cooperação internacional.

Seção 2 – Cooperação internacional

Com o intuito de aprimorar o comércio internacional, vários instrumentos e organismos surgiram. Veja quais são!

Tratados e acordos comerciais

Acertos firmados entre nações, cujos objetivos, entre outros, pretendem incrementar o comércio entre elas, em que ficam estipulados:

- o período de vigência;
- os produtos beneficiados (confecção de listas);
- as quantidades e valores negociados.

O Brasil acorda com o Uruguai que durante três anos comprará couro uruguaio, e o Uruguai comprará sapatos brasileiros, ambos isentos de taxas alfandegárias, nos respectivos países, num total de R$ 150 milhões, por ano, para cada uma das partes.

Envolvendo dois países são denominados **bilaterais**; mais de dois **multilaterais**.

De natureza **monetária** ou **comercial**, dependendo do campo a que se referem. Nesse caso, pode-se dizer que a obrigatoriedade de taxas cambiais fixas, adotada pelo FMI a partir da reunião de Bretton Woods, em 1944, é de natureza monetária. Os patrocinados pelo GATT, de natureza comercial.

Cláusula de nação mais favorecida

O Brasil, no acordo com o Uruguai, no exemplo acima, concordou com a inserção da cláusula de nação mais favorecida. Se o Brasil assinar um acordo com a Argentina, os benefícios concedidos a essa são extensivos ao Uruguai.

Essa cláusula pode ser (1) incondicional – os benefícios são estendidos automaticamente; ou (2) condicional – quando os benefícios são estendidos com concessão recíproca.No exemplo acima o beneficio concedido pelo Brasil à Argentina só se estende ao Uruguai, se esse conceder o mesmo beneficio ao Brasil.

Os tratados e acordos têm origem no Poder Executivo, mas vigoram após aprovação pelo Poder Legislativo.

Veja quais são!

- **Convenção Internacional de Genebra**
  Esse trata da adoção de uma lei uniforme para cheques, letras de câmbio e notas promissórias, dirimindo conflitos face inúmeras leis de cada país.

- **Câmara de Comércio Internacional**
  Possui regras uniformes para cobranças e cartas de crédito. Tem a finalidade de uniformizar algumas modalidades de operações bancárias, em especial a carta de crédito. Nesse destaca-se o:

  - **Incoterms** – cláusula de direitos e obrigações. Definição oficial das cláusulas relativas aos direitos e obrigações de exportadores e importadores nas compras e vendas de mercadorias;

  - **FOB (***free on board***/livre a bordo)** – ao exportador compete o transporte e o seguro internos (da fábrica ou ponto-de-venda até dentro do navio), liberação dos documentos para embarque e despesas portuárias (no porto de origem). Ao importador compete o transporte e seguro (do porto de origem ao porto de destino), arcando com as despesas portuárias no destino;

  - **C&F (***cost and freight***/custo e frete)** – ao exportador compete, além dos previstos na cláusula FOB, o pagamento do frete internacional. Ao importador os previstos na cláusula FOB, exceto o frete internacional;

  - **C&I (***cost and insurance***/custo e seguro)** –ao exportador compete, além dos previstos na cláusula FOB, o pagamento do seguro devido até o porto de destino. Ao importador os previstos na cláusula FOB, exceto o seguro;

  - **CIF (***cost, insurance and freight***/custo, seguro e frete)** – ao exportador compete todos os pagamentos e obrigações desde a fábrica ou ponto-de-venda até o

porto de destino, restando ao importador receber a mercadoria e arcar com as despesas ocorridas no porto de destino;

» **FAS (***free alongside ship***/livre ao lado do costado do navio) –** ao exportador compete zcolocar a mercadoria ao lado do navio, no porto de origem. Ao importador compete todos os demais custos e obrigações, a partir da disponibilidade da mercadoria pelo exportador.

Outras combinações em Ratti (2001 p.386-398).

GATT - Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio / OMC – Organização Mundial de Comércio

A prática exagerada de esquemas protecionistas encontrou resistência na Conferência de Bretton Woods (1944), em que além da criação do FMI – Fundo Monetário Internacional e do BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (conhecido como Banco Mundial), responsáveis pelos denominados acordos monetários, também delineou a criação da OIC – Organização Internacional de Comércio, com a responsabilidade de reduzir os obstáculos ao comércio internacional, estabelecimento de normas, supervisão dos ajustes e cartéis internacionais de produtos primários, e agir no desenvolvimento do comércio.

Enquanto se formalizava a OIC, em 1947, os governos envolvidos firmaram um acordo multilateral de comércio, reduzindo os direitos e restrições comerciais entre eles, antecipando-se à criação da OIC.

Surgiu o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), vigorando a partir de 01/01/1948. Em seu art. I está seu principal destaque, a cláusula de nação mais favorecida. De curioso o fato de prever a eliminação de discriminações no comércio internacional, mas não proibir a formação de blocos econômicos ou aduaneiros, para redução de tarifas e outras barreiras aos seus integrantes.

Por não se tratar de um organismo internacional, status previsto para a OIC, na prática, os signatários do GATT promoviam rodadas de negociações, em que se definiam novas regras para o comércio internacional.

Numa dessas rodadas, a Rodada Uruguai (1993, em Punta del Este), cujas deliberações só foram aprovadas em Marrakesh (1994), ficou definido que o GATT seria substituído pela OMC – Organização Mundial de Comércio.

A partir de 01/01/1995 é a OMC a responsável pela aplicação, administração e funcionamento dos diversos acordos comerciais, servindo de fórum para a solução das controvérsias e exame das políticas comerciais nacionais.

UNCTAD – Conferencia das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e SGP – Sistema de Preferências

Amparada pelo descontentamento dos países então chamados de subdesenvolvidos, em 1964 surge a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – Unctad.

A partir dela os países subdesenvolvidos encontraram suporte para tentar convencer os países desenvolvidos a reduzir, ou até mesmo suprimir, os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio e consumo dos seus produtos, caracteristicamente, primários.

Centrada no fomento ao comércio internacional, como forma de acelerar o desenvolvimento econômico, a Unctad passou a servir de meio para coordenar as políticas e as atividades de governo, em especial as relacionadas com os chamados países subdesenvolvidos.

Mas logo constatou que alcançar o nível de desenvolvimento ideal não era tarefa simples:

- por exigir considerável volume de divisas para poder importar bens de capital capazes de modificar a estrutura produtiva característica, qual seja, a de produtos primários;
- pelo impedimento dos países desenvolvidos em conceder aos subdesenvolvidos certas facilidades, sem que as mesmas se estendessem aos demais países participantes do GATT, pela cláusula de nação mais favorecida.

Ciente dessas dificuldades cresceu a idéia de um sistema de preferências tarifárias aplicável aos países subdesenvolvidos.

Foi instituído em 1970 o SGP – Sistema Geral de Preferências, pelo qual os países desenvolvidos assumem o compromisso de reduzir ou eliminar os impostos de importação, que incidem sobre determinados produtos dos países subdesenvolvidos, sem necessidade de reciprocidade.

A Comunidade Econômica Européia, o Japão e a Noruega aplicaram o primeiro sistema, em 1971, seguidos posteriormente de outros países. Os EUA só em 1976.

Sistema Global de Preferências Comerciais

Objetivando promover um comércio mútuo, com vistas ao desenvolvimento dos países associados, aumentando a sua produção e diminuindo as suas taxas de desemprego, vários países subdesenvolvidos firmaram, em 1988, o Sistema Global de Preferências Comerciais. Por ele foram negociadas concessões tarifarias, não-tarifarias, acordos setoriais, que com exceções são extensivas a todos os participantes, pela cláusula de nação mais favorecida.

O decreto legislativo n°. 98, de 25/03/1991, formalizado pelo decreto n°. 194, de 21/08/1991, com vigência a partir de 25/05/1991, é a base legal no Brasil, segundo Ratti (2001, p. 466).

Organismos Monetários

Nem só com desavenças comerciais as trocas internacionais se defrontaram. Também de ordem monetária surgiram os conflitos.

E com o intuito de solucioná-los, na busca do objetivo maior de incremento do comércio internacional, para com isso acelerar o processo de desenvolvimento mundial, alguns organismos foram criados. Veja quais são.

Bretton Woods

A Conferência de Bretton Woods se deparou com duas correntes, a primeira voltada à manutenção da liquidez internacional, exigindo a criação de um Banco Central Internacional (a União Internacional de Compensação), no qual seriam depositadas as reservas dos países-membros, as quais seriam convertidas numa nova moeda, o **Bancor**.

A segunda voltada ao auxilio na reconstrução das economias devastadas pela guerra, retorno ao padrão-ouro (ouro como moeda forte), **taxas cambiais estáveis (fixas)** e eliminação dos controles cambiais, exigindo a criação de um banco de investimentos a longo prazo, e um fundo de estabilização monetária.

Com a vitória da segunda corrente, defendida pelos EUA, o que na realidade se verificou foi a criação de um padrão monetário ouro-dólar, com a moeda norte-americana se tornando referência para as demais moedas. Em termos práticos significou a conversão das moedas à razão de U$ 1,00 para 35 onças de ouro (uma onça de ouro = U$ 35,00), o que definiu o padrão monetário do U$ em 0,888. 671. g de ouro fino.

A paridade do U$ em relação ao Cruzeiro (moeda brasileira na época) era de U$ 1,00 = R$ 18,50, produto da divisão do padrão monetário norte-americano pelo padrão do Cruzeiro (0,888.671 : 0,048.036.3 g.de ouro = 18,50).

O sistema de Bretton Woods resistiu bem até por volta de 1970. Superou, ou melhor, se adaptou às inúmeras crises, porém, a partir daí foi bastante difícil sua sustentação.

E em 1976, num evento que se denominou Acordo de Jamaica:

- o sistema de câmbio fixo foi abandonado, com o reconhecimento do regime de câmbio flutuante;
- o preço oficial do ouro foi abolido, e com a venda de parte do estoque do FMI, o lucro resultante foi destinado à formação de um fundo de ajuda aos países subdesenvolvidos, que também tiveram seu acesso aos recursos (empréstimos) permitido.

A partir de 1971 o dólar perdeu seu lastro, com o fim da sua conversibilidade em ouro.

O sistema de Bretton Woods na sua criação fez surgir dois organismos importantes:

FMI – Fundo Monetário Internacional

Produto da vitória norte-americana em Bretton Woods, o FMI foi idealizado para se tornar um organismo capaz de formar um sistema cooperativo de pagamentos internacionais, colaborando na manutenção do equilíbrio dos balanços de pagamentos, quando esses apresentarem desequilíbrios.

A viabilização financeira se dá pela subscrição de quotas, por parte dos países-membros, cuja expressão monetária leva em consideração a renda nacional, as reservas internacionais, o montante do comércio exterior e a relação comércio/PIB, medidas por análises que se realizam a cada cinco anos. A subscrição das quotas obedece ao seguinte critério: 25%, no máximo, em moedas denominadas fortes (dólar, por exemplo), e o restante na moeda do próprio país.

Com esse critério cumpre-se a sua idealização: um fundo com as moedas dos diversos países subscritores, **moedas essas que se tornam disponíveis sempre que o balanço de pagamentos apresentar certo desequilíbrio**, e disponibilizadas ao país solicitante **na forma de empréstimos**.

Na sua criação, o limite de 25% podia ser cumprido em ouro ou em dólar. A preferência pela moeda norte-americana, em relação ao ouro, sobressaiu, levando em conta não só a sua importância, mas principalmente a liquidez desejada naquele momento pelos países.

Hoje, o FMI opera com uma moeda escritural (contábil) denominada DES – Direitos Especiais de Saque, que na sua origem teve definida em ouro a mesma paridade do dólar, o que significou valer U$ 1,00, ou 35 onças de ouro. Posteriormente, se modificou o critério de atribuição de valor ao DES, resultando num sistema de cesta de moedas, cada uma com o peso correspondente à sua importância no comércio internacional, e apresentando valores diários, em função das oscilações que sofrem as cinco moedas que o compõem.

A partir de 1999, com a criação do euro, as ponderações das moedas, na determinação do valor do DES são: dólar norte-americano (39%), euro (32%), iene (11%) e libra esterlina (11%).

Atualmente são 182 os países-membros, sendo que de alguns se destaca a participação no Quadro 4.1:

País	Valor	%
EUA	26.526,80	18,25
Alemanha	8.241,50	5,67
Japão	8.241,50	5,67
França	7.414,60	5,10
Reino Unido	7.414,60	5,10
BRASIL	2.170,80	1,49
Argentina	1.537,10	1,01

Quadro 4.1 - Participação no FMI - Quotas em milhões de DES.
Fonte: FMI.

A participação de cada país determina, ainda, seu peso na votação das deliberações do Fundo, sendo que o voto é diretamente proporcional à participação. Os EUA têm influência significativa nas votações, conforme se constata pelo quadro 4.2:

País	Número	%
EUA	265.518	17,78
Alemanha	82.665	5,53
Japão	82.665	5,53
França	74.396	4,98
Reino Unido	74.396	4,98
BRASIL	21.958	1,47
Argentina	15.621	1,05

Quadro 4.2 - Participação no FMI em Votos.
Fonte: FMI.

A sistemática de concessão de empréstimos obedece ao que se conhece como *tranches* **(saques em parcelas)**:

- para a primeira *tranche*, a disponibilização é imediata, pois deverá corresponder aos 25% depositados pelo país, em moeda forte;

- o que exceder aos 25% exige do solicitante comprometimento com uma série de metas econômicas de política fiscal, monetária e cambial, **que integrarão uma carta de intenções ao FMI.** Ao sacar do FMI o país solicitante deverá efetuar depósito do equivalente em moeda nacional. Por exemplo, se o Brasil necessitar de ienes, o FMI retira da cota do Japão, e recebe os Reais correspondentes. O excesso de Reais e a diminuição de ienes se ajustará quando do resgate, por parte do Brasil, dos Reais trocados por moedas conversíveis equivalentes ao empréstimo, acrescidas de juros e comissões. O Japão recebe juros pela cessão de parte de sua quota ao Brasil.

As *tranches* estão limitadas a até três vezes o valor da quota.

Além da sistemática das *tranches* existem os empréstimos *stand by*, que não estão enquadrados nas disposições válidas para as *tranches*; são limites de crédito específicos, aprovados por um certo período de tempo, observadas as exigências quanto ao cumprimento de metas trimestrais cambiais, fiscais e monetárias pelo tomador (é o **acordo com o FMI).**

Outras linhas de crédito têm sido disponibilizadas, notadamente, após as crises financeiras ocorridas a **partir de 1994**.

Para complementar seu estudo, leia Maia (2000 p.85-86).

BIRD (Banco Mundial)

Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

Também produto de Bretton Woods o BIRD, conhecido como Banco Mundial, foi idealizado para criar as condições econômicas necessárias à reconstrução e ao desenvolvimento dos países atingidos pela 2ª Guerra Mundial.

É um fornecedor de créditos a médio e longo prazo, captando capitais internacionais, para investimentos produtivos.

Diferentemente do FMI em que os recursos se originam da subscrição de quotas, no Banco Mundial se originam da subscrição de ações. Na sua origem 20% no ato, sendo 2% em ouro ou dólares, e 18% na moeda do próprio país; os 80% restantes quando o banco tivesse necessidade.

Em 1959 promoveu um aumento de capital, com integralização de 1% em ouro ou dólares, e 9% em moedas nacionais.

De acordo com Ratti (2001 p.273), 90% do capital do Banco permanece sem integralização desde aquela época; apenas 10% do capital é utilizado para empréstimos. Porém o Banco capta outros recursos.

Hoje, da mesma forma que o FMI, o Banco expressa seu capital e suas operações em DES – Direitos Especiais de Saque, e obedece em suas deliberações a mesma sistemática de votação do Fundo. Igualmente são 182 os países-membros.

Embora, como já visto, seu capital não tenha sido totalmente integralizado, os recursos para os financiamentos se originam da parte integralizada, mais os empréstimos lançados nos mercados internacionais e o resultado líquido das operações praticadas pelo banco, que não comporta lucro, mas os juros e as comissões cobradas, se destinam às despesas e à constituição de um fundo de reserva.

Possui dois braços de sustentação em operações que o banco não possa atuar, ou que necessite de complemento.

CFI – Corporação Financeira Internacional

Atua na complementação ao Banco em financiamentos associados com investidores privados, sem garantia governamental de reembolso, que não se disponha de dinheiro privado.

Atua na concessão de créditos de longo prazo, emprestando ou participando do negócio, sem que interfira na administração do mesmo, que não poderá ser ou ter capitais públicos. Os créditos são de 7 a 15 anos de prazo, com juros variáveis de acordo com o projeto.

AID – Associação Internacional de Desenvolvimento

Criada para atender e flexibilizar uma gama mais variada de projetos.

Os recursos são obtidos pela subscrição de quotas, por parte dos países associados, que necessariamente são os países-membros do BIRD. O critério de subscrição das quotas depende a que grupo o associado pertence. No Grupo I estão os mais ricos; nesse caso a subscrição das quotas exige um pagamento inicial de 23%, e o restante em quatro parcelas de igual valor, tudo em moedas conversíveis (fortes), que podem ser utilizadas para empréstimos. No Grupo II estão os países pobres, que subscrevem com 10% de pagamento inicial, em moedas conversíveis, e o restante também em quatro parcelas, mas em moeda nacional, que a Associação não poderá emprestar, sem prévia autorização do país subscritor.

Os créditos são concedidos a empresas públicas ou privadas, exceto se houver capitais particulares disponíveis, ou projeto que possa ser atendido pelo BIRD.

Os prazos podem alcançar cinqüenta anos, sem juros, mas com taxa de administração de 0,75% a.a., com dez anos de carência, e amortização na base de 1% ao ano, durante os primeiros dez anos de amortização, e de 3% a.a., nos trinta anos restantes.

BIS – Banco para Ajustes Internacionais

Também conhecido como Banco de Compensações Internacionais, e Banco Internacional de Pagamentos.

Atua com a finalidade de promover **a cooperação entre os bancos centrais do mundo**, as condições de realização de operações financeiras internacionais, e agindo como regulador dos ajustes financeiros internacionais, se a ele atribuída alguma participação.

Seus membros são os Bancos Centrais, e suas quotas podem ser transferidas a outros participantes, aos quais é assegurado o direito de recebimento de dividendos, mas vetado o direito de voto, o qual permanece em nome dos quotistas originários.

No momento é responsável pela organização de uma reunião periódica dos representantes dos Bancos Centrais, visando uma maior cooperação entre eles, além de atuar na concessão de créditos aos Bancos Centrais de países com dificuldades no mercado cambial, e na administração do mercado do eurodólar.

EXIMBANK – Export - Import Bank

Organismo pertencente, integralmente, ao Governo Federal norte-americano se destina a incentivar o comércio exterior americano.

Para tanto, além do capital, e dos juros e comissões sobre os empréstimos que concede, conta com a possibilidade de obter recursos junto ao Tesouro dos EUA, o que o torna, na prática, muito ágil e atuante.

Cumprindo seu destino concede empréstimos diretos ao importador estrangeiro, garantindo o pagamento ao exportador norte-americano, realiza operações de desconto, operações consorciadas, presta garantias, e estabelece seguro de crédito à exportação.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Experiência latino-americana na área da cooperação monetária.

Criado com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento dos subdesenvolvidos, conta com os recursos oriundos da subscrição do seu capital, de fundos para operações especiais, fornecidos por todos os países-membros, e dos fundos fiduciários, fornecidos por países-membros e não-membros, sob administração do BID, por meio de acordos.

Atua em cinco áreas prioritárias: (1) rural e agrícola; (2) infra-estrutura; (3) atividades industriais; (4) desenvolvimento urbano; e (5) educação.

Assim como o BIRD, possui um braço de apoio, a Corporação Interamericana de Investimentos, voltada à criação, expansão e modernização de pequenas e médias empresas privadas.

Você continua pessimista? Acredito que não. Observe que foram muitas as iniciativas para melhorar o comércio internacional, e acabaram por se estender para outros campos. O cumprimento dos acordos e tratados, que implica na atuação dos organismos deles resultantes, é que não se mostrou satisfatório. A enorme influência dos EUA sobre as deliberações do FMI é um exemplo consistente.

Se negativo de um lado, positivo pela incessante busca de soluções, que termina por levar a novas alternativas.

Seção 3 – Processo de integração econômica

A importância e o significado dos fatores abordados antes constituem a fundamentação à evolução das relações econômicas internacionais.

Mas, sem dúvida, a formação dos blocos regionais, como alternativa aos problemas detectados a partir da prática dos acordos e tratados iniciais, tem se constituído no campo de maior interesse, e por isso mesmo o de maior discussão.

Embora não tão recente experimentou um recrudescimento a partir da constatação de que:

- a liberalização propiciada por acordos no âmbito do GATT não alcançava o ritmo desejado;
- uma melhor alocação dos recursos, que aumentando a eficiência produtiva, termina por aumentar o bem-estar, exige alguma liberdade de comércio, mesmo que seletiva e restrita, aos participantes do acordo.

A atual União Européia resulta dessa constatação. E a América Latina, embora com intenções protecionistas, deu sua contribuição por meio da Alalc – Associação Latino-Americana de Livre Comércio, sucedida pela Aladi – Associação Latino-Americana de Integração e pelo Mercosul.

Para se firmar como alternativa de solução para os problemas do comércio internacional a integração econômica experimenta diversas fases, o que não implica em caminho hierárquico obrigatório. Os países integrados podem adotar uma fase mais ampla, sem ter cumprido uma anterior.

Fases da integração

- **Zona de livre comércio** – implica na eliminação de barreiras entre si, mas com respeito à manutenção de políticas internas e comerciais com os demais não-participantes.
- **União aduaneira** – superação da fase anterior, na medida em que além de eliminar as barreiras entre si, agora os participantes adotam políticas comerciais com os demais não-participantes de forma uniforme.
- **Mercado comum** – novo avanço, já que mantidas as condições anteriores, a quebra de barreiras se estende aos fatores de produção, trabalho e capital.

- **União econômica** – nessa fase a busca se concentra na harmonização das políticas econômicas nacionais, na tentativa de eliminar as disparidades macroeconômicas existentes.

- **Integração econômica total** – fase mais elevada do processo de integração, na qual se alcança, além de todas as condições das anteriores, a igualdade completa nas políticas econômicas e sociais, sob a administração de uma autoridade supranacional.

Perceba que a integração econômica mais abrangente é a União Européia; o Mercosul se enquadra melhor como união aduaneira, enquanto que Nafta e ALCA têm propósitos de zona de livre comércio.

Seção 4 – Processo de globalização

Com a possibilidade do deslocamento de todos os fatores de produção, e as tentativas de harmonização de políticas econômicas e sociais em curso, pela prática da integração, o mundo tem experimentado, recentemente, um movimento mais intenso na internacionalização de atividades industriais, comerciais e financeiras.

É o processo de globalização, que para alguns representa a continuidade de um processo de crescimento das relações econômicas internacionais, que já se mostraram até mais abertas e integradas entre 1870-1914. Para outros representa um novo marco, a partir do qual as fronteiras nacionais tendem a desaparecer, com as atividades de governo se restringindo a tal ponto que as forças de mercado se tornam soberanas.

E traz com ele importantes modificações:

- **na produção** – gera estruturas de produção interligadas, incentivando a formação de oligopólios;

- **no comércio** – gera uma concorrência mundial, e não mais dentro de cada país. Ex.: a indústria automobilística não precisa mais desenvolver modelos específicos para cada país, se especializa dentro das características do país, por meio de suas subsidiárias, e importa os modelos específicos desejados pelos consumidores;

- **nas instituições** – gera uma homogeneidade na regulação da atividade econômica, uniformizando as relações Estado-mercado. Ex.: O Japão era muito fechado, os EUA modelo do liberalismo. O Japão tem se aberto, e os EUA se fechado. Mais um pouco e estarão iguais;

- **na atuação do governo** – gera uma diminuição na liberdade de condução das políticas econômicas. Ex.: países com mão-de-obra barata atraem as empresas de fora, reduzindo as garantias sociais aos trabalhadores, e as negociações sindicais.

A par das interpretações que se faça, o fato é que as empresas, diante da possibilidade de deslocamento dos fatores de produção, passaram a ocupar cada vez mais espaço no mundo, num processo de internacionalização de suas atividades, tornando-as **empresas multinacionais** ou **transnacionais**.

Os investimentos externos diretos

De acordo com a Teoria das Vantagens Comparativas é pela diferença de utilização dos fatores de produção que alguns países se mostram mais eficientes do que outros em algum produto.

Acompanhe o seguinte raciocínio: para um país em que o seu fator de produção mais abundante (portanto, mais barato) é a mão-de-obra, a recomendação teórica é que se especialize em bens que o utilize mais intensamente. E importe os bens em que o fator capital, mais escasso (portanto, mais caro) é mais intenso.

Mas se aos fatores de produção é dado algum grau de mobilidade, permitindo que se desloquem de um país para outro, pela prática da integração, aos países é dada uma nova possibilidade: **importar o fator mais caro (escasso),** e não o bem, possibilitando sua produção local, em detrimento da importação.

De que forma isso se torna possível?

No nosso caso, o país se abre aos capitais externos.

E o que são capitais externos? São os recursos físicos, humanos ou financeiros, que por saturação, segurança ou rentabilidade saem do seu país de origem, buscando novas alternativas em países que ofereçam condições mais favoráveis de recepção (estabilidade política, econômica e social, e apropriado grau de abertura econômica).

De que formas se deslocam?

Como aqui estamos focados, exclusivamente, nas forças de mercado, não nos interessa neste momento os deslocamentos em que ocorre a participação dos governos de forma **compensatória**.

Assim, os capitais que nos interessam agora, se deslocam na forma de **empréstimos**, ou **de risco**, de forma **autônoma**.

Os empréstimos correspondem a certa quantia monetária cedida por determinado prazo, podendo ser de curto ou de longo prazo, dependendo se a operação será de até 12 meses, ou se vai superar esse prazo. Sua análise será detalhada na Seção 5.

Na condição de risco, os capitais externos que, neste momento, nos interessam, são os de **longo prazo**. Os de **curto prazo** serão analisados, também, na próxima seção.

E como capitais externos de risco de longo prazo são entendidos aqueles que chegam a determinado país para permanecer. Implica em aquisição de terrenos, construção de prédios, aquisição de máquinas e equipamentos, compra de matéria-prima, emprego da mão-de-obra. Significa participar da atividade econômica do país, correndo todos os riscos, se der certo terá retornos, se der errado terá prejuízos. São os chamados **investimentos externos diretos**.

E o que os atrai? Voltadas ao lucro, ou a maximização da riqueza dos seus acionistas, que é um conceito bem mais abrangente, por implicar numa visão de longo prazo para as suas operações,

as empresas que se internacionalizam buscam possibilidades de longo prazo, que lhes permita obter ganhos.

Com esse foco:

- buscam reduzir custo aproveitando as características próprias de cada país, no que diz respeito a solo e clima, o que pode representar a existência de recursos naturais mais adequados, o que as leva a reduzir custos com a compra de matéria-prima. Como exemplo podemos destacar os investimentos diretos na exploração de petróleo e outros minerais, em atividades agrícolas, nos países com escassez de recursos para exploração, garantindo o abastecimento e preços reduzidos de matérias-primas;

- altos salários não são, diretamente, proporcionais à produtividade. Os baixos salários no exterior são atrativos aos investimentos diretos, na medida em que compensem essa constatação, no país de origem, uma vez que reduzem o custo com mão-de-obra;

- a teoria da localização de uma empresa considera os transportes como variável importante. Tanto para o transporte da matéria-prima, como ao consumidor final. Uma proximidade com qualquer um dos pólos significa redução de custos. Um exemplo de pólo a ser reduzido é o do consumidor final; a localização próxima ao consumidor é o atrativo, como no caso de bebidas e sucos, cujo baixo valor da água não justifica seu deslocamento. Em se tratando de matéria-prima localizar-se próximo delas é a atração, como no caso das indústrias de transformação de aço, madeira e alumínio;

- o tratamento tributário (política comercial) que cria obstáculos à importação de produtos, como você já constatou antes, reduz as vendas para esse país. Uma boa alternativa pode ser a atuação dentro do território do importador. Com o modelo de substituição de importações (década de 60), muitas empresas se instalaram no Brasil;

- ainda dentro do campo tributário, a concessão de subsídios para quem se instala no país é outro atrativo a ser analisado.

O caso da Ford, que além da área para construir ganhou do governo baiano a isenção dos impostos devidos.

De tudo o que se fale do processo de globalização, um aspecto em especial é sempre relacionado à interdependência financeira a ele atribuído.

Seção 5 – Processo da interdependência financeira

Você acaba de constatar que a globalização contribuiu, e muito, na internacionalização das empresas, permitindo o deslocamento de seus fatores de produção, em especial, o capital, e a forma como ele se desloca: empréstimos ou como capitais de risco.

O maior grau dessa internacionalização está no sistema financeiro, razão pela qual se associa, diretamente, globalização com aumento da interdependência financeira.

De fato, com o advento das telecomunicações em tempo real, o aumento na velocidade de circulação da informação propiciou o aumento no volume de circulação dos recursos financeiros entre os países, que de positivo representa o fim das barreiras à mobilidade dos capitais financeiros, e de negativo propicia maiores riscos aos países, visto a maior vulnerabilidade à dependência dos capitais financeiros externos por parte dos países pobres que sem poupança interna encontraram nas poupanças externas a mola propulsora ao financiamento de seus déficits em transações correntes.

Empréstimos

Uma das formas de deslocamento de capitais são os empréstimos. Independente se de curto ou de longo prazo tornam-se exigíveis, com ou sem a ocorrência de lucros.

Por que a colocação? Por uma razão histórica. A interdependência financeira se relaciona, diretamente, com o processo de globalização, a partir dos fatos que se sucederam pós-2ª Guerra Mundial que você já domina.

Um deles foi a criação do FMI e a definição do dólar norte-americano como referência para a paridade monetária.

Como referência se tornou, também, de ampla aceitação na formação das reservas internacionais, cujos depósitos eram efetuados junto aos bancos norte-americanos, na forma de depósitos a prazo (aplicações financeiras) e a juros reduzidos.

A Rússia também detinha dólares norte-americanos, mas não desejando depositá-los nos EUA, onde a possibilidade de perda era grande em face da guerra fria mantida com os americanos, encontrou guarida para os mesmos junto a bancos europeus, responsáveis pelo depósito em bancos norte-americanos, sem risco de perda para os russos. Surgiu o **mercado de eurodólares**, depósito em moeda estrangeira, registrado por um banco sediado fora do país de sua emissão, e assim chamado porque os bancos estavam localizados na Europa.

Ao surgimento dos eurodólares iniciou-se uma desconfiança mundial em relação ao desempenho dos EUA, envolvido em grandes déficits no balanço de pagamentos, com risco de desvalorização do dólar. Na Europa é assinado o Acordo Monetário Europeu, com a remoção dos controles cambiais entre os signatários e a facilitação dos pagamentos em ouro ou em dólar.

Com o envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnã, e alguns programas sociais postos em prática, houve um agravamento no déficit público norte-americano, que passou a ser financiado com emissão de moeda. O excesso de liquidez internacional provocou um movimento especulativo, com reflexo negativo nos mercados. Os Bancos Centrais passaram a trocar suas reservas internacionais em dólar por ouro.

A situação norte-americana se complicou, e o Sistema de Bretton Woods sofreu um forte abalo, com a suspensão da conversibilidade do dólar em ouro.

A partir daí o sistema não conseguiu mais sustentação, e as moedas passaram a flutuar livremente.

Piorando o cenário internacional, a elevação do preço do petróleo, que chegou a 393% (de U$ 2,20 para U$ 8,65 o barril) no período de Jan-73 a Jan-74, e a Guerra do Yom Kippur (Síria e Egito contra Israel) provocou déficits nos balanços de pagamentos dos países ditos de primeiro mundo, que passaram a restringir as importações e, superávits consideráveis nos balanços de pagamentos dos países exportadores de petróleo.

E pior, uma brutal elevação nas taxas de juros internacionais, de 5,81% a.a., para 11,12% a.a.

Em 1979 com a Guerra Irã-Iraque houve um desabastecimento no mercado de petróleo, voltando a elevar seus preços em torno dos U$ 12,60 para, aproximadamente, U$ 32,77.

Os efeitos desses acontecimentos foram o desequilíbrio nas balanças comerciais dos países importadores de petróleo e um enorme superávit na dos países exportadores, que passaram a deter enormes depósitos de divisas, conhecidos por **petrodólares.**

O FMI criou um fundo para ajudar os mais prejudicados, o ***Oil Facility***, com os recursos dos exportadores, mas se mostrou insuficiente.

Os importadores optaram por recorrer aos bancos comerciais, em empréstimos chamados petrodólares, acordados a taxas cambiais flutuantes, face o processo inflacionário instalado nas economias importadoras de petróleo impedir qualquer negociação com taxas de juros fixas, exclusivamente. Inclusive essas eram repactuadas periodicamente.

Foi uma solução paliativa baseada no excesso de liquidez internacional. Mas no final da década de 80 os EUA optaram por uma política recessiva para combater o processo inflacionário,

pela qual passou a remunerar o capital a taxas de juros mais elevadas que a dos demais países.

A corrida de capitais para o mercado norte-americano provocou forte contração na liquidez internacional, tornando os empréstimos escassos e mais caros pela elevação das taxas de juros, que passaram de 12,31% a.a., em 1978, para 19,90$ a.a., em 1980.

Os empréstimos tornaram-se impagáveis, deflagrando a crise da dívida externa, terminando por encontrar na renegociação da mesma, com o alongamento dos seus prazos, uma forma de dar mais tranqüilidade aos países endividados externamente.

Mas solução definitiva não. Suas enormes dificuldades em administrar programas próprios de combate à inflação, em busca da estabilidade que os levaria ao crescimento, invariavelmente, chegaram ao fracasso. Não havia poupança interna suficiente para a sustentação dos mesmos. E a poupança externa não se mostrava otimista quanto às possibilidades de retorno à origem.

Independente se de curto ou de longo prazo, os empréstimos tornam-se exigíveis com ou sem a ocorrência de lucros.

Em meados da década de 80 uma nova corrente de pensamento se incorporou às discussões sobre prováveis soluções para as relações econômicas internacionais, no que ficou conhecida como o **Consenso de Washington**. Uma lógica ditada pelo pensamento neoliberal foi proposta: necessidade do Estado em reduzir seu papel na economia, vendendo as empresas públicas (**privatização**), liberalização dos mercados e ampla desregulamentação do mercado de capitais.

A aceitação da lógica pelos países endividados acabou com o pessimismo em relação ao retorno das poupanças dos mais ricos.

A partir daí, ricos e pobres se envolveram num processo crescente de interdependência financeira, aceitando todos os riscos inerentes.

Os capitais externos de risco de curto prazo

Com as fronteiras nacionais deixando de ser barreiras, e a possibilidade de, em tempo real, efetuar transferências financeiras para qualquer lugar do mundo, a função dos bancos tradicionais (envolvidos com empréstimos) perdeu importância.

Foram substituídos por outros intermediários financeiros, como as sociedades corretoras e os bancos de investimentos, responsáveis pela administração de carteiras de investimentos de clientes do mundo inteiro. É o mercado de capitais global.

Esses novos intermediários financeiros estão numa constante busca por retornos mais atraentes para seus investidores, nos quais realizam seus lucros, mediante a cobrança de remuneração sobre os resultados alcançados nas carteiras que administram.

Criou-se, assim, uma volatilidade para os capitais externos. Não desejando participar da atividade econômica real, as poupanças externas encontraram no mercado de capitais uma forma de se deslocar, buscando retornos mais altos do que no país de origem, mesmo que signifique incorrer em riscos mais elevados (já considerados na remuneração pedida para se instalar na economia local).

São **capitais exclusivamente financeiros** representados por ativos financeiros, **como ações** e **títulos**, intermediados pelos novos agentes financeiros, **sem nenhum vínculo** com as empresas das quais detêm títulos, a não ser o do risco de mantê-los.

De um lado é bastante positiva a contribuição desses capitais. Aquela situação citada no tópico anterior, de falta de poupança interna para dar sustentação aos seus programas anti-inflacionários, notadamente, nos países mais pobres encontrou cobertura na possibilidade de captar esses recursos, mesmo que voláteis.

E o que fazer para atraí-los?

Primeiro por em prática os programas pregados no Consenso de Washington, com o que as desigualdades macroeconômicas tendem a desaparecer. Segundo oferecer remuneração compatível com o risco por eles medidos, o que significa, neste caso, juros elevados, dada a incerteza quanto à obtenção da estabilidade econômica desejada.

De outro, porém, bastante negativa e, diretamente, associada à sua volatilidade. A quantidade das informações, disponíveis em tempo real é satisfatória, mas a sua qualidade é falha.

A qualquer erro de interpretação sobre acontecimentos políticos, econômicos ou sociais, que venha a projetar uma perda de rentabilidade faz com que esses capitais se afastem da economia local, para outras mais seguras, ou até mesmo para a sua origem.

Você consegue perceber a conseqüência? As expectativas dos países que os atraíram se frustram mais uma vez. Os programas de ajustamento da economia local, sustentados na permanência desses recursos no país se vêm inviabilizados.

Foi assim na crise asiática de 1997, da Rússia em 1998, seguida da brasileira, no inicio de 1999, que só não foi agravada pela obtenção de empréstimos junto ao FMI, na ordem de U$ 41,5 bilhões.

A interdependência financeira

Aproveitando o caso da crise brasileira como exemplo, entenda o que segue.

Qual a extensão da crise brasileira? Sua importância no continente é inquestionável. Com uma política de juros altos (os mais altos do mundo) atraiu um volume considerável de recursos (capitais externos de curto prazo), o tamanho e o crescimento do seu mercado atraiu, também, capitais externos de longo prazo, os investimentos diretos. Os empréstimos às empresas nacionais, concedidos pelos bancos tradicionais, também retornaram ao país.

Tudo na medida em que sua adesão à nova lógica das relações econômicas internacionais foi sendo implementada.

E qual o objetivo com tudo isto?

Veja algumas respostas:

- os capitais de curto prazo (os voláteis) representam poupanças de diversos investidores, que num momento inicial deixaram de consumir ou investir em seus países de origem, na expectativa de obtenção de volumes maiores de dinheiro, que os leve, ao retornar as suas poupanças, a melhores condições de vida;

- os capitais de longo prazo (os investimentos diretos) representam operações produtivas, envolvendo deslocamento de fatores de produção, em busca de lucros maiores, que uma vez obtidos na economia local, serão retornados e contabilizados na economia de origem, contribuindo para o aumento da riqueza dos acionistas. Em última análise, aumentado a sua capacidade de poupar;

- os empréstimos também representam poupanças externas, captadas pelos bancos e por eles aplicadas, nas quais a possibilidade de remuneração seja maior. A diferença é que essas poupanças não têm o componente risco, na forma em que os capitais de curto prazo a praticam.

Você se recorda da colocação de que, independente se de curto ou de longo prazo, os empréstimos tornam-se exigíveis, com ou sem a ocorrência de lucros?

Portanto, se o Brasil enfrentasse uma crise maior do que a enfrentada, as demais economias, com ele relacionadas, enfrentariam dificuldades, pela não-realização dos resultados esperados. Os capitais de curto prazo perderiam na melhor das hipóteses as rentabilidades esperadas, diminuindo as condições de consumo ou investimentos futuro projetadas por seus detentores, no país de origem, o qual sentiria em sua atividade econômica o impacto de tal perda.

Os capitais de longo prazo contabilizariam prejuízos, com reflexo na contabilidade no país de origem, diminuindo a riqueza de seus acionistas, que teriam a sua possibilidade de poupança reduzida; a economia de origem absorveria o impacto negativo, na sua formação de poupança interna. E por fim, os bancos ao não receber seus empréstimos contabilizariam prejuízos na origem, correndo o risco do tamanho desse prejuízo inviabilizar as suas operações; e como agravante o fato das poupanças dos aplicadores individuais, que forneceram os recursos, para que o banco operasse os empréstimos, não os receberiam de volta.

Foi assim na crise asiática, com efeitos negativos na economia do Japão. A crise russa afetou a Alemanha, em especial. E com certeza a crise brasileira provocaria estragos em todos os demais países do continente.

Eis o cenário da interdependência financeira, que terminou por privilegiar o mercado de capitais (financeiro) em detrimento da atividade produtiva, bastando citar dados da ONU, que mostram um declínio no crescimento do comércio internacional, dos 16% em média obtidos no período de 1961-1980, para a média de 7%, no período de 1980-1995.

Nesse período os capitais internacionais apresentaram os maiores deslocamentos.

Síntese

Na presente unidade você aprendeu que apesar das dificuldades impostas ao comércio internacional, o mesmo encontrou grupos interessados no seu desenvolvimento, a partir dos benefícios decorrentes.

Foi assim que os tratados e acordos, tanto de âmbito comercial, como monetário, ganharam corpo.

O GATT (hoje OMC), Incoterms, Câmara de Comércio, FMI, BIRD, BIS são produtos desse interesse.

Aprendeu, ainda, que na busca de soluções encontrou na lógica neoliberal, expressa no Consenso de Washington, um caminho para a abertura plena das fronteiras nacionais.

Se de um lado trouxe resultados positivos, no que concerne à busca de uma estabilidade econômica por parte de todos os países, de forma a viabilizar sua inserção num mundo globalizado e repleto de oportunidades, que exige um mínimo de afinidades econômicas, por outro criou enormes riscos, dado a enorme interdependência financeira gerada.

Interdependência financeira que privilegiou o mercado de capitais, em detrimento do mercado real, com o crescimento do deslocamento dos capitais.

Atividades de auto-avaliação

1) Apresente razões que justifiquem a adoção dos blocos econômicos.

2) A perspectiva de que a globalização se torne um novo marco, implicando no desaparecimento das fronteiras nacionais é viável? Justifique.

3) Os investimentos diretos propiciam vantagens, mas podem trazer algumas desvantagens aos países que os atraem. Discuta essa questão.

4) Você concorda com a lógica neoliberal, que terminou por influenciar a interdependência financeira?

5) A vulnerabilidade aos capitais externos se restringe aos países mais pobres? Justifique.

Saiba mais

Aprofunde o assunto lendo:

CARVALHO, M. A; SILVA, C.**Integração Econômica**. In: Economia Internacional. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p.225-234.

_____. **Economia global**: investimentos diretos. In: Economia Internacional. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 243-265.

MAIA J. **Cooperação internacional para dirimir conflitos**. In: Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2000. p. 154-163.

_____. **Blocos econômicos e organismos regionais**. In: Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2000. p. 165-183.

_____.**Mercado Comum do Sul** (Mercosul). In: Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2000. p.185-199.

RATTI, B. **Instituições para financiamento internacional**. In: Comércio Internacional e Câmbio. São Paulo: Aduaneiras, 8ª ed., 1994. p. 261-287.

_____. **Fórmulas contratuais típicas utilizadas no comércio internacional**. In: Comércio Internacional e Câmbio. São Paulo: Aduaneiras, 8ª ed., 1994. p.383-399.

_____. **Integração econômica internacional**. In: Comércio Internacional e Câmbio. São Paulo: Aduaneiras, 8ª ed., 1994. p. 457-500.

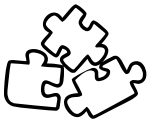
UNIDADE 5

5

Mercado cambial

Objetivos de aprendizagem

- Compreender a importância do mercado cambial no esquema dos pagamentos internacionais.
- Entender o funcionamento do mercado cambial.
- Analisar o comportamento das taxas cambiais.



Seções de estudo

Seção 1 Pagamentos internacionais e o papel dos bancos

Seção 2 Mercado cambial

Seção 3 Taxas cambiais

Para início de estudo

Chamo sua atenção para o fato de que, internamente, do Oiapoque ao Chuí, a moeda é o Real.

Mas, ao manter relações econômicas internacionais, um dos fatores que diferenciam o mercado interno do externo é, exatamente, essa moeda. Não é novidade para você que os países compradores de produtos e serviços do exterior devem efetuar seus pagamentos na moeda de aceitação dos vendedores.

O que resulta na criação de um mercado em que se negociem diferentes moedas.

Na seqüência quero apresentá-lo a você, em toda a sua extensão.

Seção 1 – Pagamentos internacionais e o papel dos bancos

Enfatizando mais uma vez, no mercado interno inexiste o problema do poder liberatório da moeda nacional. Ao passar para o mercado externo não será possível impor ao exportador dos demais países a moeda nacional; quando você importa dos Estados Unidos deve pagar em dólares, da Inglaterra em libras.

Dessa forma surge o que conhecemos como **câmbio**, que significa a troca de moedas de diferentes países. Mas, como vimos, antes, nova necessidade surge: quanto vale a moeda de um país em relação à moeda de outro país? A **taxa cambial** nada mais é do que o preço de uma moeda em termos de outra, evidenciando a equivalência necessária entre elas, para que se realize a troca necessária.

A partir daí procure analisar a questão dos pagamentos internacionais. E, de imediato, é bom você esquecer de vez aquela antiga idéia de que os pagamentos externos se efetuam via remessa de ouro. Essa época já passou, e mesmo durante a sua vigência, não era freqüente a sua utilização, pelos custos envolvidos (transporte e seguro).

O que na verdade ocorre é que os pagamentos são liquidados pela compensação de créditos no exterior, contra débitos também no exterior.

Imagine a seguinte operação: **exportador** brasileiro envia bens e serviços para os EUA. Valor da operação = R$ 500.000,00, equivalentes a U$ 200.000, considerando uma taxa cambial de U$ = R$ 2,50.O exportador passa a deter um documento de cobrança (letra de câmbio), que poderá ser cobrado diretamente ou lhe permitir transferir os direito sobre ele para outro.

Nesse momento é adicionado um novo ingrediente a essa operação. Surge um **importador** brasileiro adquirindo bens e serviços dos EUA, **por coincidência, no mesmo valor da exportação**. E terá de pagar por eles.

Como a operação se realiza no Brasil, esse importador poderá comprar do exportador (à taxa cambial vigente no dia) a letra de câmbio que o último possui. De posse dela remete ao seu credor (exportador) dos EUA, que lá faz a cobrança do devedor (importador) dos EUA. Em resumo: o exportador brasileiro recebe do importador brasileiro pela transferência da letra de câmbio e, o exportador norte-americano recebe do importador norte-americano, pela cobrança da letra de câmbio; tudo nas suas respectivas moedas.

Percebeu como a situação criada é bastante incomum? Imagine, na atualidade, ocorrer a coincidência nela colocada. Isso é praticamente impossível, não concorda?

Na verdade um importador não necessita encontrar, **diretamente**, um exportador para obter os recursos necessários à liquidação da sua operação. O mercado financeiro, **por meio dos bancos habilitados a operar em câmbio,** se encarrega de suprir o mercado dos recursos necessários.

Você entende agora como funciona o esquema de pagamentos internacionais? Se a resposta for **não,** leia, novamente, com bastante atenção, a operação proposta e raciocine como se você estivesse dentro dela, em seu próprio país. A única diferença são as moedas, que por serem diferentes exigiu uma equivalência entre elas, ditada pela taxa cambial.

Porém se sua resposta é **sim**, é necessário que você agora entenda como os bancos mantêm contas de depósitos entre si, para suprir as necessidades do mercado de câmbio, destacando de Ratti (1994, p.71) o que segue:

- visando o atendimento da procura por moeda estrangeira por parte de sua clientela, os bancos poderiam manter em seus cofres pequenas quantias em moeda estrangeira. Mas o volume que envolve o comércio internacional torna essa prática inócua. Na prática, o que fazem é a manutenção de contas de depósitos, em bancos correspondentes, no exterior, de forma que disponibilizem as mais diferentes moedas à sua clientela, sem a necessidade de manutenção física em seus cofres. São as chamadas *nostro account*, "nossas contas junto aos bancos correspondentes"; uma derivação destas são as *vostro account*, "contas de nossos correspondentes mantidas junto ao nosso banco". A diferença está, apenas, na situação em que nos colocamos.

Se o banco é brasileiro e mantém depósitos junto a um correspondente na Itália, estamos diante de *nostro account*, para o banco brasileiro, mas de *vostro account* para o banco italiano.

Retorne, agora, para a operação criada antes. Está eliminada a necessidade da coincidência de operações. O exportador vende ao banco do seu país a letra de câmbio. Esse por sua vez remete a letra ao seu correspondente no exterior, que fará a cobrança, creditando o valor na conta daquele. Com o crédito no exterior o banco nacional dispõe de recursos para atender um cliente seu importador.

Para saber mais:

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio.** São Paulo: Aduaneiras, 8ª ed., (2001, p.72 e 73), para entender o processo, com a participação dos bancos.

Os bancos dessa forma assumem ora posição de credor, ora posição de devedor em relação ao seu correspondente no exterior. Buscando o equilíbrio procuram, sempre que possível, comprar e

vender a mesma quantidade de moeda estrangeira, necessitando para tanto conhecer sua **posição de câmbio**, que vem a ser o registro que expressa a sua situação, em determinado período, **e que não deve ser confundida com disponibilidade cambial**, como você verá a seguir, pela análise das diferentes posições em que podem se apresentar:

- **nivelada** – quando o total de **compras é igual ao total de vendas**;
- **comprada** – quando o total das **compras é maior do que o total das vendas**;
- **vendida** – quando o total das **compras é menor do que o total das vendas**. Nesse caso há um "descoberto" ou "um buraco".

Não se confunde posição de câmbio com disponibilidade cambial pela diversidade de prazos envolvidos na liquidação de compras e vendas. O Banco em qualquer das posições apresentadas poderá ou não apresentar disponibilidade cambial: se nivelado, as vendas poderão ter sido realizadas a prazo, para compras à vista, o que lhe garante disponibilidade imediata; se comprado, as compras poderão ter sido realizadas a prazo, o que não lhe garante disponibilidade imediata; se vendido, as vendas poderão ter sido a prazo, o que lhe garante disponibilidade imediata.

Não há a necessidade de manutenção de posições niveladas, sempre e de imediato; o banco poderá ficar vendido ou comprado, na expectativa de realização de operações mais compensadoras no futuro, seja por taxas cambiais mais favoráveis, seja pela valorização ou desvalorização de alguma moeda (vamos abordar esse assunto mais adiante – Seção 3). Porém isso implica em riscos: se o banco acertar, fará lucros apreciáveis; do contrário, amargará vultosos prejuízos.

Isso implica por parte dos bancos:

- além da posição global (as diversas moedas existentes em carteira) manter uma posição individual para cada moeda;

- manter posições, não só para o período presente, mas para o período futuro também;

- manter posições determinadas pela autoridade monetária (Banco Central).

Eis o papel dos bancos, que surgiram para dar mais velocidade e segurança às operações internacionais.

Tudo mediante compensação de créditos e débitos, sem movimentação de recursos físicos, bastando a emissão de cheques ou ordens de pagamento, o que nos remete ao entendimento das diversas formas de transferência.

Modalidades de transferências internacionais

- **Cheques** – devido às falsificações, o uso do cheque internacional é raro; destina-se a pequenos pagamentos. São nominativos, endossáveis, sujeitos a protesto por falta de pagamento. Se emitidos em moedas conversíveis (dólar, libra, marco alemão) são negociáveis em qualquer lugar do mundo. Sua emissão pode **ser avisada** pelo banco sacador ao banco sacado. Autenticados por **chave**, isto é, código secreto, do conhecimento apenas do banco sacado e sacador.

- ***Traveller's checks*** (cheques de viajantes) – semelhantes aos cheques comuns, apresentam a vantagem da aceitação geral, da segurança, uma vez que sua utilização exige assinatura prévia (no ato da aquisição), e posterior (no ato da compra), na presença de quem irá recebê-lo, diminuindo a possibilidade de falsificação, no caso de extravio ou roubo. Substitui a nota física, já que é emitido em valores pequenos, e assim, mais uma vez, diminuindo riscos de roubo ou perda.

- **Ordens de pagamento** – com a criação em 1973 da SwifT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecomunication), sociedade para telecomunicações financeiras interbancárias internacionais, praticamente, as ordens de pagamento são via Swift. Trata-se de um sistema de padronização automatizado, que reduz custos, melhora o controle de transmissão e elimina erros, uma vez que se vale de códigos especiais para cada tipo de operação: empréstimos, depósitos, títulos de crédito, cobranças, cartões de crédito, por exemplo.

- **Vale postal internacional** – em alguns países os correios emitem vale postal internacional, destinado a pequenas remessas, com despesas inferiores àquelas que o Banco cobraria.

Para maior aprofundamento no assunto leia RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio.** São Paulo: Aduaneiras, 8ª ed., (2001, p.77-81).

Essas modalidades de transferência destinam-se aos pagamentos internacionais, que por sua vez também apresentam distinções entre si, como você verá a seguir.

Modalidades de pagamentos internacionais

- **Remessa antecipada** – significa que ao importador cabe a remessa prévia do valor da operação (total ou parcial) ao exportador. Implica em riscos ao importador, que deverá confiar no exportador, pois envia os recursos, mesmo que parciais, antes de receber os bens e serviços. Embora isso dificulte sua prática, é aplicável em operações:

a) que envolvam bens e serviços fabricados "sob encomenda" (o que demanda tempo e capital de giro) garantidos por um contrato entre importador e exportador, dando garantias ao primeiro, que no caso de não-cumprimento pelo segundo, lhe garante ações penais para reaver os recursos antecipados;

Importação de um navio novo.

b) que envolvam bens e serviços de valor reduzido, como um livro por exemplo;

c) que envolvam importador não conhecido comercialmente, por exemplo, empresas novas na atividade ou novas no mercado internacional, sem referências comerciais;

d) que envolvam um país importador com situação política instável.

- **Remessa sem saque** – entendendo **saque** como a letra de câmbio citada antes, que pode ainda receber a denominação de **cambial** ou ***draft***, e compreendendo que seja a denominação que lhe for atribuída, em última análise é o documento que garante a cobrança (no comércio interno chama-se **duplicata**), é outra forma de pagamento que implica em elevado grau de confiança, só que dessa vez por parte do exportador. Ele envia ao importador, diretamente, os documentos de embarque, sem o saque, com o que aquele desembaraça os bens e serviços na alfândega, enviando, posteriormente, o valor da operação ao exportador. Daí seu restrito uso, mas aplicável a operações:

a) que envolvam matriz e filiais ou subsidiárias;

Uma operação entre a matriz, sediada nos EUA, com a sua subsidiária brasileira.

b) que envolvam bens perecíveis, que a demora na liberação da documentação completa junto à alfândega poderá implicar em deterioração do bem;

c) que envolvam elevados custos bancários.

- **Cobrança** – as regras para a prática das cobranças internacionais está regulamentada pela Câmara de Comércio Internacional, em suas Regras Uniformes para Cobranças:

  a) **à vista –** o exportador ao remeter os bens e serviços ao importador encaminha junto o saque, com aviso de que pague o valor da operação, condição para que após a providência sejam liberados os documentos necessários ao desembaraço dos bens e serviços junto à alfândega. Normalmente envolve bancos, que se responsabilizam pela cobrança, crédito dos valores pactuados e trâmites dos documentos, na modalidade conhecida como **cobrança documentária**. Mas pode envolver apenas exportador e importador, numa modalidade conhecida como **saque limpo** ou **cobrança limpa**, para operações que envolvam bens perecíveis, por exemplo. Sua vantagem sobre a remessa sem saque é indiscutível, enquanto que naquela não há a garantia de cobrança, nessa ela existe, já que o saque, caso não honrado, estará sujeito às penalidades legais;

  Saque limpo ou cobrança limpa no jargão do mercado é "saque careca".

  b) **a prazo** – o exportador remete os bens e serviços ao importador, com toda a documentação, dentre ela o saque. Porém o vencimento do mesmo é futuro. O importador poderá desembaraçar os bens e serviços junto à alfândega, efetuando o pagamento devido, na data aprazada. Poderá ser **documentária** ou **limpa**, que se excetuando o prazo assemelha-se a da cobrança à vista.

É importante destacar nesse tópico a distinção entre a cláusula "a tantos dias de vista", da cláusula "a tantos dias de data": se o saque for aceito a 30 dias de vista, o seu vencimento será 30 dias a partir da data do aceite; se o saque for a 30 dias de data, o vencimento independe do aceite.

Data de emissão do saque 01/08, prazo de 30 dias, com aceite em 10/8: o vencimento com a cláusula "a tantos dias de vista" será em 09/09 (30 dias após o aceite); com a cláusula "a tantos dias de data" será em 31/08 (30 dias após a emissão, independente do aceite).

- **Carta de crédito** – essa é uma modalidade bastante usual por oferecer maiores garantias para ambas as partes, tanto exportador, quanto importador. Consiste na emissão de um documento pelo qual um banco, por instruções de um seu cliente, ou em seu próprio interesse, compromete-se pagar a um terceiro ou à sua ordem, ou deve pagar ou aceitar saques emitidos pelo beneficiário, contra entrega de documentos estipulados, desde que os termos e condições do crédito sejam cumpridos. Os procedimentos de uma carta de crédito obedecem as Regras e Usos Uniformes sobre Créditos Documentários, da Câmara de Comércio Internacional.

Os seus principais procedimentos implicam:

a) **abertura** – o importador obtém junto a um banco a abertura de uma carta de crédito no exterior, em favor do exportador dos bens ou serviços. Nela estarão pactuados: valor, beneficiário, documentação necessária, prazos, origem e destino, discriminação dos bens ou serviços, quantidades, embalagens, condições de embarque (se parcial ou total);

b) **utilização** – o exportador entrega ao banco a documentação necessária, que uma vez liberada lhe permite utilizar o crédito, na forma aprazada (à vista, por aceite, por negociação);

c) **liquidação** – uma vez utilizada a carta de crédito, o banco remete a documentação ao importador, para que esse lhe faça o ressarcimento do crédito concedido, cujo beneficiário foi o exportador.

Outros aspectos da carta de crédito devem ser, rigorosamente, observados por ambas as partes.

Aumente seus conhecimentos em RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio.** São Paulo: Aduaneiras, 8ª ed., (2001, p.83-113).

A par da modalidade de transferência e de pagamento não esqueça que estamos tratando de moedas diferentes, para operações com países diferentes. Portanto, aquela providência de troca de moedas pela equivalência entre elas, determinada pela taxa de câmbio vigente no momento do pagamento, implica na existência de um mercado cambial.

Seção 2 – Mercado cambial

Como você teve a oportunidade de verificar na seção anterior, para que se cumpram os pagamentos no comércio internacional é necessária a existência de moedas dos países nele envolvidos. Os importadores desejam comprar, e os exportadores desejam vender.

Sem que, necessariamente, exista um local predeterminado (físico) surge o **mercado cambial** ou **mercado de divisas.**

Entenda um pouco mais desse mercado.

Participantes do mercado cambial

a) O mercado cambial abrange do **lado comprador** os importadores, investidores, devedores em moedas estrangeiras, turistas, e do **lado vendedor** os exportadores, investidores, tomadores de empréstimos em moeda estrangeira, turistas.

b) Entre compradores e vendedores estão os bancos como intermediários das operações.

c) Facultativamente, poderão participar os chamados **corretores de câmbio**, que se posicionariam entre o lado comprador e vendedor, e os bancos. Seriam os responsáveis pela aproximação entre o banco e os clientes de câmbio.

d) O governo, por meio do Banco Central, poderá ser outro participante do mercado, no papel de autoridade monetária, a quem são repassadas as informações do movimento verificado nas transações internacionais. Mais adiante você estudará que ele poderá intervir no mercado, na busca do equilíbrio das taxas cambiais.

Funcionamento do mercado cambial

Após a verificação dos interesses do mercado – o que interessa aos compradores, o que interessa aos vendedores – o banco faz a **abertura** do mercado, considerando a taxa do dia anterior, informações de ordem social, política, econômica que possam levar a modificações dos interesses, por parte dos participantes, por meio do sistema de cotações das taxas cambiais, que retratam os preços das moedas entre si, elaborando uma tabela de cotações das diversas moedas negociadas, que se alteram na medida em que se alteram os interesses dos participantes.

As tabelas de cotações contêm os valores para compra e para venda. **A diferença entre os dois valores é o chamado *spread* bancário (para operações cambiais),** o ganho do Banco para intermediar as operações de câmbio.

Atente para o fato de que uma vez elaborada pelos Bancos, e são eles que compram e vendem as moedas, sempre que você precisar de moedas estrangeiras (comprar), o valor que você deve levar em consideração é o de **venda**, ao passo que se você desejar se desfazer de moedas estrangeiras (vender), o valor a ser considerado por você é o de **compra**.

Veja que a elaboração das tabelas encerra um detalhe importante: se você se deparar com uma que lhe informa a cotação da seguinte forma **U$ 1,00 = R$ 2,35**, você está diante do **incerto (método direto)**, pelo qual lhe é informado o número variável de unidades de moeda nacional que são trocadas por uma unidade de moeda estrangeira; mas se você se deparar com uma que lhe informa a cotação da seguinte forma **R$ 1,00 = U$ 0,42**, você está diante do **certo (método indireto)**, pelo qual lhe é informado o número variável de unidades de moeda estrangeira que são trocadas por uma unidade de moeda nacional.

Observe que as duas tabelas estão informando a mesma coisa; o que se altera é somente a forma de apresentar a equivalência entre as duas moedas.

Com exceção da Inglaterra, que trabalha no método indireto (certo), praticamente, todos os países trabalham no método direto (incerto).

Divisão do mercado cambial

- **Mercado de câmbio sacado** – compreende as operações cambiais realizadas pelos bancos via depósitos, saques, cheques, ordens de pagamento, mediante créditos e débitos nas contas de depósitos mantidas junto aos bancos correspondentes no exterior. Um exemplo disso são as operações de importação e exportação.

- **Mercado manual** – compreende a movimentação física (em espécie). No Brasil além da compra e venda em espécie, os *traveller's checks* são considerados no mercado manual.

- **Mercado primário** – compreende as operações entre os bancos e seus clientes não-bancários. Um banco compra moedas estrangeiras de uma indústria exportadora.

- **Mercado interbancário** – compreende as operações realizadas entre bancos.

- **Mercado à vista** – compreende as operações em que a entrega das moedas estrangeiras se dá em até dois dias úteis. As operações recebem o nome de **prontas** (*spot*).

- **Mercado futuro** – compreende as operações em que a entrega das moedas estrangeiras se dará no futuro com a adoção de uma taxa cambial acertada no ato da contratação, decorrendo daí um **prêmio** (se a taxa futura for maior do que a taxa à vista), ou um **desconto** (se a taxa futura for menor do que a taxa à vista). Um exemplo disso são as operações que recebem o nome de a termo (*forward*).

- **Mercado paralelo** – compreende as operações realizadas por meio de participantes não-autorizados a operar no mercado de câmbio. São operações ilegais, embora toleradas (no caso do Brasil). Pode ser tomado como exemplo a remessa clandestina de lucros, de propinas ou subornos, de recursos obtidos com o tráfico de drogas, pagamento de bens e serviços contrabandeados.

Seção 3 – Taxas cambiais

A noção que você tem de taxa cambial é intuitiva. Sabe que serve para se converter moedas **diferentes**.

Citado em Carvalho e Silva (2000, p.150)

Mas a partir de agora a expectativa é que você tenha entendido que, tecnicamente, é o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira, se adotarmos o método direto (incerto). Portanto, considerando que no dia 19/08/2005 U$ 1,00 = R$ 2,33, você sabe que, nesse dia, cada dólar valia R$ 2,33.

Como os bens e serviços, que uma vez colocados à venda se sujeitam à lei da oferta e da procura, as taxas cambiais, uma vez que representam o preço das moedas entre si sofre as mesmas influências, na sua formação. Alteram-se na medida em que se altera o comportamento das quantidades procuradas e das quantidades ofertadas de moedas.

E isso permite apresentar a você a formação teórica da taxa cambial.

Formação das taxas cambiais

Recorde-se do que aprendeu de microeconomia em **Fundamentos econômicos** e **Análise econômica**, e concordará com as colocações que seguem:

- a taxa cambial tende a permanecer **estável** se: (1) a quantidade ofertada e a quantidade procurada permanecerem invariáveis, (2) a quantidade ofertada e a quantidade procurada aumentarem ou diminuírem na mesma proporção;

- a taxa cambial tende a **aumentar** se: (1) a quantidade procurada aumentar e a quantidade ofertada permanecer estável ou diminuir, (2) a quantidade procurada e a quantidade ofertada aumentarem, mas a quantidade procurada em maior proporção, (3) a quantidade procurada permanecer estável, mas a quantidade ofertada diminuir, e (4) a quantidade ofertada e a quantidade procurada diminuírem, mas a quantidade procurada em menor proporção;

- a taxa cambial tende a **diminuir** se: (1) a quantidade ofertada aumentar e quantidade procurada permanecer estável ou diminuir, (2) a quantidade ofertada e a quantidade procurada aumentarem, mas a quantidade procurada em menor proporção, (3) a quantidade procurada diminuir e a quantidade ofertada permanecer estável, e (4) a quantidade procurada e a quantidade ofertada diminuírem, mas a oferta em menor proporção.

Você já é capaz de perceber que as alterações nas quantidades procuradas e ofertadas de moedas estão relacionadas com a atividade **normal** de uma economia, em que as transações internacionais nunca apresentarão o mesmo fluxo; há momentos em que as importações são maiores do que as exportações, as viagens internacionais de moradores no país são maiores do que as dos que visitam esse mesmo país; os capitais financeiros que entram no país são maiores do que os capitais financeiros que saem do país. O lado comprador e o lado vendedor, citados antes, experimentam movimentos variados, de acordo com os seus interesses.

Mas poderão estar relacionadas com algo que não é da atividade normal de uma economia: **a especulação.** Os movimentos das quantidades ofertadas e procuradas, que determinam a formação da taxa cambial, poderão **decorrer de grupos interessados em auferir lucros**, com a alteração das taxas cambiais. Esse lado comprador, ou vendedor não lhe foi apresentado antes. E poderá

ser, inclusive, qualquer um dos participantes do mercado cambial, depende do interesse em que estiver em jogo.

Nesse momento um outro participante poderá entrar no mercado, intervindo na medida em que o nível da taxa cambial deixar de lhe interessar. O governo poderá participar do mercado, tanto do lado comprador, quanto do lado vendedor, dependendo do nível em que se encontrar a taxa cambial.

Percebe como a taxa é muito mais importante do que você imagina? Nas palavras de Carvalho e Silva (2000, p.150) trata-se de uma variável econômica muito importante, capaz de influenciar todas as contas do balanço de pagamentos de um país, afetando importações, exportações, entrada de capitais estrangeiros, turismo, rentabilidade de aplicações, volume de reservas internacionais. O que evidencia a complexidade da administração dos níveis das taxas cambiais.

O que então determina os níveis das taxas cambiais?

Muitas poderiam ser as respostas, porém sem dúvida o **regime cambial** merece um destaque especial, por isso se faz a análise que segue:

A autoridade monetária de um país adota para determinar a taxa de câmbio.

- **regime cambial fixo** – o Banco Central (autoridade monetária) fixa o preço de uma moeda estrangeira em moeda nacional. Fica garantida a conversão àquele preço;

- **regime de taxas de câmbio flexíveis ou flutuantes** – o Banco Central permite que o mercado cambial estabeleça o preço da moeda estrangeira. Se a autoridade monetária não interferir no mercado estamos diante de **"flutuações limpas"**, do contrário estamos diante das **"flutuações sujas"**. Como as políticas monetárias e cambiais de um país são praticamente interligadas, dificilmente se encontrará um regime de flutuação limpa. A autoridade monetária de alguma forma interfere no nível da taxa cambial sempre que ele representar uma ameaça aos objetivos da política monetária.

O rigor dos dois regimes não é adotado pelos países. No momento atual um arranjo cambial é a prática.

Para saber mais pesquise:

CARVALHO, Maria A; SILVA, César. **Economia Internacional.** 1ª ed. São Paulo: Saraiva, (2000, p.151-152).

Com este entendimento você pode, agora, entender melhor os tipos de taxas cambiais.

Tipos de taxas cambiais

a) **Taxas livres** – aquelas provenientes das condições de oferta e procura em um mercado livre de câmbio.

b) **Taxas oficiais** – aquelas determinadas pela autoridade monetária.

c) **Taxas fixas** – aquelas mantidas invariáveis, ou por determinação da autoridade monetária, ou por sua intervenção no mercado.

d) **Taxas variáveis** – aquelas que experimentam variações pelo efeito da lei da oferta e procura. Como vimos não está descartada a intervenção da autoridade monetária.

e) **Taxas de repasse** – aquelas utilizadas pelo Banco Central para comprar moeda estrangeira dos bancos.

f) **Taxas de cobertura** – aquelas utilizadas pelo Banco Central para vender moeda estrangeira aos bancos.

g) **Taxas prontas** – aquelas aplicadas em operações do mercado à vista (*spot*).

h) **Taxas futuras** – aquelas aplicadas em operações do mercado a termo (*forward*).

Casos especiais de taxas cambiais

Por hipótese, no mercado cambial brasileiro o euro vale R$ 2,80, enquanto que o dólar vale R$ 2,34. Uma pergunta se apresenta: no mercado cambial brasileiro quanto está valendo o euro em relação ao dólar, ou então, quanto está valendo o dólar em relação ao euro? A resposta vem da divisão de um valor pelo outro:

- euro em relação ao dólar =
  euro÷dólar = 2,80÷2,33=1,19 dólares;

- dólar em relação ao euro =
  dólar÷euro = 2,34÷2,80 = 0,83 euros.

Esse é o entendimento do que vem a ser **taxa cruzada de câmbio** (*cross-rates*), a taxa teórica resultante da comparação das respectivas cotações de duas moedas, expressas em uma terceira.

Em transações cambiais livres, um euro equivalente a 1,20 dólares, no mercado cambial brasileiro não deverá estar muito distante do valor apresentado nos EUA, como um dólar equivalente a 0,83 euros, no mercado brasileiro, não deverá estar muito distante do valor apresentado na Europa.

No dia **19/08/2005**, U$ 1,00 = R$ 2,34. Por curiosidade você pesquisou uma fonte qualquer, e constatou que em **19/08/2004**, U$ 1,00 = R$ 2,10.

De forma intuitiva você raciocinou que o dólar subiu **11%**.

$(2{,}33 \div 2{,}10 - 1) \times 100$

Essa noção de **taxa nominal de câmbio** é aquela expressa em unidades monetárias apenas.

Lembre-se, porém, que a taxa cambial é um preço. E que no futuro você deverá pagar o mesmo preço, para adquirir a mesma quantidade de bens e serviços.

Se isso não ocorrer é porque houve um aumento nos preços, a **inflação**. Eis um novo tipo de taxa cambial, a **taxa de câmbio real**, aquela que expressa o poder aquisitivo de compra da moeda nacional envolvida em transações externas.

Ex

CARVALHO, Maria A; SILVA, César. **Economia Internacional.** 1ª ed. São Paulo: Saraiva, (2000, p.156-158)

As taxas cambiais, portanto, não estão isentas desse fenômeno; a diferença é que no mercado interno você mede o efeito inflacionário sobre a sua moeda utilizando, apenas, a inflação interna.

Sobre as taxas cambiais você deve levar em consideração a sua inflação, mas também a do outro país.

Admitindo que no período acima 19/08/2004 a 19/08/2005, a inflação brasileira tenha sido de 12% ou 0,12, e que a inflação nos EUA de 4% ou 0,04, qual seria a taxa cambial real em 19/08/2005? Uma fórmula é adotada para encontrá-la:

$$\text{Taxa real} = \text{Taxa inicial} \times \left\{ \frac{(\text{inflação interna} + 1)}{(\text{inflação externa} + 1)} \right\}$$

Na situação em análise, a taxa real de câmbio em 19/08/2005 seria:

$$\text{Taxa real} = 2{,}10 \times \left\{ \frac{(0{,}12 + 1)}{(0{,}04 + 1)} \right\} = 2{,}10 \times \left\{ \frac{1{,}12}{1{,}04} \right\} = 2{,}26.$$

Diferente dos 2,33 publicados nos jornais e revistas especializadas.

A arbitragem de câmbio

Os mercados funcionam, hoje, de forma integrada, de modo que as taxas cambiais são homogêneas em praticamente todo o mundo, por causa do processo de **arbitragem.**

Processo que tende a igualar os preços entre dois mercados integrados.

O resultado desse processo é que na busca de moedas por preços menores, para revendê-las com lucro ou um ganho maior, mais uma vez a lei da oferta e da procura se faz valer: ao procurar moedas no mercado em que lhe é mais favorável a compra, você termina por aumentar a procura pelas mesmas; e ao revendê-las no seu mercado, esperando alcançar um lucro ou um ganho maior, termina por aumentar a oferta.

Os efeitos sobre as cotações você já aprendeu antes, quando estudou a formação teórica das taxas cambiais.

Para que você entenda melhor o processo de arbitragem analise os exemplos:

Exemplo 1 – Moedas transacionadas DM = marco alemão e U$ = dólar, com as seguintes cotações nos mercados identificados:

Cotações	Mercado
DM 1 = U$ 1,45	americano
U$ 1 = DM 0,75	alemão

No mercado americano o valor em U$ do DM está informado diretamente em U$ 1,45; mas no mercado alemão você deve dividir U$ por DM (1 : 0,75), para saber que DM 1 = U$ 1,33.

Perceba que o valor do DM está mais barato na Alemanha do que nos EUA. Você pode comprar DM 1 na Alemanha, pagando U$ 1,33. De posse desse DM 1 pode revendê-lo no mercado americano por U$ 1,45.

Você lucrou nessa operação U$ 0,12 (1,45-1,33).

Esse é processo de arbitragem que envolveu duas moedas. **Arbitragem direta** ou **arbitragem simples**.

Arbitragem direta (ou simples) – aquela em que dois mercados arbitram suas moedas nacionais.

Exemplo 2 – Moedas transacionadas DM = marco alemão U$ = dólar e F = franco francês. As cotações se apresentam:

Cotações	Mercado
DM 1 = U$ 1,45	Norte-americano
F 1 = DM 0,30	Alemão

Você está diante de dois mercados e três moedas. Está interessado no valor do F, no mercado americano. Multiplique U$ por DM e terá a resposta: **1,45 x 0,30.**

Portanto, F 1 = U$ 0,43 corresponde à cotação **teórica** no mercado americano.

Veja o cálculo completo em Ratti (2001, p.182).

Admitindo a cotação de mercado como sendo F 1 = U$ 0,35 você está diante de um bom negócio: compra F 1 por U$ = 0,35, no mercado americano. De posse de F 1 compra na Alemanha, DM 0,30. Revende no mercado americano os DM 0,30 por U$ 0,43 (0,30x1,45). Como seu gasto inicial foi U$ 0,35, e agora você tem U$ 0,43, seu lucro foi de U$ 0,08.

Esse é o processo de **arbitragem indireta** ou **arbitragem composta.**

Aquela em que dois mercados arbitram a moeda de um terceiro.

Síntese

Nesta unidade você aprendeu a importância do mercado cambial para a economia internacional.

Mais do que isso compreendeu que a presença dos bancos, inclusive ditada de forma legal é fundamental à viabilização dos pagamentos internacionais. Sem eles seria, praticamente, impossível a liquidação das operações.

E entre a necessidade de liquidar as operações e a presença dos bancos você se familiarizou com as taxas cambiais: o que são, de que tipos se apresentam e de que forma são negociadas no mercado.

E, principalmente, entendeu que as taxas cambiais são influenciadas pelo movimento normal da economia, mas sujeitas à especulação, movimento que visa colocá-las nos níveis que mais lhe interessam, sem comprometimento com a atividade real da economia. Ambos provocando oscilações desejadas e não-desejadas, para os fins a que se destinam.

Atividades de auto-avaliação

1) Explique de forma sucinta o significado da expressão “os pagamentos são liquidados pela compensação de créditos no exterior, contra débitos também no exterior”.

2) Em se tratando de pagamentos, sem o envolvimento dos bancos, você prefere uma remessa sem saque, ou uma cobrança à vista? Por quê?

3) A taxa cambial tende a aumentar se a quantidade ofertada e a quantidade procurada diminuírem, mas a quantidade procurada em menor proporção. Exemplifique uma situação assim.

4) Demonstre uma arbitragem direta.

5) Por que a especulação cambial é nociva ao desempenho da economia?

Saiba mais

CARVALHO, M. A; SILVA, C. **Pagamentos internacionais e taxa de câmbio.** In: Economia Internacional. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p.147-161

_____. **Mercado cambial**. In: Economia Internacional. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 167-178.

MAIA, J. **Mercado cambial**. In: Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2000. p. 235-247.

_____. **Pagamentos internacionais**: modalidades de operações. In: Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2000. p.259-268.

_____. **Taxa de câmbio**. In: Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2000. p. 301-326.

RATTI, B. **Relações monetárias internacionais**. In: Comércio Internacional e Câmbio. São Paulo: Aduaneiras, 8ª ed., 1994. p. 67-195.

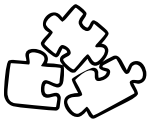
UNIDADE 6

6

Balanço de pagamentos

Objetivos de aprendizagem

- Entender a implicação das taxas cambiais sobre o balanço de pagamentos.
- Compreender as razões dos desajustes no balanço de pagamentos.
- Estudar os mecanismos de ajustamento.
- Analisar as medidas governamentais para o ajustamento do balanço de pagamentos.



Seções de estudo

Seção 1 Comportamento das taxas cambiais e balanço de pagamentos

Seção 2 Saldos do balanço de pagamentos

Seção 3 Ajuste do balanço de pagamentos

Para início de estudo

A proposta aqui é mostrar que a formação dos resultados tem influência de todos os fatores já analisados até agora na nossa disciplina. Desde a adoção de um livre comércio, até o comportamento das taxas cambiais.

O maior ou menor grau de abertura de uma economia às relações internacionais tem reflexo direto no comportamento da balança comercial. Se maior for o grau, maior será o volume transacionado com o exterior (importações e exportações). Igualmente, o comportamento das taxas cambiais favorece ou desestimula a balança comercial.

Como você já constatou antes, a partir daí, todas as demais contabilizações (balanço de serviços, movimento autônomo de capitais e movimento compensatório de capitais) são influenciadas.

É redundante afirmar, que desequilíbrios no balanço de pagamentos são inevitáveis, dado a sua ligação com a necessidade de adoção de políticas econômicas internas, que terminam por refletir nas relações externas. A questão é a intensidade e o prazo do desequilíbrio.

Seção 1 – Comportamento das taxas cambiais e balanço de pagamentos

Imagine as seguintes situações:

Você abriu o jornal e tomou conhecimento de que U$ 1,00 = R$ 2,50. Passado um determinado tempo, e novamente abrindo o jornal, lá estava U$ 1,00 = 2,30. Nesse espaço de tempo decorrido o que você acabou de saber é que a moeda nacional sofreu uma **valorização** diante da moeda estrangeira. Antes você precisava de R$ 2,50 para comprar um U$; agora precisa só R$ 2,30 para a mesma aquisição.

Outra situação é que poderia ter acontecido o contrário, ou seja, na sua primeira informação U$ 1,00 = R$ 2,30, e na segunda informação U$ 1,00 = R$ 2,50. Nesse caso, a moeda nacional teria sofrido uma **desvalorização** diante da moeda estrangeira.

Se você preferir pode fazer a leitura de forma um pouco diferente, mas com o mesmo significado: na situação (1) a moeda estrangeira sofreu uma **desvalorização** diante da moeda nacional. Se antes, de posse de U$ 1,00 você comprava R$ 2,50, agora com a mesma quantidade de U$ você compra só R$ 2,30; enquanto que na situação (2) a moeda estrangeira sofreu uma **valorização** diante da moeda nacional. Se antes você com U$ 1,00 comprava R$ 2,30, agora com a mesma quantia de U$ você compra R$ 2,50.

Importante: há momentos em que as moedas são consideradas valorizadas e em outros desvalorizadas diante da moeda estrangeira.

Se você acompanhar o comportamento das taxas cambiais vai constatar que, diariamente, elas se alteram para mais ou para menos.

Porém constatação tão singela e simples tem um enorme significado para as relações econômicas internacionais.

As taxas tendem a aumentar, diminuir ou permanecer estáveis em função do movimento de oferta e de procura por moedas estrangeiras; é a **lei da oferta e da procura**. E os movimentos apresentados são considerados normais, se resultarem do próprio ritmo da atividade econômica. Qualquer movimento que não resulte dessa condição implica em **especulação**. O que não é bom para a atividade econômica.

Dentro das oscilações consideradas normais uma constatação é clara: as taxas tendem à normalidade, após o efeito da lei oferta e da procura.

Nas situações propostas acima, quando a taxa oscilou de U$ 1,00 = R$ 2,50 para U$ 1,00 = R$ 2,30, a **valorização** da moeda nacional se deu por uma variação maior na oferta da moeda estrangeira em relação à procura, se ambas apresentaram

crescimento nas quantidades, ou uma variação menor do que na procura por moeda estrangeira, se ambas apresentaram diminuição nas quantidades.

Quando oscilou de U$ 1,00 = R$ 2,30 para U$ 1,00 = R$ 2,50, a **desvalorização** da moeda nacional se deu por uma variação menor na oferta da moeda estrangeira em relação à procura, se ambas apresentaram crescimento nas quantidades, ou uma variação maior do que na procura por moeda estrangeira, se ambas apresentaram diminuição nas quantidades.

Desta forma há momentos em que a moeda é considerada valorizada, outros em que é considerada desvalorizada; mas para ambas as situações, **em condições econômicas normais**, a taxa tenderá à normalidade, isto é, se encaminhará em direção à posição inicial.

Não entendeu? O que quero dizer é que após alcançar U$ 1,00 = R$ 2,50, na situação (1), seu caminho natural será em direção aos U$ 1,00 = R$ 2,30; ou alcançando U$ 1,00 = R$ 2,30, na situação (2), seu caminho natural será em direção aos U$ 1,00 = R$ 2,50. Ficou melhor agora?

Os intervalos de tempo em que há a valorização ou a desvalorização da moeda nacional são ditados pelo ritmo da atividade econômica externa normal (exportações, importações, pagamentos de compromissos financeiros com o exterior, procura por recursos financeiros no exterior, viagens de residentes no país para fora dele, chegada de turistas estrangeiros ao país). E são nesses intervalos que o mercado julga se a taxa está valorizada ou desvalorizada.

Situação I

Quando a taxa cambial apresentava a cotação U$ 1,00 = R$ 2,50, e passou para U$ 1,00 = R$ 2,30.

- Coloque-se na condição de **importador**. Você compraria a moeda estrangeira, na situação inicial, gastando R$ 2,50 por U$ 1,00 comprado. Aproveitando a oscilação você gastaria R$ 2,30 por U$ 1,00 comprado. Economizaria R$ 0,20 por U$ comprado.

Aquele que precisa de moeda estrangeira para comprar bens e serviços do exterior.

- Coloque-se na condição de **exportador**. Na oscilação você venderia U$ 1,00 para receber R$ 2,30, quando poderia ter recebido pelo mesmo U$ 1,00, R$ 2,50. Na oscilação você deixou de ganhar R$ 0,20 por U$ vendido.

Aquele que tem moeda estrangeira, resultado das suas vendas de bens e serviços no exterior, e que precisa vender para obter a moeda nacional.

Vamos além, observe:

- Coloque-se na condição de alguém que tomou empréstimo no exterior, e que agora precisa pagá-lo (seja o total, seja uma parte, seja só juro). Portanto, precisa de moeda estrangeira. Vale o mesmo raciocínio feito para o importador? Claro que vale.

- Coloque-se na condição de alguém que tomou empréstimos no exterior (não tem nada a pagar, ainda, mas tem recursos em moeda estrangeira obtidos via empréstimo, e precisa vendê-los para obter a moeda nacional). Vale o mesmo raciocínio feito para o exportador? Claro que vale.

E assim, se você é um residente fora do país e deseja visitá-lo é claro que você o fará, no momento em que a sua moeda (estrangeira) apresentar um valor maior na hora da troca pela moeda nacional. Se você é residente no país e deseja viajar para fora, você o fará no momento em que necessitar de menor quantidade de moeda nacional para comprar a moeda estrangeira necessária.

E se você reside fora do país que nele deseja investir, fará o investimento no momento em que a taxa cambial lhe permitir trocar a sua moeda (estrangeira) por uma maior quantidade de moeda nacional. Uma vez feito o investimento, em havendo lucro, é óbvio que fará a remessa do mesmo para o seu país, no momento em que a taxa cambial lhe permitir comprar uma quantidade maior de moeda estrangeira, com o lucro em moeda nacional alcançado.

Situação II

Quando a taxa cambial apresentava a cotação U$ 1,00 = R$ 2,30, e passou para U$ 1,00 = R$ 2,50 o seu raciocínio para as situações apresentadas se inverte.

Portanto, eu e você chegamos à seguinte conclusão:

- taxas cambiais valorizadas **incentivam** as importações, os pagamentos de compromissos com o exterior, as viagens dos residentes para fora do país, a remessa de lucros para o exterior;

- taxas cambiais desvalorizadas **incentivam** as exportações, a tomada de empréstimos no exterior, as viagens dos estrangeiros para o país, o ingresso de investimentos externos no país.

E o reflexo de tudo isso é sentido onde? No balanço de pagamentos. Não entendeu? Lembre-se: se as exportações e as importações são afetadas pelo comportamento das taxas cambiais não é na balança comercial o seu impacto? As viagens e o pagamento dos juros são elementos do balanço de serviços. Os movimentos financeiros se refletem no balanço de capitais (autônomos ou compensatórios).

Não são todos eles os componentes do balanço de pagamentos? Ao oscilar elas abrem oportunidades para quem participa do mercado. De ganho ou de perda.

O desequilíbrio nas cotações provoca desequilíbrios no balanço de pagamentos por representar incentivos a um outro componente, que pode ser positivo ou negativo para as contas externas.

No atual momento, desestimular as exportações não é uma boa recomendação para a economia brasileira. Precisamos exportar, e muito.

A especulação

Salientamos até aqui a **"atividade econômica normal"**, ou seja, a cotação cambial como resultado da ocorrência da lei da oferta e da procura sobre a moeda estrangeira, levando em consideração o momento em que se encontra a relação econômica externa do país.

Entretanto, você já sabe que com o fenômeno da globalização os mercados se abriram para os capitais financeiros externos. Desse modo, como **as taxas de juros** diferem de país para país, os capitais externos convergem para os países em que as taxas de juros são mais atrativas, mais elevadas; desde que no julgamento dos investidores externos cubram o risco envolvido.

Uma vez realizado o lucro financeiro esperado, esses capitais tendem a retornar ao país de origem. Aí entra a **taxa cambial**. A remessa de lucros é uma dos componentes da atividade econômica normal, visto antes, e é influenciada pelo comportamento das taxas cambiais. Serão incentivadas, ou não, dependendo do julgamento que o mercado faz para a taxa cambial vigente.

Dentre os capitais que ingressam no país, uma parte pode ter um comportamento especulativo, isso é, tirar vantagem de uma situação, presente ou futura. Presente se aproveitar o intervalo de tempo entre o desequilíbrio cambial e o seu retorno à normalidade, futura, se por intermédio de ações próprias impedir o retorno à normalidade, dentro do intervalo julgado pelo mercado como aceitável.

Observe que...

Pela atividade econômica normal, em determinado período de tempo, o movimento das exportações é superior ao movimento das importações. Pelo que você já aprendeu até aqui, concordará que nesse período de tempo a oferta será maior do que a procura por moedas estrangeiras, refletindo uma valorização da moeda nacional diante da moeda estrangeira. É a **Situação I** colocada antes. Passada a superação do desequilíbrio entre oferta e procura, a tendência será o retorno da taxa cambial à normalidade.

Mas isso pode não ser interessante para aquele capital que ingressou no país, com o único propósito de especular, e com isso obter ganhos elevados.

Com o intuito de não permitir o retorno da taxa cambial à normalidade, ingressa no mercado comprando moedas estrangeiras, aumentando a procura por moeda estrangeira e impedindo a valorização da moeda nacional.

Se sua força de competição é maior do que a dos exportadores e importadores (aqui considerados como participantes não-especulativos), compete ao governo intervir no mercado, em busca do equilíbrio. O governo utilizará suas reservas internacionais, ou seja, venderá moeda estrangeira que as compõem, aumentando a oferta para ajustar a cotação cambial.

O governo poderá, alternativamente, vender no mercado títulos públicos com cláusula de correção cambial (garantir aos investidores uma remuneração que, além dos juros acordados sobre o valor investido, aplicará toda a variação cambial ocorrida no período). Não utiliza as reservas internacionais, mas termina por diminuir a procura por moeda física, provocando o deslocamento do dinheiro para os títulos públicos, abrindo espaço para o ajustamento da taxa cambial.

A **especulação** não é boa para a economia.

Portanto, a questão é a intensidade e a duração do desequilíbrio. Essa é a nossa próxima preocupação.

A questão conjuntural e estrutural da oscilação das taxas cambiais

Por **conjuntural** se entende a situação que ocorre, eventualmente, não se repetindo.

Deixando de exportar para atender o mercado interno, que por um momento viu aumentada a demanda pelo produto, o país corre o risco de perder os importadores (compradores), pois esses perderiam a confiança no fornecedor, buscariam novas alternativas. A solução é um tratamento mais equilibrado para a mercadoria em falta ou até mesmo a sua importação temporária para atender o desequilíbrio interno.

Uma colocação mais simples para você tirar suas dúvidas: uma geada, uma seca ou uma inundação afetará a produção e os preços agrícolas, porém para a safra em que os fenômenos da natureza ocorreram. Não significa que se repitam para as próximas safras.

Por **estrutural** se entende algo permanente.

Você já deve ter ouvido falar que o Brasil poderia exportar muito mais do que exporta, atualmente, mas problemas estruturais impedem. Não temos uma mão-de-obra especializada, o nível educacional dos brasileiros ainda é bastante baixo, prejudicando a produtividade e a competitividade internacional por falta de tecnologia; estradas, portos e ferrovias são deficientes; a legislação trabalhista e tributária são incompatíveis com o processo produtivo, etc.

O exemplo acima trata de **questões estruturais** (não confundir com infra-estrutura) que permanecem, pois demandam recursos e tempo para serem removidas. Também questões mais simples podem esclarecer melhor e tirar suas dúvidas: a) numa guerra há a destruição de tudo ou quase tudo; b) um aumento da procura interna, sem o aumento da produção o que, inevitavelmente, leva ao aumento nos preços internos.

Isso posto, voltemos às **taxas cambiais**.

Quando as causas do desequilíbrio são de ordem **conjuntural** é desnecessária a adoção de medidas que visem valorizar ou desvalorizar a taxa. Após a transição a situação volta à normalidade. Se a taxa está considerada valorizada, uma medida que vise a desvalorização provocaria instabilidade para a atividade econômica: problemas financeiros para quem deve em moeda estrangeira, aumento dos gastos com matéria-prima importada, etc.

Se a taxa está considerada desvalorizada os efeitos das medidas se invertem, e embora possam parecer positivos, já que estimularia as exportações e a entrada de recursos externos, na verdade pode não ser o objetivo da política econômica adotada no momento (o Plano Real, quando implementado, em um dos seus objetivos estava a substituição das exportações para aumentar a concorrência interna, via importações, diminuindo os níveis inflacionários, portanto, diante de causas conjunturais não seriam positivos os efeitos da desvalorização naquele momento).

Tudo desnecessário, e com elevados custos econômicos e sociais, já que é passageiro o desequilíbrio. Entretanto, diante de causas **estruturais** o ajustamento da taxa cambial é recomendável, sob risco de não fazendo agravar a situação futura.

Assim, diante de taxas valorizadas devem ser tomadas medidas para desvalorizá-las para preservar as exportações, a chegada de turistas estrangeiros, o ingresso de recursos externos.

Para taxas desvalorizadas, **no curto prazo** as exportações aumentariam, com a diminuição dos preços dos nossos produtos no exterior novos empregos são criados, pelo aumento da produção (mais exportação, menos importações), aumento do fluxo de capitais externos para o país. Mas **no longo prazo** ocorre uma acomodação dos produtores, pela falta de concorrência, o encarecimento das importações, prejudicando a própria produção interna, naquilo que dependa de matéria-prima importada.

A **conversão da moeda estrangeira em moeda nacional** pressiona a taxa de juros interna, uma vez que mais recursos nacionais são necessários para comprar a moeda estrangeira, pela formação de elevados estoques de reservas cambiais gerados pelo estímulo às exportações e à chegada de moeda estrangeira no país.

Concluindo, você deve ter entendido que na verdade o que interessa é a busca de uma taxa cambial ideal, aquela capaz de manter os interesses externos confiantes no país, sem os riscos de movimentos bruscos nas taxas cambiais, que os obriguem, constantemente, a rever seus planos, o que afetaria a atividade econômica do próprio país. E impedir ações especulativas sobre a economia interna.

Com isso estamos aptos a seguir, passando a estudar o **comportamento dos saldos do balanço de pagamentos**.

Seção 2 – Saldos do balanço de pagamentos

Você deve ter notado que ao encerrar a seção anterior não houve menção a equilíbrio no balanço de pagamentos, a partir de taxas cambiais ideais. Isso porque na realidade os balanços de pagamentos apresentam equilíbrios, **excepcionalmente**. Normalmente as situações são de **déficit** ou **superávit**.

Ao manter relações econômicas com o resto do mundo, um país estará remetendo (creditando) e recebendo (debitando) bens e serviços do exterior. Como a todo crédito corresponde um débito conclui-se:

a) excepcionalmente ocorre o equilíbrio nos balanços de pagamentos, pois ao superávit de um corresponderá o déficit do outro;

b) o balanço de pagamentos mundial deverá apresentar equilíbrio, se apurado com rigor;

c) a soma do saldo de todas as contas, necessariamente, será igual a **zero**; e

d) o saldo em transações correntes é coberto por igual fluxo nos movimentos de capitais.

As contas do balanço de pagamentos se dividem em dois grandes grupos: **Transações correntes** e **Movimentos de capitais**. Nas transações correntes estão contabilizadas as operações com bens e serviços, incluindo as remunerações de capitais na forma de juros e lucros. Em movimentos de capitais estão as transações envolvendo moeda, crédito e títulos.

Se as remessas são maiores do que o recebimento apresenta *superávit* nas transações correntes. Caso contrário, apresenta um *deficit*, que implica em aumento do endividamento externo de seus residentes.

Assim, um superavit em transações correntes significa um ingresso líquido de reservas, enquanto que déficits em transações correntes significam equivalentes ingressos de capitais, autônomos ou compensatórios.

As **transações correntes**, como o próprio nome diz representam a parte operacional das relações externas. São compostas pela **balança comercial**, pelo **balanço de serviços** e pelas **transferências unilaterais**. O seu saldo é a soma algébrica dos seus componentes. Significa dizer que podemos ter ***superávit*** na balança comercial, e mesmo assim apresentar ***déficit*** em transações correntes. Isso ocorre pelo fato de que poderíamos ter déficits no balanço de serviços e nas transferências unilaterais, ambos superiores ao superávit na balança comercial.

No balanço de serviços estão incluídos os pagamentos dos juros da dívida externa, tratados como **serviço da dívida**.

Mas esses não são os únicos componentes do balanço de pagamentos. Uma vez que a economia se abre ao exterior, ela passa a receber também a influência do **movimento de capitais** (principalmente após o processo de globalização).

E como os capitais se movimentam?

De forma **autônoma** pelos movimentos voluntários de capitais, representados pelos empréstimos obtidos no exterior por empresas nacionais, pelas amortizações dos mesmos (pagamento do principal), pelos investimentos diretos (compra de imóveis, cotas ou ações de empresas nacionais, por estrangeiras), pelos investimentos indiretos (aplicações no mercado financeiro e, normalmente, de curto prazo). Ou de forma **compensatória** pelos movimentos propiciados pelas transações que envolvem os governos, na forma de empréstimos (empréstimos do FMI ao Governo brasileiro, por exemplo).

Ao se atribuir à expressão *déficit* ou *superávit* ao desempenho do balanço de pagamentos podemos nos referir ao **saldo** de um dos dois grandes grupos que o compõem, e não ao balanço de pagamentos total. Aí reside a peculiaridade da colocação que um **superávit em transações correntes** significa um ingresso líquido de reservas, enquanto que **déficits em transações correntes** significam equivalentes ingressos de capitais, autônomos ou compensatórios.

Um saldo negativo em transações correntes significa que em suas operações com o exterior o país não conseguiu divisas suficientes para honrar todos os seus compromissos, os débitos foram maiores do que os créditos. Por exemplo, os ganhos na balança comercial não foram suficientes para cobrir os compromissos com o balanço de serviços e as transferências unilaterais.

O saldo das transações correntes não encerra a contabilização do balanço de pagamentos, ainda é preciso considerar o **movimento de capitais autônomos** e o **movimento de capitais compensatórios**.

Movimento de capitais

O país ainda conta com o desempenho do **movimento de capitais** para tentar honrar todos os seus compromissos. Inicialmente, ele conta com os **capitais voluntários** (autônomos) e como vimos eles poderão vir na forma de investimentos. Significa que alguém do exterior vai adquirir alguma coisa no país, comprando diretamente (que significa se instalando no país), ou indiretamente (não se instala, mas aplica recursos,

por exemplo: compra ações na Bolsa de Valores). Isso significa ingresso de moeda estrangeira no país. Portanto **crédito**.

Esses créditos, que compõem o movimento de capitais autônomos, serão descontados do saldo negativo das transações correntes, podendo ser suficientes para a sua liquidação ou não. Se suficientes, ótimo. Caso contrário, ainda se tratando de movimento de capitais autônomos, resta a **obtenção de empréstimos no exterior**. Não os empréstimos de governo para governo, mas os empréstimos daqueles que fazem a parte operacional das relações externas (os residentes no país que transacionaram com o exterior e agora precisam honrar o seu compromisso). Novamente, se os empréstimos obtidos cobrirem, integralmente, o saldo negativo restante das transações correntes, ótimo.

Caso contrário, entramos no grupo do movimento de capitais compensatórios.

Movimento de capitais compensatórios

Se o país tem reservas internacionais suficientes para cobrir a diferença, vende essas reservas, obtendo a moeda estrangeira necessária ao pagamento do saldo negativo remanescente. Se o país não tem reservas internacionais suficientes:

- declara a moratória (não-pagamento dos compromissos assumidos);
- apela aos empréstimos de governo para governo (os do FMI, por exemplo).

Portanto o *déficit* representa a venda de ativos ou aumento do passivo externo. Ou seja, vender reservas ou aumentar o endividamento, que poderá ser amenizado se os investimentos externos (movimento de capitais) ocorrer de forma direta (compra de imóveis, cotas ou ações de empresas). Quanto maior a parcela de investimento externo direto na economia, menor a necessidade de financiamento.

Implicações do *déficit* em transações correntes

Olhando pela ótica de que o *déficit* resulta do fato do país gastar mais do que tem, mais comprou do exterior do que vendeu, uma redução na atividade econômica interna é a principal implicação, e com ela:

- a redução de demanda, que por sua vez implica em redução de produção e renda;
- com isso as empresas são incentivadas a buscar novos mercados, possíveis só no exterior, aumentando as exportações, em detrimento do mercado interno. Mas também diminui as importações, as viagens ao exterior, etc.

Ao olhar pela ótica do fato de que a possibilidade de cobrir o *déficit* em transações correntes pode ser pelo movimento de capitais, seja autônomo ou compensatório, e considerando os investimentos diretos como insuficientes, implica em aumento do endividamento externo. Sobre o mesmo incidirá juros, que deverão ser pagos no futuro. Se não pagos, ocorre um acúmulo, realimentando o *déficit*.

> Os *superávits* comerciais deverão ser suficientes para o pagamento, pelo menos, dos juros. Com certeza não bastará o financiamento do *déficit*. Medidas de ajustamento da economia serão necessárias.

Finalmente, ao se olhar pela ótica de os investimentos serem superiores ao nível da poupança interna, as contas do governo devem ser ajustadas. O *déficit* das contas públicas deve ser reduzido. Aqui cabe também a aplicação dos recursos obtidos pelo movimento dos capitais autônomos em projetos que visem à expansão das exportações, minimizando os efeitos dos pagamentos dos juros e da remessa futura de lucros pelos investidores.

A persistência de *déficits* só se sustenta enquanto houver recursos para financiá-lo.

Com isto você pode concluir que o saldo poderá se apresentar:

- **nivelado** – o total de débitos e créditos é igual. Nesse caso, nem a base monetária, nem o nível de reservas cambiais é afetado. A base monetária porque a moeda estrangeira recebida pelos exportadores é repassada aos importadores pelo sistema financeiro. E o nível de reservas cambiais porque não há a necessidade de sacá-las para honrar os compromissos;

- **superavitário** – o total de créditos é superior ao total de débitos. Sendo de natureza conjuntural já foi visto que tende a não se repetir no futuro. De natureza estrutural se torna permanente. Poderia ser o caso de um país efetuar investimentos em tecnologia, melhorando a qualidade, a produtividade e por fim a sua competitividade internacional. Os *superávits* na balança comercial daí decorrentes pela conquista de mais ou novos mercados seriam constantes. O país atuou sobre a causa estrutural. De positivo, a permanência do *superávit* representaria o incremento das reservas internacionais, o que é bom em caso de turbulência futura, como você já aprendeu antes. De negativo, o fato de que a conversão da moeda estrangeira em moeda nacional pressiona a taxa de juros interna, a tributação ou a emissão de moeda, uma vez que cada vez mais recursos nacionais são necessários para comprar a moeda estrangeira, pela formação de elevados estoques de reservas cambiais, gerados pelo estímulo às exportações e à chegada de moeda estrangeira no país. O governo precisa adquirir a moeda estrangeira, para manter o equilíbrio da taxa cambial; ou arrecada mais, ou emite moeda ou emite títulos, pelos quais deverá remunerar com juros o aplicador;

- **deficitário** – quando os débitos são superiores aos créditos. Se de natureza conjuntural já vimos que como não vai se repetir, a melhor alternativa é aguardar o auto-ajustamento. Se de natureza conjuntural deve ser atacada a causa. Poderíamos citar o mesmo exemplo adotado no saldo superavitário, porém de forma inversa. O país não tem competitividade internacional por problemas em sua produtividade e qualidade, por falta de tecnologia moderna. Isso é uma causa estrutural.

E com isso considere-se habilitado para analisar as medidas governamentais para o ajustamento do balanço de pagamentos, na forma apresentada na seção que segue.

Seção 3 – Ajuste do balanço de pagamentos

Ao se esgotar os recursos para financiamento dos sucessivos *déficits*, o equilíbrio do balanço de pagamentos é alcançado pela absoluta impossibilidade de se honrar os compromissos assumidos.

Para evitar esse extremo, o governo pode adotar algumas medidas na busca do ajustamento.

Imposição de barreiras comerciais

O desequilíbrio poderá ser atacado via diminuição das importações, na tentativa de melhorar o desempenho da balança comercial (surgimento de *superávits*).

São medidas protecionistas, que com certeza alcançam o objetivo, mas a um custo econômico e social bastante elevado, com impacto sobre a produção, que sofre uma distorção pela má alocação dos recursos sobre a distribuição de renda, pois transfere renda ao capital em detrimento do trabalho, sobre a receita do governo, que mesmo arrecadando, não será capaz de compensar integralmente as perdas da sociedade (a não ser em caso de um país com grande participação nas importações), sobre a concorrência, que será perdida pela diminuição da oferta de bens, mesmo que importados, abrindo espaço para a formação de cartéis, oligopólios e outras formas de estruturas de mercado.

Subsídios às exportações

Na tentativa de ajustar o balanço de pagamentos o governo poderá criar instrumentos de subsídio às exportações.

- **Redução ou eliminação da carga tributária sobre produtos exportados.** Diminuir ou até mesmo deixar de cobrar impostos sobre a produção que se destina ao mercado externo. Com isso os preços se tornam mais competitivos no exterior, possibilitando um aumento das exportações. Porém os impactos dessa medida sobre a economia interna provocam mais perdas para a sociedade do que ganhos.

- **Financiamentos aos exportadores em condições mais favoráveis.** A prática de taxas de juros menores para os financiamentos necessários á exportação de bens e serviços também pode provocar aumento nas exportações, uma vez que a juros mais baratos os produtores podem se interessar por produzir mais, destinando essa produção ao exterior.

Controle sobre a movimentação de capitais no país

Em tempos de globalização, a livre movimentação dos capitais tem se caracterizado como bônus e ônus para a administração das contas externas. Se por um lado colaboram para o financiamento dos *déficits*, por outro, a qualquer sinal de instabilidade, os capitais tendem a se retirar do país hospedeiro e retornar ao país de origem, provocando desequilíbrios indesejáveis na economia.

Como causa de desequilíbrio, o ajustamento pode ser obtido via um controle sobre a saída desses capitais. Poderia ser fixado um prazo mínimo para a saída, ou até mesmo a cobrança de uma determinada tarifa na saída, ou ainda, o estabelecimento de regras sobre a remessa de lucros.

O Brasil até o inicio da década de 90 tinha regras rígidas sobre a remessa de lucros ao exterior.

Sua eficácia seria no curto prazo, pois no longo prazo a adoção de tais medidas tende a afastar esses capitais do país, a menos que se tornasse uma prática mundial, em que a alternativa de escolha fosse levar em consideração apenas países com bons fundamentos macroeconômicos. Se adotada isoladamente, os capitais tendem a se hospedar onde não encontram barreiras à movimentação. Você investiria dinheiro em um país que lhe cobrasse uma taxa para ingresso e saída, ou que a existência de regras muito rígidas lhe impedissem de retornar os lucros obtidos ao seu próprio país?

Manutenção de elevadas taxas de juros

Sem regras sobre a movimentação dos capitais externos os mesmos se sentem induzidos a ingressar no país. Porém uma outra variável é levada em consideração, a **taxa de juros** praticada nesse país. Se compatível com o risco envolvido os capitais externos se deslocam para ele.

Essa é uma medida de ajuste para o desequilíbrio no balanço de pagamentos, pois se constitui em fonte de financiamento para o *déficit* externo: ocorre um ingresso (crédito) de capitais financeiros externos.

É a prática adotada pelo Plano Real, no Brasil, que após a crise asiática elevou, bruscamente, as taxas de juros internos, na tentativa de evitar os problemas enfrentados na Ásia.

Com esse procedimento as reservas se mantêm elevadas, em condições de neutralizar possíveis ataques especulativos. O custo dessa medida está no fato de que a remuneração oferecida, internamente, aos capitais externos não é compensada pela remuneração obtida pela aplicação das reservas internacionais no mercado externo. O governo arca com a diferença, o que termina por implicar em aumento do *déficit* público (as contas governamentais).

Redução do nível da atividade econômica

A redução do nível da atividade econômica é outra medida adotada para buscar o ajustamento nas contas externas.

A manutenção de taxas de juros elevadas contribui para a sua execução, pois diminui o consumo, que diminui a produção interna que, por sua vez, diminui o volume de importações. Como a saída para as empresas é a busca por mais ou novos mercados, as exportações aumentam.

O aumento da carga tributária, conjugada com diminuição nos gastos públicos é outra forma de contrair a atividade econômica, provocando os mesmos efeitos visto acima.

Mais uma vez a sociedade não passa ilesa, o custo do desemprego com a redução da produção será sentido pelos residentes.

Desvalorização cambial

Desvalorizar a moeda nacional, conforme você já viu na Seção 1, é outra medida adotada para ajustar as contas externas.

O barateamento dos bens e serviços nacionais, no exterior, provoca aumento nas exportações. Mas, internamente, ocorre o encarecimento dos bens e serviços importados. E a conseqüência é a diminuição da renda dos trabalhadores, a menos que os mesmos consigam impedir essa diminuição, provocando o repasse da desvalorização cambial para os demais bens e serviços da economia, com o que o ajustamento não se concretiza, já que seu efeito seria eliminado pelo surgimento da inflação interna (é o que explica a relutância do governo brasileiro em desvalorizar a sua moeda, antes da crise de janeiro de 1999).

Uma vez conquistado o mercado externo, no qual a vantagem da venda em moeda estrangeira ainda garante outro ganho na hora de convertê-la para a moeda nacional, você venderia no mercado interno o mesmo produto a preços compatíveis com a realidade interna?

Você agora deve estar pensando: é verdade, a constatação simples e singela de que ao abrir o jornal vou constatar que as taxas cambiais sofrem variação a todo o momento, de fato tem um enorme significado para as relações internacionais.

Tópico especial: o nível ideal de reservas internacionais

Recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que o nível ideal de reservas internacionais, que proporcionam uma certa segurança para o enfrentamento de possíveis turbulências, é aquele que:

- dê cobertura, no mínimo, ao equivalente a três meses de importação do país;
- cubra, no mínimo, ⅔ do *déficit* em transações correntes.

Maia (2000, p. 288) acrescenta que os países ainda necessitariam de uma reserva de segurança para o capital especulativo, em percentual variável, de acordo com a situação de momento. No caso brasileiro, deveriam ainda ser maiores, visando a cobertura de desequilíbrios cujas medidas de correção nem sempre são de efeito imediato, e chama a atenção para o fato de que nossas reservas estão formadas, atualmente, em parte, por capitais externos de curto prazo, que podem retornar à origem a qualquer momento, o que deveria levar a uma separação entre o que, efetivamente, é reserva cambial, e aquilo que é capital especulativo, já que esse permanece reserva, enquanto as taxas de juros forem elevadas.

Síntese

Nessa unidade você estudou que muito mais do que simples oscilações, os movimentos apresentados têm enorme significado para as relações internacionais. As taxas cambiais se movimentam em função da própria atividade econômica que se vê influenciada pela lei da oferta e da procura, mas também pela ação de especuladores, o que prejudica as políticas econômicas internas adotadas que precisam ser desviadas para impedir os efeitos da especulação. E sua implicação no balanço de pagamentos.

Aprendeu, ainda, a formação dos saldos do balanço de pagamentos e por fim as medidas governamentais para o ajustamento dos desequilíbrios apresentados.

Atividades de auto-avaliação

1) *Déficits* nas transações correntes podem implicar em aumento da dívida externa. Explique essa afirmação.

2) Os *superávits* em transações correntes têm implicação na macroeconomia? Justifique.

3) Taxas cambiais que indiquem uma moeda nacional desvalorizada incentivam as exportações? Explique.

4) Regras para ingresso e saída de capitais externos podem afugentá-los do país que as praticam, por quê?

5) Por que a especulação cambial é nociva ao desempenho da economia?

Saiba mais

Leia mais sobre o assunto em:

CARVALHO, M A; SILVA, C. **Balanço de pagamentos**: conceitos e contabilização. In: Economia Internacional. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 109-116.

_____. **Transações correntes**: abordagem macroeconômica. In: Economia Internacional. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 128-143.

MAIA J. **Balanço de pagamentos**. In: Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2000. p. 269-291.

_____.**Taxa de câmbio como instrumento de política econômica**. In: Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2000. p.310-311.

_____.**Capitais estrangeiros**. In: Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2000. p. 369-372.

RATTI, B. **Níveis de preços e taxas cambiais**. In: Comércio Internacional e Câmbio. São Paulo: Aduaneiras, 8ª ed., 1994. p. 148-152.

_____. **Desvalorizações cambiais e balança comercial**. In: Comércio Internacional e Câmbio. São Paulo: Aduaneiras, 8ª ed., 1994. p.154-156.

_____. O **Balanço de pagamentos** Internacionais In: Comércio Internacional e Câmbio. São Paulo: Aduaneiras, 8ª ed., 1994. p. 197-220.

Para concluir o estudo

Ao concluir o estudo de Economia internacional espero que você tenha alcançado o objetivo proposto.

Como você mesmo constatou, o que nela foi apresentado se constitui em importante ferramental, capaz de conduzir o administrador moderno com mais segurança pelo labirinto das relações econômicas internacionais, inevitável em tempos de mundo globalizado.

Nesse labirinto, questões ditas diplomáticas, sociais, políticas, culturais poderão ser usadas para mascarar intenções econômicas. Ao administrador preparado compete saber distingui-las, na defesa dos interesses empresariais que representa.

Esse foi o intuito final deste material, que em hipótese alguma esgota o assunto, pelo que continuo recomendando seu aprofundamento nas obras indicadas e outras, que a partir de agora, você mesmo terá condições de escolher.

Professor Paulo S. Bernardes.

Referências

CARVALHO, Maria A; SILVA, César. **Economia Internacional.** 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffey; JONES, Ronald. **Economia Internacional: comércio e transações globais.** 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

GONÇALVES, R. et alli. **A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e prática.** 5ª ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

MAIA, Jayme. **Economia Internacional e Comércio Exterior.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

RATTI, B. **Comércio internacional e câmbio exterior.** 8ª Ed. São Paulo: Aduaneiras, 1994.

RATTI, B. **Comércio internacional e câmbio exterior.** 10ª Ed. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

Sobre o professor conteudista

Paulo da Silva Bernardes é graduado em Economia, pela Pontifícia Universidade Católica do RS, com especialização em Finanças empresariais pela mesma instituição. Leciona na Universidade do Sul de Santa Catarina para os cursos de Relações internacionais, Economia, Administração de empresas e Direito, as disciplinas de Economia internacional, Economia monetária, Finanças corporativas, Mercado de capitais e Economia.

Respostas e comentários das atividades de autoavaliação

Unidade 1

1) Nesta questão você deve levar em consideração que a divisão do trabalho levou à especialização, que por sua vez levou à geração de excedentes pela maior produtividade alcançada. Com isso propiciou a negociação dos excedentes para fora do território. Mas como comércio internacional é uma via de mão dupla, quem vende tem de comprar também.

2) Aqui o seu enfoque deve estar no fato de que a internet é a informação em tempo real. Com isso os problemas dos países são detectados no mundo inteiro, ao mesmo tempo, provocando reações instantâneas nos mercados, evidenciando a interdependência entre eles. Se a Bolsa de Valores de Nova York despenca, o seu efeito é imediato em todos os países que têm negócios com os EUA.

3) Nesta questão centre seu raciocínio no fato de que a expansão do comércio internacional, compra e venda de bens e serviços, carregou com ela a necessidade de se conhecer os mercados com que se está comerciando. Com isso as demais questões inerentes às relações econômicas internacionais foram surgindo, tais como o conhecimento mais aprofundado da cultura, dos hábitos, da legislação e, principalmente, das políticas econômicas internas de cada país com que se envolve em comércio. Com isso evoluímos para o conceito de economia internacional.

Unidade 2

1) Leve em consideração que no mercado interno comprar bens e serviços estão sob a mesma legislação, os mesmos hábitos e a mesma moeda. Transferir operações de São Paulo para Santa Catarina não chega a ser um problema. Ou comprar de São Paulo por ser mais vantajoso, é apenas uma decisão econômica. Já no comércio externo você deve considerar a diversidade dos fatores envolvidos, a cultura é diferente, a moeda é diferente, a legislação é diferente. Profissionais

liberais têm liberdade de atuar em qualquer país? Não. São impostas uma série de dificuldades para o exercício da profissão, mesmo após a criação dos mercados comuns.

2) Sem dúvida, não esqueça do recente caso do frango brasileiro que deveria ser abatido com a cabeça voltada para Meca, sob o risco de não mais se vender. Lembre-se ainda dos cuidados apontados em embalagens, nomes, etc.

3) Considere que já no mercado interno a legislação é sempre uma variável considerável nos negócios. Como você vai entrar num mercado distante, diferente, com hábitos e costumes próprios, sem conhecer a legislação do mesmo? Como se defender de ações impostas pelo comprador / vendedor externo, se não conhecer a legislação do país em que ele se localiza?

4) Nesta questão é esperado que você não tenha maiores dificuldades. No seu país você sabe quanto vale a moeda e a situação econômica que lhe dá sustentação. Mas no mercado externo, qual a situação econômica que lhe dá sustentação? Na hora de converter para a sua moeda quanto ela vale? Mais ou menos do que a sua? Dentro desses questionamentos vale a pena comerciar com o país?

Unidade 3

1) Trata-se da sua opinião a respeito de novas formas de proteção, que estão se valendo de causas sociais e ecológicas como fim, quando poderiam estar mascarando questões econômicas.

2) Na medida em que não alteram o preço internacional em relação ao preço interno.

3) Outra questão em que sua opinião é que é importante, por envolver juízo de valor. O que pode ser bom no livre comércio para alguns, pode ser considerado ruim para outros. Você inclusive teve oportunidade de pensar sobre a questão estratégica de alguns produtos, petróleo, por exemplo. Mesmo sendo cara a sua produção interna será que os países deveriam deixar de gastar na sua produção, ficando na dependência de importações, somente, já que custaria mais barato?

Unidade 4

1) Alguma liberdade econômica é melhor do que nenhuma. Com esse enfoque se norteia a criação dos blocos econômicos. Pelo menos entre os participantes a alocação mais eficiente dos recursos se verificará com conseqüente melhoria no nível de bem-estar da sociedade.

2) Outra questão em que a sua opinião é que conta. Não esqueça que por mais que se abra a fronteira, cada país continuará tendo governantes próprios. Como eles reagirão à idéia de que podem perder poder?

3) A discussão envolverá a consideração do comando da produção e a inibição do capital nacional. Como investimentos diretos são os estrangeiros se instalando no país, o comando da produção fica a cargo de estrangeiros, que não delegarão a residentes o processo produtivo, visto envolver tecnologias próprias. Quanto à inibição do capital nacional, se dá pela concorrência a ser enfrentada, com produtos produzidos de forma mais eficiente, portanto, mais baratos. Para o consumidor não seria bom?

4) Mais uma vez é a sua opinião que conta. Lembre-se dos aspectos positivos dos capitais externos, sem esquecer de que eles podem retornar à origem sem aviso prévio.

5) Embora a interdependência financeira seja uma constatação, sem dúvida os países mais pobres continuam mais vulneráveis aos capitais externos dada a sua necessidade de financiamento de *déficits* em transações correntes.

Unidade 5

1) Exportadores e importadores liquidam seus compromissos por intermédio dos bancos, que por sua vez mantêm um sistema de manutenção de contas entre si, que permite a liquidação pela compensação de créditos e débitos no exterior.

2) O certo seria cobrança à vista. Envolve a existência do saque, passível de ação de cobrança, na hipótese de não-pagamento pelo importador estrangeiro.

3) Em determinado período de tempo houve uma diminuição nas importações e nas exportações, porém as importações diminuíram menos do que as exportações. Sendo importadores aqueles que compram moedas estrangeiras, o que de fato ocorre é que a procura permanece ainda maior do que a oferta (exportadores). O que eleva a taxa cambial.

4)

Cotações	Mercado
DM 1 = U$ 1,45	americano
U$ 1 = DM 0,75	alemão

No mercado americano o valor em U$ do DM está informado, diretamente, U$ 1,45; mas no mercado alemão você deve dividir U$ por DM (1 : 0,75), para saber que DM 1 = U$ 1,33.

Perceba que o valor do DM está mais barato na Alemanha do que nos EUA. Você pode comprar DM 1 na Alemanha, pagando U$ 1,33. De posse desse DM 1 pode revendê-lo no mercado americano por U$ 1,45.

Você lucrou, nessa operação, U$ 0,12 (1,45-1,33).

5) Obriga alterações na política econômica, que muitas vezes não estavam previstas ou indesejáveis para aquele momento da atividade econômica. Os resultados alcançados até aquele momento podem ser perdidos, em face de alteração de cenário.

Unidade 6

1) Se investimentos externos não forem suficientes para a sua cobertura, só resta o endividamento, via capitais autônomos, na forma de empréstimos, ou pelos empréstimos compensatórios, que envolvem os governos; ambos representando aumento do endividamento externo.

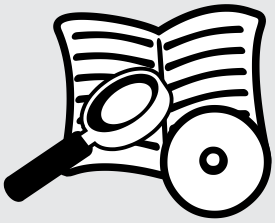
2) Com certeza. A transformação dos *superávits* em moeda nacional implica em compra pelo governo das moedas estrangeiras. Ou vende reservas internacionais, ou aumenta a tributação para arrecadar mais, ou emite moeda ou vende títulos no mercado (o que implica em remuneração, juros).

3) Ao passar de R$ 2,30 para R$ 2,50, por dólar, a moeda nacional sofreu uma desvalorização. Significa que alguém que dispõe de U$ 1,00 comprava antes R$ 2,30, e agora compra R$ 2,50. Ficou mais barato comprar Reais. Os importadores estrangeiros, portanto, encaram isso como uma diminuição de preços, aumentado suas compras, o que implica em aumento de exportações para o país vendedor.

4) Ao investir em determinado país, os investidores querem a certeza de que seus capitais possam retornar à origem, além do que se existe alguma tarifa, tanto para ingressar quanto para sair, pode não ser interessante o investimento, considerando a taxa de juros interna do país hospedeiro e o comportamento da taxa cambial no momento da saída.

5) Políticas econômicas são traçadas em função de um comportamento normal esperado pelos agentes econômicos, mesmo que sujeito aos efeitos da lei da oferta e procura, característica das economias de mercado. A ação especulativa visa, exatamente, interferir nos efeitos normais da lei da oferta e da procura, impedindo que o equilíbrio se restabeleça. Dessa forma, obrigam a alteração das políticas econômicas traçadas, não desejadas ou cujos resultados não estavam sendo considerados para aquele momento da atividade econômica.

Biblioteca Virtual



Veja a seguir os serviços oferecidos pela Biblioteca Virtual aos alunos a distância:

- Pesquisa a publicações online
  www.unisul.br/textocompleto
- Acesso a bases de dados assinadas
  www. unisul.br/bdassinadas
- Acesso a bases de dados gratuitas selecionadas
  www.unisul.br/bdgratuitas
- Acesso a jornais e revistas on-line
  www. unisul.br/periodicos
- Empréstimo de livros
  www. unisul.br/emprestimos
- Escaneamento de parte de obra*

Acesse a página da Biblioteca Virtual da Unisul, disponível no EVA e explore seus recursos digitais.

Qualquer dúvida escreva para bv@unisul.br

* Se você optar por escaneamento de parte do livro, será lhe enviado o sumário da obra para que você possa escolher quais capítulos deseja solicitar a reprodução. Lembrando que para não ferir a Lei dos direitos autorais (Lei 9610/98) pode-se reproduzir até 10% do total de páginas do livro.

UnisulVirtual

A sua universidade a distância

UNISUL

ISBN 9788578171896

9 788578 171896